UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

A FENOMÊNICA DO ESPAÇO PRESENTE NAS VIOLÊNCIAS:

Homofobia Familiar e Existência Lésbica

RAYANE DAYSE DA SILVA OLIVEIRA

JOÃO PESSOA/PB
2024

RAYANE DAYSE DA SILVA OLIVEIRA

A FENOMÊNICA DO ESPAÇO PRESENTE NAS VIOLÊNCIAS:

Homofobia Familiar e Existência Lésbica

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia. Linha de Pesquisa: Teoria de Gênero e Estudos da Sexualidade.

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado

JOÃO PESSOA/PB
2024

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48f Oliveira, Rayane Dayse da Silva.
A fenomênica do espaço presente nas violências : homofobia familiar e existência lésbica / Rayane Dayse da Silva Oliveira. - João Pessoa, 2024.
155 f.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Sociologia. 2. Existência lésbica. 3. Homofobia familiar. 4. Interseccionalidade. 5. Violência homofóbica. 6. Lesbofobia. I. Machado, Charliton José dos Santos. II. Título.

UFPB/BC CDU 316(043)

Elaborado por Larissa Silva Oliveira de Mesquita - CRB-15/746

UFPB PPGS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA AVALIAR RAYANE DAYSE DA SILVA OLIVEIRA

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2024, às 14:00 horas, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de defesa de Tese, intitulada: "A FENÔMENICA DO ESPAÇO PRESENTE NAS VIOLÊNCIAS: HOMOFOBIA FAMILIAR E EXISTÊNCIA LÉSBICA" apresentada pela discente RAYANE DAYSE DA SILVA OLIVEIRA, estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: Prof. Dr. Charliton José Dos Santos Machado (Orientador), Profa. Dra. Monica Lourdes Franch Gutierrez (Examinadora interna PPGS/UFPB), Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes De Leon (Examinador intern PPGS/UFPB), Profª. Dra. Jeane Félix Da Silva (Examinadora Externa – UFAL) e Profª. Dra. Manuelle Araújo Da Silva (Examinadora Externa - UECE). Dando início aos trabalhos, o professor Orientador Charliton José Dos Santos Machado, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra a defendente para expor uma síntese de sua Tese que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o conceito de APROVADA. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, expedir o respectivo Diploma de DOUTORA EM SOCIOLOGIA.

OBSERVAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA

O trabalho final de tese traz relevantes contribuições ao debate sociológico atual sobre homofobia, gênero e sexualidade, com ênfase as experiências das mulheres lésbicas com a homofobia familiar***. A banca sugere a publicação do estudo.***

Profª. Dr. Charliton José Dos Santos Machado
Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br
MONICA LOURDES FRANCH GUTIERREZ
Data: 02/03/2024 10:23:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Monica Lourdes Franch Gutierrez
Examinadora interna - PPGS/UFPB

Dr. Charliton José dos Santos Machado
Matrícula SIAPE: 1220709

Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes De Leon
Examinador interno – PPGS/UFPB

Documento assinado digitalmente
gov.br
JEANE FELIX DA SILVA
Data: 26/02/2024 18:57:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Dra. Jeane Félix Da Silva
Examinadora externa – UFAL

Rayane Dayse da Silva Oliveira

Discente

Pr Manuelle Araújo da Silva

Examinadora Externa - UECE

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (11.01.15.73)
Sítio: http://www.cchla.ufpb.br/ppgs/ E-mail: ppgs.ufpb@gmail.com
Campus Universitário – Bloco 5 / Cidade Universitária - 58051-970 – João Pessoa – PB Fone/Fax: 3216 7204

AGRADECIMENTOS

Nas páginas desta tese, está refletida uma longa jornada, que não foi trilhada sozinha, mas erguida com o suporte de muitos. A cada passo, a cada tropeço, a cada vitória, havia comigo pessoas queridas me apoiando e celebrando.

Gostaria de agradecer à CAPES, pelo financiamento desta pesquisa e da pesquisa de Doutorado Sanduíche no Exterior.

Dedico um agradecimento especial às nossas interlocutoras que, generosamente, compartilharam conosco suas histórias de vida, sem as quais, este trabalho não teria sido possível.

Agradeço também ao meu orientador e amigo, Charliton Machado, pela orientação, parceria e apoio constantes.

À minha orientadora no exterior, Patrícia Tovar, agradeço pelas valiosas contribuições, e pela excelente acolhida em Nova Iorque.

À Sarah Schulman, principal inspiração teórica deste trabalho, agradeço por ter tido a oportunidade de conhecer não só seu trabalho, mas também a pessoa incrível que ela é, que em sua simpatia e generosidade nos concedeu entrevista, esclareceu dúvidas e compartilhou suas ricas experiências sobre o tema da homofobia familiar.

À minha família, minha mãe Rita de Cássia, meu pai Carlos Antônio e meu irmão Carlos Moisés, agradeço pelo apoio irrestrito à minha trajetória acadêmica.

Às minhas amigas Karthilene, Karthiene e Lorena, agradeço por sempre estarem dispostas a ouvir minhas dificuldades, e por me darem força para seguir em frente.

À minha colega de turma de doutorado e hoje também amiga, D'Angelles Coutinho, sou grata pela oportunidade de tê-la conhecido, por me auxiliar com a burocracia acadêmica, e também pelas conversas e risadas compartilhadas.

Por fim, gostaria de expressar minha gratidão à minha esposa e companheira de vida, Tarciana Guerra, pela paciência, compreensão e parceria. Seu apoio tem sido fundamental não só neste trabalho, mas em minha vida.

RESUMO

Esta tese apresenta um estudo qualitativo e analítico, referenciado no debate sociológico, que mobiliza a abordagem interseccional para compreender a homofobia familiar e a existência lésbica a partir do cruzamento dos marcadores de gênero e sexualidade. O foco está na questão lésbica e nas experiências dessas mulheres com a violência homofóbica, tendo como ênfase o contexto doméstico-familiar. Considerando as narrativas, contextos e conflitos das mulheres lésbicas, sujeitos desta pesquisa, e o recorte da família como *lócus* da análise, a tese é iniciada com a apresentação das questões teórico-metodológicas relacionadas ao campo epistemológico e aos conceitos centrais deste estudo, como homofobia, gênero e sexualidade, fenomênica do espaço, família e interseccionalidade, além das considerações metodológicas que incluem a apresentação do campo e do perfil das interlocutoras da pesquisa. Em seguida, são apresentadas algumas reflexões sobre a questão lésbica, discutindo-se as particularidades da lesbofobia, além da exposição de um panorama acerca da produção acadêmica sobre a questão lésbica no Brasil nas duas últimas décadas (2001 – 2021). Na sequência, discute-se o que constitui a homofobia familiar e como essa forma de violência afeta mulheres lésbicas, incluindo um debate sobre a intensificação das violências domésticas no período da pandemia da Covid-19, e uma breve discussão acerca das singularidades desse fenômeno no contexto dos Estados Unidos, lugar de surgimento do conceito de homofobia familiar e local onde também realizamos Estágio de Doutorado no Exterior (Doutorado Sanduíche). Por fim, são apresentadas as narrativas lésbicas a partir dos discursos e relatos de vida das nossas interlocutoras, que incluem elementos relacionados às suas identidades, aos processos de afirmação e às vivências com a violência, analisados à luz das teorias críticas de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Existência Lésbica. Homofobia familiar. Interseccionalidade. Violências. Lesbofobia.

ABSTRACT

This thesis presents a qualitative and analytical study, referenced in the sociological debate, which mobilizes the intersectional approach to understanding familial homophobia and lesbian existence based on the intersection of gender and sexuality markers. The focus is on the lesbian issue and these women's experiences with homophobic violence, with emphasis on the domestic-familial context. Considering the narratives, contexts, and conflicts of lesbians, the subjects of this research, and the family as the locus of analysis, the thesis begins with the presentation of theoretical-methodological issues related to the epistemological field and the central concepts of this study, such as homophobia, gender and sexuality, the phenomenics of space, family, and intersectionality, in addition to methodological considerations that include the presentation of the field and the profile of the research interlocutors. Next, we present some reflections on the lesbian issue, discuss the particularities of lesbophobia, and present an overview of academic production on the lesbian issue in Brazil in the last two decades (2001 – 2021). Next, we discuss what constitutes familial homophobia and how this form of violence affects lesbians, including a debate on the intensification of domestic violence during the Covid-19 pandemic and a brief discussion about the singularities of this phenomenon in the context of the United States, place where the concept of familial homophobia emerged and also where we carried out a Doctoral Internship Abroad (Doutorado Sanduíche). Finally, we present the lesbian narratives based on the speeches and life stories of our interlocutors, which include related elements to their identities, processes of affirmation, and experiences with violence, analyzed in light of critical theories of gender and sexuality.

Keywords: Lesbian Existence. Familial homophobia. Intersectionality. Violence. Lesbophobia.

RESUMEN

Esta tesis presenta un estudio cualitativo y analítico, referenciado en el debate sociológico, que moviliza el enfoque interseccional para comprender la homofobia familiar y la existencia lesbiana a partir de la intersección de marcadores de género y sexualidad. La atención se centra en la cuestión lesbiana y en las experiencias de estas mujeres con la violencia homofóbica, con énfasis en el contexto doméstico-familiar. Considerando las narrativas, contextos y conflictos de las mujeres lesbianas, sujetos de esta investigación, y la familia como locus de análisis, la tesis comienza con la presentación de cuestiones teórico-metodológicas relacionadas con el campo epistemológico y los conceptos centrales de este estudio, como como homofobia, género y sexualidad, fenomenica del espacio, familia e interseccionalidad, además de consideraciones metodológicas que incluyen la presentación del campo y de el perfil de las interlocutoras de la investigación. A continuación, se presentan algunas reflexiones sobre la cuestión lesbiana, discutiendo las particularidades de la lesbofobia, además de presentar un panorama de la producción académica sobre la cuestión lesbiana en Brasil en las últimas dos décadas (2001 – 2021). A continuación, discutimos qué constituye la homofobia familiar y cómo esta forma de violencia afecta a las mujeres lesbianas, incluyendo un debate sobre la intensificación de la violencia doméstica durante la pandemia de Covid-19, y una breve discusión sobre las singularidades de este fenómeno en el contexto de Estados Unidos. Estados Unidos, lugar donde surgió el concepto de homofobia familiar y lugar donde también realizamos una Práctica Doctoral en el Extranjero (Doutorado Sanduiche). Finalmente, se presentan narrativas lesbianas a partir de los discursos e historias de vida de nuestras interlocutoras, que incluyen elementos relacionados con sus identidades, procesos de afirmación y experiencias con la violencia, analizados a la luz de teorías críticas de género y sexualidad.

Palabras clave: Existencia lesbiana. Homofobia familiar. Interseccionalidad. Violencia. Lesbofobia.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos Completos Publicados em anais do Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS) 44

Quadro 2 - Trabalhos Completos Publicados em anais da Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) 44

Quadro 3 - Trabalhos Completos Publicados em anais do Seminário Internacional Fazendo o Gênero 45

Quadro 4 - Trabalhos Completos Publicados em anais do Seminário Internacional Desfazendo o Gênero 45

Quadro 5 - Trabalhos Completos Publicados em anais do REDOR 45

Quadro 6 - Trabalhos Completos Publicados em anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades 46

Quadro 7 - Mapeamento de publicações sobre a questão lésbica em periódicos e dossiês temáticos 48

Quadro 8 - Expressões da Lesbofobia 58

Sumário

INTRODUÇÃO **11**

CAPÍTULO I - CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO E CONCEITOS INTRODUTÓRIOS **16**

1.1. Histórico e transformações do conceito de homofobia 16

1.2. Gênero como categoria de análise e sexualidade como dispositivo de poder 22

1.3. A fenomênica do espaço: Família e seus significados 28

1.4. Violências cruzadas: Abordagem interseccional da homofobia 33

1.5. Considerações metodológicas: Situando o campo e os sujeitos de pesquisa 36

CAPÍTULO II - REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO LÉSBICA **43**

2.1. Estado da arte e perspectivas de análise sobre a questão lésbica no Brasil nas duas últimas décadas (2001-2021). 43

2.2. Particularidades da existência lésbica e da lesbofobia 51

2.3. Invisibilidade lésbica: Do apagamento nos discursos científicos à pouca visibilidade na militância LGBTQIA+ 59

2.4. Objetificação e erotização da mulher lésbica 64

CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA ENTRE QUATRO PAREDES: HOMOFOBIA FAMILIAR E EXISTÊNCIA LÉSBICA **67**

3.1. Que é Homofobia Familiar? 67

3.2. A Família e o Dispositivo da Homofobia. 78

3.3. Violências contra mulheres lésbicas em contextos doméstico-familiares 82

3.4. A pandemia da Covid-19 e a potencialização das violências domésticas: Implicações da crise sanitária sobre as violências contra mulheres lésbicas. 87

3.5. Homofobia Familiar: Um comparativo com o contexto dos Estados Unidos 93

CAPÍTULO IV - NARRATIVAS LÉSBICAS: CONTEXTOS, CONFLITOS E VIOLAÇÕES **104**

4.1. Subjetividades lésbicas: Construção de identidades e percepções de si. 104

4.1.1. Do estranhamento de si à autoaceitação 105

4.1.2. Referenciais da sexualidade lésbica 113

4.1.3. Os significados de afirmar-se lésbica 118

4.2. Revelar (ou não) a sexualidade para a família: A existência lésbica dentro e fora do armário. 122

4.3. Da exclusão à aceitação: (Não)Reconhecimento nas relações familiares. 132

CONCLUSÕES **140**

REFERÊNCIAS **143**

APENDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS **150**

ROTEIRO DE ENTREVISTAS NO BRASIL 150

ROTEIRO DE ENTREVISTAS NOS ESTADOS UNIDOS 152
APENDICE B – PERFIL DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA 154
ANEXO A - IMAGENS 156

INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa de continuidade que possui como ponto de partida os estudos e os resultados produzidos em uma pesquisa anterior, de dissertação de mestrado (Oliveira, 2017), que tratou das diferentes formas de expressão da violência homofóbica a partir das distinções entre as formas de violência mais praticadas conforme o gênero. O estudo em questão levantou um dado relevante de pesquisa, isto é, a constatação de que a homofobia familiar aparece, nas experiências das mulheres lésbicas, enquanto contexto de maior peso nas suas vivências com a violência homofóbica. Isso revela características específicas das experiências deste grupo com relação às violências, bem como particulariza a existência lésbica e as suas experiências com a homofobia.

A partir dos resultados da pesquisa supracitada, foi possível constatar que quando observamos as violências homofóbicas, não é possível vê-las isoladas das questões de gênero porque suas formas de expressão são atravessadas pelo cruzamento dos marcadores que compõem as identidades das vítimas, diante disso, no tocante às violências contra mulheres lésbicas, é difícil encontrar “queixas puras” de violência homofóbica, tratando-se comumente de queixas híbridas. Com o auxílio das lentes da perspectiva interseccional, que lança luz sobre a multidimensionalidade dos sujeitos, podemos identificar que suas experiências partem de um lugar de intersecção entre gênero e sexualidade, além de cruzarem-se também com outros elementos constituintes das suas identidades (tais como raça, classe, idade etc.).

Para apresentar essa inter-relação entre os diferentes marcadores da diferença, recorremos ao conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 1989) como lente básica de análise, o que viabiliza a compreensão do quadro de desigualdades e de violências a partir da proposição do cruzamento das marcas de gênero, sexualidade, raça, idade e outros. Tais marcadores estabelecem desigualdades específicas conforme a posição de cada sujeito no quadro de condições combinadas ou entrelaçadas de dominação. A maneira como as mulheres lésbicas sofrem discriminação, por exemplo, é particular e não apenas resultado da soma de desigualdades (machismo e homofobia), mas parte do entrecruzamento das suas características, o que lhes coloca em uma posição específica de dominação.

As violências expressas na intersecção entre gênero e sexualidade têm em sua base constitutiva o entendimento que o imaginário social coletivo possui sobre gênero e sexualidade, tal compreensão fundamenta-se em uma perspectiva binária e calcada na heteronorma (Butler, 2010). Nessa forma de entender o mundo, há todo um aparato de atribuição de características, comportamentos e temperamentos postos como inerentes aos gêneros que colocam os sujeitos como naturalmente determinados e marcados por características generificadas que são vistas ao mesmo tempo como opostas e complementares, esse sistema só reconhece o sujeito enquanto existência inteligível e legítima quando a sua existência produz sentido dentro desse imaginário social, quando não, são vistos como figuras abjetas, disruptivas e desertoras do gênero "natural", consequentemente, tornam-se alvo das mais diversas violências.

A forma de percepção e de reprodução das questões de gênero que parte do binarismo como elemento central, enquadra os comportamentos em uma heteronorma padrão e opera hierarquizando valorativamente os gêneros (Rubin, 2003), e também as sexualidades, situando as representações do masculino e da heteronorma em lugar de privilégio e de dominância. Nesse cenário, produzido nas relações de poder, a mulher lésbica acaba situada em um espaço de estigmatização e de violência cruzada, não somente por transgredir a heteronorma, como também em função do seu gênero, situado em um lugar de secundariedade.

Esta tese é, pois, construída a partir dos desdobramentos e aspectos apontados, e consiste na análise da homofobia enquanto fenômeno que opera de maneira heterogênea, ou seja, que não atinge a todos indistintamente, mas possui diversas formas de expressão e nuances que operam em um espectro de abrangência que é cortado transversalmente pelo encontro com outros marcadores para além da sexualidade, fazendo com que a experiência dos sujeitos com a violência de cunho homofóbico ocorra em lugar específico, no ponto de cruzamento das suas marcas sociais da diferença.

As singularidades das violências que incidem sobre as mulheres lésbicas demonstram que a invisibilidade é um fator que marca profundamente seus contextos e vivências, e a homofobia familiar aparece como central em suas experiências com a lesbofobia. Tal questão é bastante sintomática e requer um olhar atento na compreensão desse fenômeno. Não são somente as mulheres lésbicas que encontram no espaço privado um palco majoritário de violência, se observarmos a

questão fora do recorte da sexualidade, percebemos que as violências contra as mulheres, em sua maioria, ocorrem nesse lugar.

A expressão da homofobia familiar, em seus aspectos característicos e singulares, mais fortemente presente nas vivências de mulheres lésbicas, sujeitos desta pesquisa, guarda estreita relação com a invisibilidade que é característica desse grupo. O gênero feminino, e toda a secundarização imposta sobre ele, cruzado com o marcador de sexualidade dissidente, acaba sendo responsável por criar um contexto de invisibilidade e silenciamento que é significativo na experiência lésbica. Não se trata, pois, de pensar que as lésbicas são mais toleradas nos espaços públicos, mas de considerar o fato de que sendo mais invisibilizadas, comumente sofrem mais com violências no espaço privado, onde sua identidade é conhecida, além de serem vítimas de uma estrutura social que naturaliza certas expectativas a partir da ideia de predominância do feminino no espaço privado como sinônimo de continuidade, e da atribuição de um "papel proeminente na dinâmica privada da casa" (Ortner, 1979), além de punir a subversão e a ruptura de tais expectativas. Buscaremos ao longo da pesquisa verificar essa hipótese, mas sobretudo nos ocuparemos em narrar as vivências das interlocutoras e as especificidades da existência lésbica e da homofobia familiar.

Diante das questões apresentadas, a problemática central deste estudo é construída em torno das particularidades das violências que incidem sobre mulheres lésbicas a partir de um olhar crítico e interseccional que considera a perspectiva generificada dos espaços e o cruzamento de marcadores sociais da diferença na sua particularização. Assim, propomos uma análise da existência lésbica e das violências homofóbicas no contexto familiar, a partir das conexões com a pesquisa de dissertação que sinalizaram a importância do aprofundamento dos estudos sobre a homofobia no espaço familiar e sobre as razões pelas quais esse tipo de violência aparece como o de maior incidência nas trajetórias de mulheres lésbicas.

Para desenvolver a discussão, iniciamos com o *Capítulo I – Campo Teórico-Metodológico e conceitos introdutórios*, onde apresenta-se e discute-se os conceitos centrais deste estudo, como o conceito de *homofobia* e o seu desenvolvimento no campo do pensamento social; *gênero*, enquanto categoria analítica dentro das ciências sociais (Scott, 1995), e *sexualidade* como dispositivo de poder (Foucault, 1988); *fenomênica do espaço*, conceito autoral que desenvolvemos para descrever o espaço como um fenômeno, atravessado por particularidades, e que possui padrões

observáveis de relações e de expectativas que marcam identidades e tendem a se perpetuar; bem como apresentamos os debates iniciais acerca da *família* e de *interseccionalidade* como lente de análise. Incluímos também as considerações metodológicas onde apresentamos o nosso campo e o perfil das interlocutoras da pesquisa (do Brasil e dos Estados Unidos), e as ferramentas de levantamento de dados do *corpus* empírico.

O *Capítulo II – Reflexões Sobre a Questão Lésbica* é dedicado discutir as particularidades da existência lésbica e da lesbofobia, elementos como invisibilidade, objetificação e prevalência das violências no contexto familiar no caso das mulheres lésbicas. Considerando o impacto da invisibilidade presente nas vivências lésbicas, constatada nesta pesquisa, mostrou-se oportuno também a destinação de um momento da discussão para analisar o estado da arte desses estudos, para que possamos observar com quem estamos dialogando quando tratamos da questão lésbica, bem como identificar a situação da produção de pesquisas nesse campo, e, ainda, se há algum movimento de mudança que seja observável. Para tanto, foi elaborado o estado da arte da produção científica brasileira sobre o tema nas duas últimas décadas (2001-2021).

No *Capítulo III – Violência Entre Quatro Paredes: Homofobia Familiar e Existência lésbica* exploramos o que constitui a homofobia familiar e como essa forma específica de violência afeta as mulheres lésbicas, assim como desenvolvemos uma análise sobre os modos como opera o dispositivo da homofobia, e abordamos elementos da implicação da pandemia da Covid-19 na potencialização das violências domésticas. Fechamos o capítulo com uma breve discussão acerca das especificidades da homofobia familiar no contexto dos Estados Unidos, onde o conceito surge, local que foi também o nosso campo de pesquisa no exterior durante o período de Estágio de Doutorado no Exterior (Doutorado Sanduíche), realizado a partir do vínculo de Pesquisadora Visitante no Departamento de Antropologia da Instituição *John Jay College of Criminal Justice/City University of New York*, no semestre 2023.1, com a orientação da Professora Doutora Patricia Tovar, e com bolsa de fomento pelo Programa Institucional de Internacionalização CAPES-PRINT (Capes, 2017).

O quarto e último capítulo, intitulado *Narrativas Lésbicas: Contextos, Conflitos e Violações,* apresenta elementos das identidades e das histórias de vida das nossas interlocutoras, tais como os processos de estranhamento de si e de autoafirmação, o

reconhecimento, e as lutas em torno dele, nas relações familiares e demais vivências. As narrativas são analisadas à luz das teorias críticas de gênero e sexualidade, o que possibilita uma compreensão analítica das experiências narradas por essas mulheres.

CAPÍTULO I - CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO E CONCEITOS INTRODUTÓRIOS

1.1. Histórico e transformações do conceito de homofobia

A sigla LGBTQIA+, em constante processo de mudança, denota, com a gradual abrangência de novas letras, o modo como o reconhecimento das diversidades sexuais e de gênero tem se desenvolvido, além de demonstrar também outro fator importante, o de que cada letra representa um grupo distinto com características e demandas particulares que devem ser consideradas e compreendidas. As primeiras duas letras, isto é, L e G, são as mais antigas e as que majoritariamente referem-se à homossexualidade, e, como tal, defrontam-se com a homofobia enquanto prática de violência dominante contra elas. É importante ressaltar, contudo, que as violências contra mulheres lésbicas possuem a conceituação específica de lesbofobia, no entanto, cabe observar o modo como a homofobia, enquanto conceituação geral, historicamente, também a engloba.

O conceito de homofobia passou por pelo menos uma dezena de interpretações, significações e ressignificações desde que foi definido, em 1972, pelo psicólogo George Weinberg "(...) que agrupou dois radicais gregos – *homo* (semelhante) e *fobia* (medo) – para definir sentimentos negativos em relação a homossexuais e à homossexualidade[1] (Junqueira, 2007, p. 148). Quando da sua criação, em um contexto clínico e distante de interpretações sociológicas, o termo possuía um sentido biologizante, no momento de sua concepção foi elaborado para designar uma condição psicológica, de ordem individual, que buscava se referir a um medo irracional (fobia específica) de homossexuais e também da homossexualidade, em resumo, referia-se a um sentimento de aversão ou repulsa (de ordem psicológica) a homossexuais e à homossexualidade.

É importante notar que Weinberg (1972) preocupou-se em designar o termo do grego e não do latim, como muitas vezes confunde-se em falas e escritos sobre homofobia. No grego, *homo* significa "semelhante", enquanto no latim significa "homem". Weinberg definiu, pois, a homofobia como o medo irracional ou irrefletido voltado a relações entre semelhantes. A discussão, por vezes levantada, sobre a

[1] A definição, nas palavras do próprio Weinberg (1972, p. 04), é a seguinte: *"the dread of being in close quarters with homosexuals and in the case of homosexuals themselves, self loathing*", em português: "O temor de estar próximo de homossexuais e, no caso dos próprios homossexuais, a auto aversão".

possibilidade de identificar as violências contra mulheres lésbicas usando o termo homofobia, em grande parte, surge da confusão entre os radicais que formam a base do termo, questionando se eles derivam do grego ou do latim. A esse respeito Junqueira pontua:

> A dificuldade de se perceber a homofobia como um fenômeno intrinsecamente relacionado a questões e relações de gênero parece manter forte nexo com as repetidas críticas de que o conceito de homofobia se refere apenas a casos de discriminação contra homossexuais masculinos. Essa dificuldade é alimentada pelo equívoco em se pensar que seu radical *homo* tenha sido tomado do latim (língua na qual corresponde a "homem") e não do grego (Junqueira, 2007, p. 152).

A definição de homofobia criada por Weinberg (1972) foi duramente criticada por estudiosos que identificaram como problemática a patologização da homofobia, proposta por ele. Contudo, as primeiras críticas tecidas à proposição de Weinberg não negaram a definição completamente, mas mantiveram a ideia de que a homofobia se refere a emoções negativas expressas contra os homossexuais e a homossexualidade, somente rejeitaram a ideia de que se trata de uma condição psicopatológica, pontuando que esses sentimentos negativos seriam de ordem social. No entanto, essa primeira definição de homofobia, crítica àquela proposta por Weinberg, apesar de promissora, uma vez que é a partir dela que a homofobia começa a ser vista como um fenômeno social, restringia-se apenas a situações expressas de violências e discriminações diretas contra *gays* e lésbicas, o que deixou espaço para o surgimento de ressignificações outras (Junqueira, 2007).

A complexificação do conceito continuou a se desenvolver após essa primeira redefinição, que abriu caminho para outras interpretações e operou no sentido de expandir o conceito para uma definição mais abrangente que contrasta com a primeira redefinição que, embora atribuísse um caráter social ao termo, o restringia apenas a situações de discriminação e violências diretas. Os debates subsequentes nessa área foram cada vez mais direcionados para uma definição que considera a homofobia como um elemento fundamental nas relações de poder e de dominação presentes na construção de gêneros e no modelamento heteronormativo, estando este último fortemente presente no processo de construção das diferenças sociais entre os gêneros.

Teóricos como Schulman (2009) são centrais na consolidação dessa importante premissa, relevante nos estudos de gênero e sexualidade, que estabelece a homofobia enquanto problema social e não como questão individual. Schulman vai além e caracteriza a homofobia como um sistema de prazer[2], argumentando que a sua prática não está relacionada ao medo, mas a um sentimento de supremacia. A homofobia permite que os indivíduos (heterossexuais) se sintam bem consigo mesmos, pois os eleva a uma posição de suposta superioridade, por isso, trata-se de um sistema de elevação, e não de medo.

Se formos considerar a existência de medo, no contexto da prática da homofobia, é mais apropriado referir-se à maneira a partir da qual Kimmel (1996), outro estudioso da temática, pontua. Em crítica à acepção clínica do conceito, este autor argumenta que a homofobia não se configura como um medo irracional de homossexuais, mas um medo, inculcado no processo de socialização, de ser percebido ou descoberto enquanto homossexual.

Em caminho semelhante, Junqueira (2007) teoriza sobre os "*indissociáveis* vínculos entre homofobia e processos de construção de padrões relacionais, preconceitos e mecanismos discriminatórios relativos a questões de gênero" (Junqueira, 2007, p. 152), e também percebe a homofobia como "a matriz a partir da qual se constroem preconceitos e se desencadeiam discriminações homofóbicas, que é a mesma em que se estrutura o campo de disputas nas quais se definem socialmente o masculino (e as masculinidades), o feminino (e as feminilidades) e também o neutro" (Junqueira, 2007, p. 152). Ele completa:

> A íntima relação entre homofobia e normas de gênero tanto se traduz em noções, crenças e valores, expectativas, quanto em atitudes, edificação de hierarquias opressivas e mecanismos reguladores discriminatórios. (...) A noção de homofobia pode ser estendida para se referir a situações de preconceito, discriminação e violência contra pessoas (homossexuais ou não) cujas performances e/ou expressões de gênero (gostos, estilos, comportamentos etc.) que não se adequam aos modelos hegemônicos (Junqueira, 2007, p. 153).

Essa discussão revela que, na mesma medida em que as violências baseadas na sexualidade devem ser classificadas como homofobia, a origem dessas violências também advém da perspectiva homofóbica que legitima a heteronormatividade como

[2] *Homophobia as a pleasure system* (Schulman, 2009, p. 43).

a única forma aceitável de expressão de gênero e de sexualidade, o que resulta na secundarização e estigmatização de todas as outras práticas e identidades sexuais e de gênero.

Nessa seara, Butler (2010) também é central para a compreensão da definição abrangente do conceito de homofobia. A ideia da “ordem compulsória do sexo/gênero/desejo” está na base da “matriz heterossexual”[3] e auxilia na compreensão do fenômeno. Butler apresenta a ideia de sequência compulsória como uma ordem entendida socialmente como sequencial e coesa que opera a partir da lógica na qual entende-se que o sexo (órgão genital) determina o gênero (papeis sociais, características, etc.), e este direciona o desejo erótico-afetivo para o gênero oposto. Temos assim um sistema de gêneros binários calcado na heteronorma, que é pano de fundo das mais diversas violências.

A suposta coerência sequencial atribuída aos aspectos de gênero e de sexualidade, no imaginário social, cria uma espécie de lugar fértil na expressão das práticas homofóbicas. A ideia de uma naturalidade atrelada aos processos de estabelecimento dos gêneros e das identidades sexuais que se baseiam na matriz heteronormativa acabam por fixar a ideia de que "a determinado sexo deva corresponder, de modo bi-unívoco, um determinado gênero, o qual, por sua vez, implicaria um determinado direcionamento do desejo sexual" (Junqueira, 2007, p. 154), desse modo são estabelecidos comportamentos entendidos como normais, e também são ditadas as práticas desviantes.

Disso decorre que quaisquer rupturas da ordem binária estabelecida são tidas como expressões falhas, incompletas ou não-autênticas dos gêneros, na mesma medida em que a expressão de sexualidades desviantes é vista como deserção do dito gênero natural. Essa é, nas presentes teorias sobre homofobia, uma das formas pelas quais considera-se que ela atua, ou seja, como um “dispositivo de vigilância das fronteiras de gênero que atinge todas as pessoas” (Borillo, 2010, p. 08), de modo que a "homofobia geralmente opera através da atribuição de um gênero defeituoso, falho, ou até mesmo abjeto a homossexuais, isto é, chamando homens *gays* de "femininos"

[3] A matriz heterossexual configura-se enquanto um “modelo discursivo hegemônico que apregoa sexo estável e gênero estável, com âncora na coerência entre o gênero e o sexo. Ou seja: um discurso sobre o sexo que vincula, estreitamente, gênero, sexualidade e heterossexualidade” (Rich, 2012, p. 60).

ou chamando mulheres lésbicas de "masculinas"" (Butler, 1993, p. 238, tradução nossa).

Mais que isso, a homofobia é uma chamada à ordem normativa, uma ferramenta de infligir desconforto, medo, sofrimento e vigilância sobre a própria expressão de gênero e sexualidade (Oliveira, 2017). Em todas as suas expressões, sejam de hostilidade direta, sejam de disposição hierarquizante das sexualidades e tentativas de normalização, a homofobia opera no sentido de normalizar, e para isso infligir medo, limites e fronteiras de gênero fazem parte do processo. Ou seja, para além das expressões de violência, a homofobia opera como um sistema, um conjunto de práticas e discursos que precarizam e secundarizam identidades sexuais e performances de gêneros dissidentes dos padrões elencados nos esquemas normativos de inteligibilidade (Butler, 2010).

Note-se que o conceito extrapola cada vez mais os limites implicados no contexto do seu surgimento, que resumiam a homofobia apenas às expressões de violências diretas contra homossexuais, e cada vez mais passa a ser trabalhado como todo o conjunto de atitudes em consonância com o modelo heteronormativo, com a sequência compulsória e binária de entendimento dos gêneros, o que acaba atingindo a todos os indivíduos no processo de socialização, independentemente da sua sexualidade.

Esse é mais um dos aspectos incorporados aos presentes entendimentos sobre homofobia, passa-se a compreender que esse fenômeno também opera como um terror em relação à “perda” do suposto gênero natural, um medo de "não ser mais um homem real e autêntico ou não ser mais uma mulher real e autêntica" (Butler, 1993, p. 238, tradução nossa), dado que a homossexualidade é colocada enquanto uma falha no gênero. A "sexualidade é regulada através do policiamento e da censura do gênero" (Butler, 1993, p. 238, tradução nossa), e a homofobia opera como o mecanismo de regulação que inculca esse pensamento nos sujeitos, dimensionando-se como um dispositivo de infligir medo, uma vez que ao ser elencada uma forma normativa de expressar-se e relacionar-se, todas as outras expressões de gênero e sexualidades não-normativas são representadas a partir de perspectivas depreciativas e sobre elas incidem sanções, estigmas, hostilidades e todas as sortes de violência.

Transcorridos mais de cinquenta anos desde a criação do conceito de homofobia, elaborado por Weinberg, em 1972, o termo segue demonstrando seu

potencial heurístico, no que se refere à produção de conhecimento e de pesquisas no campo dos estudos de gênero e sexualidade, dado que não cessou de se desenvolver e de expandir sua significação, além de ser frequentemente objeto de pesquisa. Passando por uma longa trajetória de ressignificações e de incorporação de aspectos definidores, a maioria deles somando-se ao invés de se anular, tornou-se um conceito complexo, multifacetado e estabelecido nos estudos sobre violências. Ademais, é inegável também o seu potencial de mobilização política, o que é facilmente observável no tocante às lutas por maior igualdade e no combate às violências, além de trazer consigo uma função intrínseca que não deve ser esquecida, a de que nos estudos de gênero e sexualidade possui uma função combativa às naturalizações.

> Não obstante *[a homofobia]*[4] tenha um bom rendimento no campo da afirmação política, desde a década de 1970, está também inscrita em outras tantas polêmicas presentes nos diálogos acadêmicos que fomentaram a reflexão feminista naquele período e que continuam a alimentá-la em contextos atuais (Schwade, 2010, p. 59).

A atual definição, e com a qual trabalhamos, carrega todas as marcas da trajetória do conceito e é representada principalmente pelo seu caráter social e coletivo, bem como pela sua presença nos processos de produção normativa dos gêneros e das práticas sexuais. Essa definição "hoje carrega um sem-número de sentidos e fenômenos que ultrapassam a sua descrição conceitual primeira" (Prado, 2010, p. 07). A esse respeito, Junqueira (2007) sintetiza a discussão e propõe a definição à qual recorremos para trabalhar com o conceito.

> A homofobia, nesse sentido, transcende tanto aspectos de ordem psicológica quanto a hostilidade e a violência contra pessoas homossexuais (*gays* e lésbicas), bissexuais, transgêneros (especialmente travestis e transexuais) etc. Ela, inclusive, diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitários, todos eles voltados a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade, centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero. O que vemos, então, é um sistema binário, disciplinador, normatizador e normalizador graças ao qual a heterossexualidade só poderia ganhar expressão social mediante o gênero considerado naturalmente correspondente a determinado sexo (genitalizado, tido como "natural", "dado", "pré-discursivo" e, portanto, "evidente" e anterior à cultura - como se existisse um corpo *avant la lettre*) (Junqueira, 2007, p. 153).

[4] Grifo nosso.

Em suma, a homofobia manifesta-se não apenas por meio das múltiplas formas de violência que incidem sobre *gays* e lésbicas, mas opera também como um conjunto de discursos e práticas que atua no sentido de estruturar o campo onde se constrói a heteronormatividade enquanto a matriz de inteligibilidade dos padrões de gênero e sexualidade, funciona como um dispositivo que age no modelamento e na construção dos parâmetros estabelecidos de normalidade e inteligibilidade, e é um elemento constituinte e constituidor da heteronorma. A homofobia como dispositivo, ou o dispositivo da homofobia, é um instrumento regulatório da sexualidade e dos padrões de gênero, acionado por meio de discursos e ações que podem ir da sutil invisibilização e segregação, até formas violentas de dominação e opressão.

1.2. Gênero como categoria de análise e sexualidade como dispositivo de poder

Para a elaboração de uma análise que propõe a discussão e a compreensão da homofobia em sua complexidade é fundamental observar a epistemologia dos conceitos que estão em sua base, nesse caso, gênero e sexualidade. A homofobia, enquanto fenômeno social, está intrinsecamente ligada a essas categorias, e ao explorarmos a epistemologia desses conceitos podemos começar a entender como certas normas foram codificadas em nossa sociedade, levando à marginalização e à discriminação de certos grupos.

Gênero, enquanto categoria de análise histórica, surge na segunda metade do século XX. Joan Scott (1995) foi uma das primeiras estudiosas a apontar o caráter sócio-histórico do fenômeno e a apresentar a epistemologia desse conceito nas ciências sociais, ela nos apresenta todo o trajeto de consolidação teórica do conceito, antes restrito ao campo da gramática. O termo foi adotado por feministas norte-americanas como um meio de apontar o sistema de distinções socialmente construído, que se baseia na objetividade dos corpos para elencar atribuições, representações e significações a partir das diferenças sexuais.

O conceito surge, como categoria analítica, no intento de corrigir a invisibilidade que acompanhou as mulheres ao longo da história, inclusive, inicialmente, nas ciências sociais, o termo “gênero” foi utilizado, em um primeiro momento, para designar exclusivamente mulheres, como uma maneira tida como mais neutra de mencionar a sua participação na história (Scott, 1995). Historiadoras feministas, a exemplo de Michelle Perrot, adotaram essa primeira abordagem como forma de incluir

as mulheres na produção do conhecimento histórico, e como modo de procurar romper com a invisibilidade enquanto marca característica da sua existência enquanto sujeitos, considerando diversas dimensões histórico-culturais (Machado; Nunes; Santiago, 2011).

Após o trânsito nesse cenário, o conceito acaba chegando ao modo como os estudos de gênero o tratam no presente, enquanto uma categoria utilizada para designar as relações sociais entre os sexos e como forma de rejeitar explicações deterministas e biologizantes acerca das diferenças, passando a se configurar como uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. “Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1995, p. 21).

No cotidiano, a percepção dos gêneros é frequentemente naturalizada e essencializada, uma visão que contrasta com o que demonstram os estudos críticos de gênero e sexualidade. Na perspectiva prevalente no pensamento e imaginário social predomina uma classificação restrita a dois polos opostos e complementares: masculino e feminino, e para cada um deles são atribuídos papéis e características específicas. Trata-se do que Butler (2010) nomeia de “sistema binário e oposicional”, este sistema impõe normas, expectativas e padrões de comportamento para os gêneros, ao mesmo tempo em que desencoraja homens e mulheres a atravessarem os limites colocados para o seu respectivo gênero.

Tal modelo apresenta um padrão de inteligibilidade que cria signos e representações ancoradas no corpo e na ideia de naturalidade, onde o gênero é entendido como a ratificação de um dado inato e biológico, que é o sexo. Essa diferença anatômica é vista como produtora das diferenças entre homens e mulheres e considerada a base responsável pelas características e papeis sociais de mulheres e homens. Em resumo, de acordo com Louro: “entre tantas marcas, ao longo dos séculos, a maioria das sociedades vem estabelecendo a divisão masculino/feminino como uma divisão primordial. Uma divisão usualmente compreendida como primeira, originária ou essencial e, quase sempre, relacionada ao corpo” (Louro, 2013, p. 78).

A ideia de naturalidade dos gêneros, que predomina no imaginário social, é problemática não somente pelo fato de sua premissa ser falha, visto que não existe indivíduo pré-cultural ou inato, fabricado longe da cultura, e “não há corpo que não seja desde sempre dito e feito na cultura; descrito, nomeado e reconhecido na

linguagem, através dos signos, dos dispositivos, das convenções e tecnologias" (Louro, 2013, p. 84). Além disso, não é possível pensar uma universalidade do ser homem e do ser mulher, dado que as possibilidades são tão plurais que só se concretizam em contextos culturais específicos; a perspectiva naturalizante é problemática também por fundamentar certas violências, uma vez que coloca as dissidências à norma como abjeções e deserções do suposto gênero natural (Butler, 2010). A saber:

> Quando não problematizadas, as afirmações "ser" mulher e "ser" heterossexual seriam sintomáticas dessa metafísica das substâncias do gênero. Tanto no caso de "homens" como no de "mulheres", tal afirmação tende a subordinar a noção de gênero àquela de identidade, e a levar à conclusão de que uma pessoa é um gênero e o é em virtude do seu sexo (Butler, 2010, p. 51).

Nos estudos de gênero, o foco não está na natureza, mas na cultura, A ênfase recai sobre a compreensão de que os padrões e papéis associados ao gênero são derivados de um processo de construção que é social, cultural e histórico. O que pode parecer natural, no entanto, não se constrói distante por fortes pressões sociais (Junqueira, 2007). Essa abordagem, a partir da sua perspectiva crítica e desnaturalizante, é crucial para o entendimento do modo como se dá o estabelecimento de diferenças, práticas e processos que operam no sentido de fazer com que aspectos físicos sejam convertidos em papeis sociais.

Somente a partir da desnaturalização é que torna-se possível propor mudanças nas estruturas que geram violências, isso porque a perspectiva dominante no imaginário social coletivo, que acredita na existência de uma suposta naturalidade quanto às condições determinadas de gênero e também de sexualidade, enquanto dados naturais de determinação inata, ao encarar a diversidade como transgressão, cria uma conjuntura de onde emana a homofobia, que é resultado, em grande medida, dos caminhos que tornam gênero e sexualidade como instâncias intrinsecamente conectadas, algo que só pode ser combatido por meio do entendimento crítico desses fenômenos, e da sua percepção enquanto construtos.

No campo das questões referentes à sexualidade, também a tratamos em perspectiva crítica, e o fazemos a partir da ideia da ordem compulsória sexo-gênero-desejo (Butler, 2010), que, por sua vez, possui raízes nas teorias da sexualidade apresentadas por Michel Foucault. Ao se dedicar a apresentar a história da

sexualidade, ele o fez a partir da descrição do funcionamento do dispositivo da sexualidade (Foucault, 1988). Em seus escritos, a noção de “dispositivo” refere-se a mecanismos de classificação e categorização de subjetividades, esse conceito pode ser entendido como uma ação que altera alguma coisa, uma rede discursiva que tem o poder de regular, enquadrar e categorizar a sexualidade humana, essa rede discursiva está presente no discurso jurídico, médico e sociológico, dentre outros, e é usada para distinguir o que é considerado normal do que é classificado como desvio.

Foucault fez do sexo um objeto histórico, gerado pelo dispositivo da sexualidade, e se dedicou a descrevê-lo dentro do contexto do discurso científico. O dispositivo da sexualidade, conforme proposto pelo autor, serve para desfazer a noção de que as práticas sexuais são naturais. Além disso, ele destaca o *modus operandi* do dispositivo como uma instância que produz subjetividades, regula comportamentos e corpos. (Foucault, 1988). O dispositivo opera como uma rede no campo saber-poder, onde investe em significações que incidem sobre os corpos de maneira a dispô-los em um sistema de inteligibilidade calcado em categorizações da ordem do normal e da transgressão, criando expressões legítimas e ilegítimas do exercício da sexualidade.

Segundo Foucault (1988), a partir do século XVIII foi criada toda uma rede, tanto complexa quanto sutil, de proliferação de saberes, poderes e discursos acerca de uma verdade sobre o sexo, que operava produzindo controle sobre corpos, modos de ser e populações. O dispositivo da sexualidade é, pois, uma combinação diversificada de estratégias e táticas que envolvem discursos, instituições, proposições científicas, jurídicas, médicas dentre outras, no intento de engendrar corpos e subjetividades dentro dos parâmetros de produção de objetivos determinados. A saber:

> A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Foucault, 1988, p. 100).

É nesse cenário que Foucault (1988) cunha também a expressão “ortopedia sexual” (ortopedia específica do sexo) para se referir à proliferação de discursos normalizadores da sexualidade a partir do século XVIII. O objetivo desses discursos

consistia em produzir uma ordem discursiva a respeito das práticas afetivo-sexuais dentro dos eixos de poder. A ortopedia de que trata o autor é operacionalizada por meio de um conjunto de práticas sociais que sustentam, regulam e incitam a produção dos discursos. O discurso, por sua vez, configura-se como o instrumento de controle e poder que está na base da meticulosa construção heterossexual e da ortopedia sexual, e que impele a certos comportamentos esperados. Portanto, a ortopedia específica do sexo proporciona a constituição de um indivíduo normalizado segundo os imperativos morais/sexuais.

Em síntese, a partir das discussões de Foucault (1988), é proposto que as sexualidades não existem fora do âmbito de classificação e normalização, mesmo que, no discurso comum, a sexualidade seja vista como algo natural e como ponto de chegada da sequência sexo-gênero-desejo, como se fosse um destino pré-determinado e inato ao corpo e aos indivíduos. Nesse contexto, a heterossexualidade normativa (Butler, 2010) é vista como o único destino legítimo, e espera-se que a sequência seja coerente, que o sexo defina o gênero e que este, por sua vez, direcione o desejo para o polo oposto. Todas as outras possibilidades são marginalizadas e vistas como desvios. Nesse sentido, Louro destaca:

> Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais. É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento (Louro, 2000, p. 17).

Acontece que a sexualidade humana é condicionada pelo desejo, uma característica que a distingue do sexo nas outras espécies. Esse desejo é formado durante o processo de socialização e é manifestado através da sexualidade. Todos os incentivos para a sua formação operam dentro dos parâmetros da heteronorma, uma vez que o desejo que se vislumbra formar é sempre o heterossexual, colocado como possibilidade única de normalidade (Foucault, 2001). No entanto, as falhas na proposição desse modelo como legítimo são tão múltiplas quanto as alternativas a ele. Uma vez que, mesmo os sujeitos que compartilham de uma mesma orientação sexual a vivenciam de diferentes formas, inclusive a heterossexualidade, que apesar

de colocada como expressão sexual unívoca, também é plural e diversa, assim como as outras práticas sexuais.

É da naturalização das práticas sexuais que resultam discriminações e violências contra os sujeitos que subvertem a heteronorma. Foucault (1988) descreve as expressões que divergem da norma heterossexual do desejo como “sexualidades periféricas”, isto é, práticas sexuais não-normativas, possibilidades outras que desestabilizam a norma e que por isso são objeto de violência. Como qualquer aspecto da vida social, a sexualidade não é senão resultante da captura dos sujeitos por um conjunto de dispositivos, de ordem linguística e institucional, que atuam desde o mais tenro processo de socialização. Essa captura ocorre com foco sempre na formação da sexualidade considerada normal, de modo que a maioria das representações encontradas no mundo social centram-se no processo de heterossexualização das subjetividades, engendrada dentro das relações de poder, ditando a norma e a transgressão, e secundarizando o que foge à norma. Trata-se de um forte investimento na produção das identidades, não só sexuais como também de gênero.

Do ponto de vista da realidade (Leia-se realidade conforme Berger e Luckmann (2007), isto é, enquanto um conjunto de fenômenos que existem independentemente da nossa vontade e que são construídos por uma conjunção de fatores sociais decorrentes da ação humana), as questões supracitadas implicam nas mais diversas formas de violência, ausência ou baixa representatividade, tentativas de recaptura para a norma ou de enquadramento normativo. Ao elencar-se a heterossexualidade como a prática sexual de referência, como a sexualidade evidente que dispensa justificação e que está alicerçada no campo da naturalidade, as violências sobre as sexualidades dissidentes se tornam uma consequência concreta, isso pois, quando é conferido *status* de normalidade a uma identidade ou a uma forma de existência, é instituída também uma hierarquização que valora tais práticas e, com isso, são reservados privilégios ou sanções para cada uma delas.

1.3. A fenomênica do espaço: Família e seus significados

> *A família é seu próprio governo, guardiã dos efeitos sociais de seus membros (Donzelot, 1986, p. 64).*

Todas essas questões em discussão serão analisadas levando em consideração o contexto familiar como o *lócus* principal das análises. A problemática da família é uma temática geradora de inúmeros debates e que abriga uma multiplicidade de relações. É importante observar que, do ponto de vista histórico, a família, enquanto instituição, passou por mudanças fundamentais em suas formas de estruturação ao longo do tempo (Donzelot, 1986). No contexto moderno, apresenta arranjos mais diversos e constituições múltiplas, o que a torna um vasto campo de estudos.

Para delimitar a conceituação de família, conforme abordamos nesta pesquisa, nos interessa muito mais destacar estruturações modernas e as configurações familiares de origem das nossas interlocutoras, portanto, não realizaremos extensos debates, como digressões ou desenvolvimentos históricos da família, dado que o nosso objetivo é caracterizar e posicionar essa conceituação dentro do escopo de nossas análises, uma vez que nos concentramos na discussão de como os sistemas de homofobia familiar operam.

Isso posto, de todas as transformações que a instituição da família sofreu ao longo da história, o que particularmente nos interessa são as formas modernas de sua estruturação: “a partir do século XVIII, e até nossos dias, o sentido de família se modificou muito pouco. Ele permaneceu o mesmo que observamos nas burguesias rurais e urbanas do século XVIII” (Ariès, 1981, p. 224). Modificações como a descentralização da autoridade patriarcal e a introdução de divisões internas mais flexíveis de papeis dentro da família, promoveram uma maior individualidade e campos de atuação para os indivíduos nos contextos familiares. Essas mudanças estruturam os modos atuais de organização familiar enquanto instituição (Ariès, 1981).

Nos contextos contemporâneos, a família aparece, como um espaço com hierarquizações menos demarcadas, sustentada por laços de afeto e cuidados recíprocos, não se limitando mais apenas a conexões biológicas (Honneth, 2015). Cabe ressaltar também que não se trata de não existirem resquícios das formações patriarcais de família, onde as hierarquizações e a divisão sexual do trabalho eram taxativas, mas a sua tônica se modifica. Conforme conceituado por Ariès (1981), nas

famílias modernas, passa a haver um maior respeito pelas individualidades dos membros da família, bem como uma ênfase nos elementos de respeito e afeto. Essas são características das “famílias conjugais modernas” (Ariès, 1981, p. 211), predominantemente compostas por pais e filhos, raramente, incluindo mais de duas gerações.

Uma importante observação sobre a família, no que se refere a questões relacionadas à sexualidade, é notar, como apontado Foucault (1988), que essa instituição foi historicamente autorizada pelo dispositivo da sexualidade a atuar enquanto instância de produção de subjetividades e como guardiã das normativas sexuais e da sexualidade de seus membros. Pais e mães tornam-se agentes na produção das sexualidades, assim como outros membros da família também se sentem autorizados a questionar ou intervir nas vidas de sujeitos de expressões sexuais dissidentes.

> A família é o cristal no dispositivo da sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata. Por sua penetrabilidade e sua repercussão, voltada para o exterior, ela é um dos elementos táticos mais preciosos para esse dispositivo (Foucault, 1988, p. 105).

Do ponto de vista sociológico, a família, enquanto instituição, se estabelece e se modifica a partir de percursos sócio-históricos e culturais, de modo que pensar esse espaço enquanto categoria sociológica consiste em entender que se trata de um:

> (...) conceito que pretende dar conta daquilo que uma sociedade pensa e assim institui como seu código de valores e ideias: sua cosmologia e seu sistema classificatório; e também para traduzir aquilo que a sociedade vive e faz concretamente - o seu sistema de ação que é referido e embebido nos seus valores (DaMatta, 1997, p. 14).

Portanto, considerando essas dimensões e entendendo a família como espaço também marcado por disputas e sistemas classificatórios, podemos compreender que ela pode funcionar também como espaço de violências. Outro elemento que também aparece frequentemente em análises sobre a família é o entendimento do seu funcionamento como *lócus* primário onde se alicerça e se constrói parte significativa da identidade dos indivíduos, espaço onde ocorrem os processos primários de socialização, o que a coloca como instituição estruturante da construção dos indivíduos. Mas seja no modelo contemporâneo (mais igualitário) ou no modelo patriarcal (hierarquizado) a família, assim como qualquer outro fenômeno social, não existe na forma de um tipo ideal (Weber, 1963), em estado puro.

No caso das famílias modernas, a concepção de que elas funcionam como um eixo de referência que ancora identidades, e que deve prover segurança emocional e proteção (Mattos, 2016), no encontro com a realidade, esses papeis podem oscilar, de maneira que a família pode ser também um espaço de insegurança, de violência e de quebra de expectativas. Como destacado por Giddens (2005), nas estruturas familiares das sociedades modernas, a casa pode, paradoxalmente, se tornar um espaço mais perigoso do que a rua.

> O problema da violência doméstica ganhou atenção popular e acadêmica, durante a década de 1970, em resultado do trabalho desenvolvido por grupos feministas nos centros de refúgio para mulheres maltratadas'. Antes disso, a violência doméstica, bem como os maus-tratos às crianças eram fenômenos discretamente ignorados (Giddens, 2005, p. 196).

Se observarmos pelo ângulo das questões de violência homofóbica, a colocação de Giddens se mostra bastante real, sobretudo no que se refere às vivências familiares de mulheres lésbicas. A pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil da Fundação Perseu Abramo (Venturi e Bokany, 2011), por exemplo, levantou que, quando perguntadas sobre os seus agressores, mulheres lésbicas apontaram que pais e outros familiares foram os discriminadores em 57% dos casos; amigos e conhecidos em 25%; e somente 18% dos seus agressores estão significativamente fora do contexto de proximidade.

Schulman (2009), ao discutir a problemática da homofobia familiar, descreve o modo como a violência no contexto da família pode ser mais devastadora que a violência na rua, porque a família, pela sua estruturação, deveria ser um lugar proteção e afeição, mas quando se coloca também como um espaço de violência o impacto que causa é ainda mais forte, e por se configurar como espaço privado onde “ninguém está olhando, ninguém de fora irá intervir, porque há a percepção de que os assuntos de família são privados e intocáveis e a estrutura familiar e sua intocabilidade predominam” (Schulman, 2009, p. 76, tradução nossa), as violências tornam-se ainda mais difíceis de serem vistas, com isso, consequentemente, mais difíceis de serem combatidas.

A autora aponta que, em perspectiva similar à de pensar como o precedente das lutas feministas que desnaturalizaram o discurso da esfera privada que mantinha mulheres longe do poder, e legitimavam violências, um caminho semelhante deveria ser seguido para tratar a homofobia nesse espaço. Isto é, o modo como a homofobia

no contexto familiar é obscurecido pela intimidade do mundo privado, é algo que deve ser atacado tal como foi a violência doméstico-conjugal, para que possamos realizar uma mudança de paradigma. Desse modo, ela propõe que transformar a homofobia familiar em uma questão pública é fator central para combatê-la, pois é essa falsa privatização da homofobia familiar que nos impede de reconhecer que não se trata de um problema pessoal, mas uma questão coletiva, uma crise cultural (Schulman, 2009). Sem intervenções externas seguimos acreditando que a homofobia familiar é um problema individual, a ser considerado apenas no contexto da família, e esquecemos o caráter coletivo implicado no fenômeno.

Nesse contexto, temos ainda um elemento a observar, quando falamos do espaço doméstico-familiar as singularidades de gênero que se apresentam devem ser consideradas. Quando a pessoa homossexual da família é uma mulher, existem *distinções ou fatores agravantes* (Toledo, 2013), ou como pontuamos nesta pesquisa, *condições entrelaçadas de dominação*, que ocorrem a partir do cruzamento dos marcadores de gênero com a sexualidade dissidente. Rich (2012) foi uma das primeiras estudiosas a apontar o modo a heterossexualidade se estrutura enquanto instituição política que retira o poder das mulheres, e que no espaço doméstico as subjuga, de maneira que a sua autonomia é vista como uma ameaça à família e também à sociedade de forma mais ampla. A esse respeito, Wittig (2005) também aponta para o modo como, as lésbicas são, por vezes, consideradas “não-mulheres”, e vistas como figuras disruptivas porque estão fora da economia política da heterossexualidade e destroem a ideia de mulheres enquanto grupo natural.

No caso das mulheres lésbicas, devemos observar como sua condição específica nos eixos de dominação e a significativa expressividade de violências homofóbicas no espaço privado em suas vivências refletem tais distinções e potencializam situações ligadas aos signos representativos do lar e da compreensão do papel feminino nesse ambiente. Esses elementos estão fortemente presentes nas histórias compartilhadas por nossas interlocutoras. Como é o de Daniela (31 anos - ver apêndice B, página 154), que descreve os desafios que enfrentou quando começou a se interessar por outras mulheres e ansiava por mais liberdade para sair de casa. Em seu relato, ela destaca as dificuldades que encontrou não apenas devido à sua orientação sexual, mas também em razão das restrições impostas a ela, em função do seu gênero.

Filha de pais conservadores, Daniela assumiu responsabilidades domésticas desde cedo, ajudando a mãe nos cuidados com a casa. Ela narra que se ressentia da obrigatoriedade dessas tarefas e as considerava injustas, especialmente porque seu irmão mais velho não tinha as mesmas obrigações. Em seu relato, ela lembra, com certa revolta, que, além das tarefas da casa, tinha pouca liberdade para sair. Daniela relata que não podia sair sozinha à noite até por volta dos dezesseis anos, e depois disso, quando passou a poder, seu horário para chegar em casa era até às 21:00 horas, além disso, a sua mãe tinha que saber exatamente com quem estava e onde estava. Daniela se compara muito ao irmão, que não tinha essas limitações e não era obrigado a realizar tarefas domésticas.

> A minha relação com meus pais sempre foi muito tradicionalista, sabe? Hoje não é muito diferente, mas a gente mal se fala e mal se vê (...). Eu tinha obrigações em casa desde cedo, enquanto meu irmão, que é nove (09) anos mais velho que eu, não precisava fazer nada. Acredita que eu, com doze anos, tinha que fazer coisas pra ele? Tipo fazer lanches e tal. Cara! Ele tinha vinte e um nessa época, já era universitário, mas ficava jogando *videogame* e queria que uma criança cozinhasse pra ele, eu sempre me revoltei com isso e não cozinhei mais que uma vez, ou duas, não lembro, eu podia ficar de castigo, eu não ligava (...) minha mãe vivia fazendo aqueles joguinhos psicológicos, sabe? Do tipo: 'Vou ter que parar o que tô fazendo porque você não me ajuda'. *Ah!* Claro! porque um marmanjo de vinte e um anos não pode fritar um ovo pra ele mesmo (...)" (Narrativa de Daniela, 31 anos)

> "(...) então você imagina, essa era minha vida em casa, né? E eu não podia sair muito porque 'menina de família não devia ficar solta por aí' (...). Isso nem era o pior, o pior era minha falta de liberdade que era tão grande que eu não consegui esconder minha sexualidade muito tempo, eu não tinha opção de ficar no armário, como dizem, né? Nem que eu quisesse, porque eu não tinha privacidade, no meu primeiro namoro [com garota], com dezessete anos, minha mãe já descobriu, porque com ela era *marcação cerrada*, ela ficava em cima, eu fiquei sufocada e contei logo, foi pior porque aí que eu passei a não ter liberdade mesmo" (Narrativa de Daniela, 31 anos).

As condições específicas de que falamos, que se impõe sobre mulheres lésbicas, estão fortemente presentes nos relatos de Daniela, elas são influenciadas pelas dinâmicas de gênero e pelas sanções impostas às sexualidades dissidentes, em condições de entrelaçamento. Essas condições, que se intensificam no ambiente doméstico, são o que chamamos de "fenomênica do espaço". Este conceito, que desenvolvemos para discutir o espaço não só como ambiente, mas como ambiência, nos permite analisar como o espaço é permeado por signos representativos, dinâmicas, conflitos e expectativas que moldam a maneira como interagimos nele. No

caso do espaço doméstico, a predominância do feminino, visto como garantia de continuidade e com um papel proeminente na dinâmica desse espaço, são características centrais.

Ao discutirmos a ideia de uma “fenomênica do espaço”, estamos nos referindo ao espaço como um fenômeno, atravessado por particularidades, que possui padrões observáveis de relações e expectativas que marcam identidades e tendem a se perpetuar, isto é, nos referimos ao modo como sendo a casa (ou a rua) uma esfera de ação social, para além de ser somente um espaço geográfico, ela é também um espaço simbólico, marcado por signos, relações, classificações, códigos morais, ou seja, configura-se como um campo no sentido aplicado por Bourdieu (2001), de espaço onde há embate de forças entre os agentes que o compõem, e por intermédio disso, constroem-se relações e validam-se significações.

1.4. Violências cruzadas: Abordagem interseccional da homofobia

Tratar da questão lésbica requer que se observe o cruzamento dos marcadores da diferença e, consequentemente, a violência cruzada que emerge desse encontro. A maneira como as mulheres lésbicas sofrem com a homofobia não parte apenas da soma de desigualdades de gênero e sexualidade, mas parte do entrecruzamento das marcas que compõe suas identidades ao mesmo tempo em que as situam em posições específicas de dominação, assim não é possível compreender a lesbofobia sem considerar o binarismo de gênero que perpassa as relações sociais e o modo como essa questão se entrelaça aos demais marcadores que compõe a sua identidade.

Enquanto fenômeno heterogêneo, a homofobia possui formas diversas de expressão e nuances que atuam em um espectro de abrangência que é cortado transversalmente pelo encontro com outros marcadores sociais da diferença, fazendo com que a experiência dos sujeitos com a violência de cunho homofóbico ocorra em lugar muito específico, no lugar do cruzamento dos diferentes marcadores que constituem as suas identidades. Para melhor compreensão do cruzamento entre os diferentes marcadores da diferença, o conceito de interseccionalidade é central como lente de análise, pois auxilia na compreensão do quadro de desigualdades da sociedade brasileira a partir da proposição de que o cruzamento de marcadores de

gênero, sexualidade, raça, classe, idade e outros, que estabelecem desigualdades específicas conforme a posição de cada sujeito no quadro de condições combinadas ou entrelaçadas de dominação.

O conceito de interseccionalidade, que se originou no feminismo negro nos Estados Unidos, e tem como ponto de partida formal os escritos de Crenshaw (1989), se refere à maneira como o racismo, a dominação de classe, as relações de gênero e outras formas de dominação e discriminação interagem para criar desigualdades complexas. Em nosso estudo, também consideramos marcadores de sexualidade e idade. A interseccionalidade revela como essas formas de opressão se cruzam para posicionar os indivíduos em um *lócus* específico nos eixos de poder, com base em suas características pessoais. Portanto, as desigualdades não são apenas aditivas, mas sim interativas, criando posições únicas de dominação. Ao utilizar a interseccionalidade como uma lente analítica, destacamos a multiplicidade das identidades individuais. Ela nos permite entender como diferentes combinações de marcas sociais da diferença posicionam cada indivíduo em um ponto específico do sistema hierárquico. Assim, a interseccionalidade nos ajuda a reconhecer e abordar as múltiplas dimensões das desigualdades e violências.

Segue-se dessas observações a percepção de que existem elementos que diferenciam as vivências *gays* e lésbicas, e não apenas as deles, mas de todos os setores sociais que formam a sigla LGBTQIA+. *Pari Passu* ao fato da lesbofobia apresentar peculiaridades no cenário geral da homofobia, isso também ocorre com os outros setores sociais do acrônimo, que são muito diferentes entre si, e também requerem que, para a sua compreensão, se reconheça a genealogia diferenciada e, sobretudo, o impacto do cruzamento das diferenças que a compõe. Todos os setores sociais do acrônimo sofrem violências particulares, porque cada grupo possui características específicas que os colocam em posições determinadas nos eixos de poder, singularizando sua experiência com a violência.

Homogeneizar esse grande e diverso grupo implicaria em incorrer em violência epistêmica, uma vez que acarretaria o não-reconhecimento dos elementos que compõem a diferenciação e as identidades específicas desses sujeitos e, com isso, não prepara o cenário para que se projete ações de reconhecimento que nos contemplem em suas singularidades. “(...) O sistema de opressão sexual corta transversalmente outros modos de desigualdade social, separando os indivíduos e grupos de acordo com suas próprias dinâmicas intrínsecas” (Rubin, 2003, p. 28).

Assim, o machismo e a violência de gênero estão na base não só da lesbofobia, como da homofobia e também têm parte nas violências contra os demais grupos da sigla LGBTQIA+.

É importante enfatizar também que a diferenciação das formas de violência que afetam os indivíduos e a observação dessas violências a partir de contextos únicos gerados pela intersecção de marcadores sociais de diferença, não implica necessariamente em ranquear as violências ou determinar quem sofre mais ou menos devido às condições específicas de dominação em que se encontra, mas consiste em identificar e diferenciar essas posições distintas. Este é um ponto que, inclusive, Schuman destacou em nossa entrevista ao discutir o tema da interseccionalidade (Oliveira, 2023a). A saber:

> **Schulman:** Bem, antes de mais nada, quero dizer que acho que a interseccionalidade é uma palavra nova para uma ideia antiga. E a ideia antiga é o feminismo das mulheres de cor. Se olharmos para coisas da década de 1980, como *This Bridge Called My Back*[5], por exemplo, ou *Combahee River Collective*[6], os primeiros escritos feministas dos anos 1970 e 1980, veremos que as mulheres de cor estão falando sobre interseccionalidade quando dizem que as opressões não podem ser ranqueadas. Mas agora chamamos isso de algo mais genérico, de interseccionalidade, não o chamamos mais de feminismo das mulheres de cor. Portanto, é uma ideia antiga sobre coalizões e violências cruzadas (Oliveira, 2023a, informação verbal, tradução nossa).

Nesta pesquisa, o foco principal é a experiência das mulheres lésbicas em relação às violências, e abordamos a temática a partir de uma perspectiva interseccional, dando destaque a esses elementos em nossa análise. Portanto, buscamos explorar a realidade deste encontro de marcas de diferença (sobretudo dos marcadores de gênero e sexualidade), e as questões que surgem dessa intersecção e singularizam as vivências de mulheres lésbicas com a homofobia, uma vez que essas mulheres se encontram em posições específicas de dominação que as expõe a situações particulares. Essas situações são narradas nos relatos que discutiremos no contexto empírico e também aparecem na literatura que mobilizamos para analisar os casos.

---

[5] *The Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color* é uma coletânea de textos de mulheres negras do feminismo, organizada e publicada por Cherríe Moraga e Gloria Anzaldúa.

[6] Foi uma organização do feminismo negro, fundada pela feminista e ativista estadunidense Barbara Smith, com atuação em Boston, capital do estado de *Massachussetts* nos Estados Unidos, no período de 1974 a 1980.

1.5. Considerações metodológicas: Situando o campo e os sujeitos de pesquisa

Diante do cenário apresentado, para discutirmos como os sistemas de homofobia familiar operam, mobilizaremos as análises teóricas a partir do respaldo do plano empírico, com dados levantados por meio de entrevistas qualitativas semi-dirigidas, realizadas com treze mulheres lésbicas da cidade de Natal - Rio Grande do Norte. A escolha da cidade de Natal como campo deve-se à relação de continuidade com a pesquisa de mestrado (Oliveira, 2017), onde foram estabelecidos contatos e traçado o caminho inicial para a sequência do estudo. Quanto à escolha do modelo semi-dirigido, que consiste na condução de um diálogo por meio de roteiro ou pauta, composto por tópicos ou questões que o/a entrevistador/a vai explorar ao longo do seu curso, e que pode se estender em uma conversa e troca mais ampla, a partir das aberturas ou limitações que a interlocutora vai apresentando, deve-se ao seu formato mais propício ao levantamento de dados com maior profundidade, além da entrevista semi-dirigida (ou semiestruturada) ser a técnica mais recomendada em situações nas quais os interlocutores não se sintam à vontade para responder a indagações formuladas com maior rigidez (Gil, 2007), que é o caso dos temas mais sensíveis como o da nossa pesquisa. Ainda sobre esse tipo técnico ou ferramenta de investigação, Amado e Ferreira reforçam que:

> Deve ser usado como principal meio de recolha de informação que tem o seu mais direto apoio nos objetivos da investigação (...) para testar ou sugerir hipótese, podendo ainda servir para explorar ou identificar variáveis e relações (Amado; Ferreira, 2020, p. 13-14).

As entrevistas foram conduzidas no ano de 2022. A pandemia da Covid-19 atrasou o início dos trabalhos de campo, com isso, implicou também na redução do número de entrevistas realizadas. O impacto disso não foi significativo, pois, atingimos treze interlocutoras e, considerando que se trata de uma pesquisa qualitativa, os dados levantados foram suficientes para alcançar os resultados esperados. O atraso no início do levantamento dos dados deveu-se à importância que consideramos de realizar as entrevistas *in loco* e não por meio de modelos remotos de videoconferências. Uma vez que, tratando-se de um tema sensível, a alternativa apresentada pelas videochamadas não foi considerada producente, dado que por tratamos de violências nos contextos doméstico-familiares, com as entrevistas restritas a esses contextos, as interlocutoras poderiam não se sentirem seguras ou à vontade para conversar sobre sexualidade e violências sofridas em casa.

Além da dificuldade supracitada, que inviabilizou a realização de algumas entrevistas nesse período, existem também fatores que tornam a entrevista por videochamada menos desejável, sendo diversos os desafios metodológicos apresentados nesse cenário. Se antes da pandemia podíamos viver a experiência física do encontro com o entrevistado, durante o período, com a comunicação restrita a plataformas como *Google Meet* e *Zoom* como alternativa única de encontro, são diversos os elementos perdidos de interação, como expressões corporais, tonalidades de voz, gestos que quase dizem algo mesmo que não verbalmente, silêncios, gagueiras, elementos que no cenário remoto perdem-se deixando a avaliação da comunicação apenas naquilo que é dito diretamente (e ainda se a conexão de rede de internet permitir).

Como entendemos o processo de campo como um olhar também ao contexto e ao não-dito, ou seja, para o plano maior da conversa, com a entrevista por videochamada, mesmo quando possível, sabemos que muito se perde. Por isso aguardamos o avanço da cobertura vacinal na cidade de Natal e, iniciamos as entrevistas, em formato presencial, tão logo obtivemos um cenário seguro, priorizando a saúde das interlocutoras e da condutora da pesquisa, o que ocorreu no ano de 2022.

A respeito do modo como acessamos nossas interlocutoras, as participantes foram contatadas por meio da técnica bola de neve, do inglês *snowball*, que consiste em estabelecer uma rede de contatos a partir de indicações das próprias entrevistadas, de modo que a rede de contatos vai aumentando conforme ocorre o avanço da pesquisa. Trata-se uma técnica “eficaz para alcançar populações de difícil acesso ou identificar populações que permanecem invisíveis quando utilizadas outras técnicas de amostragem” (Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya, 2004, p. 289). Os contatos iniciais já estavam estabelecidos, provenientes de pessoas que conhecemos durante a pesquisa anterior. A partir desses contatos, e com a ajuda de suas indicações, conseguimos localizar novas interlocutoras. Esse processo continuou até que a pesquisa estivesse completa.

Outro tópico importante, quanto aos procedimentos metodológicos, é o da necessidade de diversidade no perfil das entrevistadas, para que o grupo entrevistado seja representativo da realidade, ou seja, da multiplicidade das mulheres lésbicas existentes e, portanto, das suas múltiplas vivências. Ficamos atentos a essa questão, uma vez que entendemos não ser possível compreender inteiramente o processo de

formação de uma identidade sem considerar as variáveis que estão presentes em sua construção.

Nos perfis das interlocutoras, prezamos pela diversidade de idades, raça/etnia, escolaridade e de outras marcas sociais da diferença, fatores que estiveram presentes na constituição da pesquisa, como veremos na apresentação abaixo. Note-se que as interlocutoras são apresentadas com nomes fictícios, essa foi uma demanda da maioria das participantes, de maneira que optamos por atribuir pseudônimos a todas elas. Contudo, a primeira letra de cada nome foi mantida a partir do nome original, essa foi outra demanda que surgiu no diálogo com algumas interlocutoras, e que foi reproduzida para todas.

As participantes da nossa pesquisa são todas mulheres lésbicas, nascidas e criadas na cidade de Natal – Rio Grande do Norte. Inicialmente, faremos uma breve apresentação de cada uma delas, fornecendo informações como nome (fictício), idade, raça/etnia (conforme autoidentificação), nível de escolaridade e profissão. À medida que avançarmos nas análises, exploraremos mais detalhadamento os elementos que compõem suas identidades, de acordo com as demandas dos debates. Assim como maiores detalhes podem ser acessados a qualquer momento no apêndice B.

Nossas treze interlocutoras são, portanto: Fran de 19 anos, parda, Ensino Médio Completo/Cursando nível superior, ela define sua profissão atual como estudante, do curso de biomedicina. Neuma de 20 anos, parda, Ensino Médio Completo, é atendente de *telemarketing*. Lígia de 25 anos, parda, Ensino Superior Completo, sua profissão é psicóloga, mas está desempregada no momento. Tânia de 29 anos, branca, possui Pós-Graduação, e é engenheira. Val de 30 anos, branca, Ensino Superior Completo, é arquiteta. Daniela de 31 anos, branca, Pós-Graduação, é engenheira. Patrícia de 36 anos, parda, Ensino Médio Completo, está desempregada e relata não ter profissão. Joane de 39 anos, branca, Ensino Superior Completo, é enfermeira. Kívia de 40 anos, branca, Ensino Técnico, é técnica em enfermagem. Maria de 48 anos, parda, Ensino Médio Completo, é conselheira tutelar. Gomes de 55 anos, preta, Ensino Superior Completo, é enfermeira. Aline de 58 anos, preta, Pós-Graduação, é professora. Carla de 60 anos, branca, Ensino Médio Completo, é vendedora.

Agrupando as características em comum por categorias temos o seguinte perfil de interlocutoras: Quanto às raças/etnias, as entrevistadas se autodefiniram como

seis (06) brancas; cinco (05) pardas; e duas (02) pretas. Possuem nível de escolaridade variado, sendo cinco (05) com Ensino Médio Completo; uma (01) com Ensino Técnico; quatro (04) com Ensino Superior completo; e três (03) com Pós-Graduação. As faixas etárias são divididas em quatro grupos, cada grupo com uma extensão de cerca de dez anos: Faixa 1: de 19 a 29 anos (04 participantes); Faixa 2: de 30 a 39 anos (04 participantes); Faixa 3: de 40 a 49 anos (02 participantes); e Faixa 4: de 50 a 60 anos (03 participantes).

A transcrição de todas as entrevistas foi realizada por meio do *software Atlas.ti* (Freise, 2012) que, dentre suas funcionalidades, possui uma estrutura amigável para essa função. O programa, na versão utilizada, não faz uso de inteligência artificial ou de ferramentas automatizadas de transcrição, de modo que essa atividade foi feita manualmente. No entanto, o *Atlas.ti* permite, em uma única tela, rodar o áudio, em diferentes velocidades, e digitar ao mesmo tempo, o que facilita o trabalho de transcrição.

Com as entrevistas transcritas pudemos extrair focos temáticos para o debate, bem como trechos de citações diretas das interlocutoras que contribuem na ilustração das análises teóricas, assim vão sendo construídas as narrativas que nos auxiliam nas análises da problemática da homofobia no contexto familiar de origem, além de traçarmos um diálogo entre teoria e empiria. Os dados levantados abordaram múltiplos aspectos da vida de nossas interlocutoras, elementos da construção de suas identidades, processos de estranhamento de si e de descoberta da própria sexualidade, e de afirmação da dissidência sexual para a família, além dos relatos das vivências familiares da infância até o momento da entrevista, e de situações diversas de violência, que são analisadas à luz dos estudos críticos de gênero e sexualidade.

Uma parcela menor do nosso campo e das análises realizadas foram resultado do material levantado durante Estágio de Doutorado no Exterior (Doutorado Sanduíche) onde buscou-se analisar as nuances da homofobia familiar, com ênfase nas mulheres lésbicas, a partir de um esforço comparativo entre Brasil e Estados Unidos. A realização das atividades no exterior foi desenvolvida a partir do vínculo de pesquisadora visitante no departamento de Antropologia da Universidade *John Jay College of Criminal Justice - The City University of New York*, em Nova Iorque/Estados

Unidos, sob a supervisão da Professora Doutora Patricia Tovar, Professora *tenure*[7] do Departamento de Antropologia da instituição.

A decisão de realizar uma pesquisa no exterior, especificamente nos Estados Unidos, foi motivada pela relevância teórica da obra sobre homofobia familiar, *Ties that Bind: Familial Homophobia and its consequences,* da teórica estadunidense Sarah Schulman. Schulman apresenta uma profícua discussão acerca desse fenômeno que, apesar de fazer parte da trajetória da maioria dos sujeitos LGBTQIA+, até a escrita do seu livro não era conceituado. No entanto, embora a obra em questão seja um estudo valioso, ela se concentra principalmente nas análises de homofobia familiar no contexto estadunidense, isso significa que as experiências, percepções e respostas à homofobia familiar são examinadas através da lente da sociedade e cultura norte-americanas.

Entendendo que as dinâmicas familiares, as normas sociais, e as atitudes culturais do Brasil podem influenciar a experiência da homofobia de maneiras significativamente diferentes dos Estados Unidos, vemos como essencial que os quadros de referência sobre homofobia familiar sejam atualizados e expandidos para incluir a perspectiva brasileira. Assim, buscamos conhecer o contexto cultural de surgimento do conceito com a intenção de incorporar no contexto das pesquisas sobre homofobia uma perspectiva de análise que abranja o cenário brasileiro. Nesse sentido, o intercâmbio foi fundamental tanto para enriquecer nossa compreensão sobre o fenômeno, como também para fornecer percepções sobre a homofobia familiar em diferentes contextos.

O recorte da pesquisa no exterior, do ponto de vista do campo, foi significativamente menor que a pesquisa no Brasil. Isso se deve à limitação de tempo para o desenvolvimento da pesquisa no exterior, que foi de seis meses, além da necessidade de conciliar todas as outras atividades do estágio, somadas a outras barreiras com que nos deparamos, por exemplo, a dificuldade em encontrar interlocutoras que aceitassem participar da pesquisa gratuitamente, essa foi uma dificuldade muito específica do contexto estadunidense, derivada do fato de que nesse país a pesquisa científica é um campo muito valorizado, de modo que a maioria das pesquisas em execução possuem recursos para remunerar os participantes por suas

[7] O *tenure* é um *status* de estabilidade no emprego atribuído a professores do ensino superior nos Estados Unidos.

contribuições. É bastante comum encontrar cartazes nos murais de toda a universidade, convidando à participação em estudos científicos com oferta de contrapartida financeira à participação (ver anexo A). Os norte-americanos não estão habituados a dedicar tempo e esforço de forma gratuita na participação de estudos, sobretudo, porque as pesquisas possuem recursos para execução que incluem verbas para remunerá-los pela participação. Assim, há um estranhamento dos convites para pesquisas que não ofereçam algum retorno para o participante.

Na busca por interlocutoras, colei cartazes por toda a universidade, como não ofereci remuneração pela participação nunca obtive nenhum contato, de modo que só consegui realizar entrevistas com pessoas com quem estabeleci alguma relação pessoal no convívio e pedi diretamente a colaboração. Essas interlocutoras foram ao todo três (03): Sandra de 51 anos, branca, natural do Estado de Nova Iorque, Ensino Médio Completo, trabalha no Centro de Recursos LGBTQ+, *LGBTQ+ Resource Center*[8]*,* da *John Jay College of Criminal Justice*, como recepcionista, centro onde participei de muitas atividades, o que me permitiu conhecer e conviver com Sandra durante o período no exterior. Amy de 25 anos, é uma pessoa com deficiência, branca, natural do Estado de Nova Iorque, com Ensino Superior Completo em psicologia forense, a conheci em um grupo de leitura que é uma das múltiplas atividades realizadas pelo centro LGBTQ+. Kimberly de 31 anos, branca, natural do Estado da Carolina do Norte, Ensino Superior Completo, é assistente social, e me foi apresentada por Amy.

Cada uma delas trouxe perspectivas valiosas para a nossa pesquisa. Além disso, tivemos a oportunidade de entrevistar Sarah Schulman, autora do conceito de homofobia familiar e de uma das principais obras de referência em nosso trabalho. Sua contribuição enriqueceu nossa pesquisa e nos ajudou a ampliar a compreensão do tema. Por fim, cabe mencionar que as circunstâncias do número de entrevistas no exterior não geraram impacto negativo para a pesquisa, em primeiro lugar porque desde o plano de trabalho para atuação no exterior, submetido à CAPES para aprovação do financiamento do Estágio de Doutorado no Exterior (PRPG/UFPB,

[8] O LGBTQ+ *Resource Center*, ou Centro de Recursos LGBTQ+, é um espaço seguro e inclusivo dedicado a oferecer suporte de variados tipos aos estudantes da comunidade LGBTQ+ da instituição *(John Jay College)*. O centro oferece um espaço aberto para esses estudantes buscarem apoio e fornece serviços como programas educacionais e sociais, atendimento jurídico e psicológico, serviços de saúde e eventos culturais para essa comunidade.

2022), a nossa proposta do quantitativo de entrevistas nos Estados Unidos estava definida entre duas e cinco, de modo que atingindo três interlocutoras, ficamos dentro da meta proposta. Em segundo lugar, porque o contexto norte-americano possui uma quantidade substancialmente maior de pesquisas e de *corpus* de dados sobre homofobia familiar disponíveis para análises. Esses estudos foram iniciados a partir do trabalho de Schulman (2009), proporcionando uma base sólida para nossa pesquisa e para a compreensão do fenômeno.

CAPÍTULO II - REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO LÉSBICA

2.1. Estado da arte e perspectivas de análise sobre a questão lésbica no Brasil nas duas últimas décadas (2001-2021).

Por intermédio de uma análise crítica e reflexiva, buscamos aqui compreender as nuances das identidades lésbicas, os desafios e violências enfrentados por essas mulheres e as formas como elas resistem e se afirmam em uma sociedade que, por vezes, marginaliza e invisibiliza suas existências. Para ampliar a compreensão do tema em análise, um caminho producente é o desenvolvimento de um estado da arte, essa abordagem não apenas ilustra a maneira e a extensão em que a temática está sendo abordada por nossos pares, mas também fornece informações sobre sua disseminação e tratamento, o que é particularmente relevante no contexto das publicações científicas, que são o principal meio de comunicação entre cientistas e pesquisadores. Portanto, nesse sentido, nosso objetivo é observar como o tema vem sendo tratado no contexto acadêmico-científico e como tem evoluído ao longo do tempo.

Neste tópico de abertura do segundo capítulo, será então apresentado um panorama, na forma de estado da arte, dos estudos sobre a questão lésbica no Brasil, abrangendo o período de 2001 a 2021. Nosso objetivo é levantar e analisar os indicadores que caracterizam a produção escrita sobre a existência lésbica, com o propósito de examinar a produção de conhecimento em torno da mulher lésbica enquanto sujeito de pesquisa no cenário brasileiro, nas duas últimas décadas.

A opção pelo período de 2001 a 2021, para esta análise, é motivada pelo fato de que, apesar dos primeiros escritos acerca da questão lésbica remontarem à década de 1980, o quantitativo de pesquisas é historicamente muito baixo até a virada do século, com escasso material disponível para mapeamento. As produções no campo da sexualidade até o início do século XXI eram praticamente resumidas à questão homossexual com foco nos homens *gays* (Loyola, 2000). O que encontramos de produção anterior aos anos 2000, no cenário brasileiro, é um quase “deserto de estudos sobre o tema”, é assim que Loyola descreve a produção dos estudos de gênero no Brasil no início da década de 1980, e é assim que os escritos sobre a questão lésbica se apresentam até o início dos anos 2000.

Para identificar os trabalhos que se dedicaram a estudar a mulher lésbica como sujeito de pesquisa nas duas últimas décadas, foi realizada busca em anais de eventos acadêmicos nacionais e regionais da área, periódicos especializados das ciências sociais e dos estudos de gênero e sexualidade, bem como coletâneas e dossiês temáticos. O levantamento de dados foi realizado entre agosto e novembro de 2022, registrado em planilhas digitais no *Google Docs* e categorizados com as seguintes variáveis: Nome do periódico/Nome do evento, título das publicações, ano das publicações, quantitativo de publicações por período.

Na pesquisa em anais, consultamos ano a ano as publicações resultantes dos principais eventos científicos da área. Os eventos analisados foram: Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS); Reunião Brasileira de Antropologia (RBA); Seminário Internacional Fazendo o Gênero; Seminário Internacional Desfazendo o Gênero; Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades e Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre Mulheres e Relações de Gênero (REDOR). Os anais de todos os anos disponíveis foram acessados, uma vez no documento dos anais, passamos a buscar por palavras-chave: “Lésbica(s); Lesbianidade(s); Sapatão; Pensamento Lésbico”. Na sequência, analisou-se cada texto para identificar os que tratavam exclusivamente da questão lésbica e os que apenas lhe faziam menção como membro da sigla LGBTQIA+. Apresentamos a seguir os quadros com o mapeamento quantitativo dos trabalhos completos publicados nos anais desses eventos, seguidos de um panorama qualitativo, que destaca as principais temáticas abordadas nos textos.

Quadro 1 – Trabalhos Completos Publicados em anais do Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)

Períodos	Artigos encontrados
2001 a 2021	Nenhum

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quadro 2 - Trabalhos Completos Publicados em anais da Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)

Períodos	Artigos encontrados
2001 a 2005	Nenhum
2006 a 2010	01

2011 a 2015	Nenhum
2016 a 2021	Nenhum

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quadro 3 - Trabalhos Completos Publicados em anais do Seminário Internacional Fazendo o Gênero

Edições	Artigos encontrados
2002	03
2004 e 2006	Anais indisponíveis
2008	06
2010	05
2013	05
2017	10
2021	10

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quadro 4 - Trabalhos Completos Publicados em anais do Seminário Internacional Desfazendo o Gênero

Edições	Artigos encontrados
2013	02
2015	07
2017	Anais indisponíveis
2019	07
2021	06

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quadro 5 - Trabalhos Completos Publicados em anais do REDOR

Períodos	Artigos encontrados
2001 a 2005	Anais indisponíveis
2006 a 2010	01
2011 a 2015	03

2016 a 2021	03

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quadro 6 - Trabalhos Completos Publicados em anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades

Edições	Artigos encontrados
2009, 2011 e 2013	Anais indisponíveis
2015	07
2017	15

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Com base na análise das temáticas das produções publicadas nos anais desses eventos, podemos destacar que os primeiros textos abordam, principalmente, questões relacionadas à existência lésbica; invisibilidade lésbica; lutas por reconhecimento; e a questão lésbica no feminismo. À medida em que a discussão aumenta, os textos começaram a abordar temáticas como violências e lesbofobia, interseccionalidade e as questões ligadas à gênero, raça e classe, os textos também começaram a discutir a saúde física e mental das mulheres lésbicas, maternidade, conjugalidades e parentalidades lésbicas.

A busca em periódicos especializados foi realizada por meio das bases de dados *Google* acadêmico e Portal *Scielo,* refinando a busca também a partir das palavras-chave: “Lésbica(s); Lesbianidade(s); Sapatão; Pensamento Lésbico”. Diante do volume de dados que precisavam ser acessados, o filtro por palavras-chave se mostrou a forma de operação mais eficiente de busca. Contudo, cabe ressaltar que alguns trabalhos podem não ter sido encontrados na pesquisa devido ao fato de alguns periódicos da área não serem indexados a essas bases de dados ou ainda não apresentarem indicadores consolidados para esses processos de busca. O universo de produção de pesquisas dos estudos de gênero e sexualidade nas ciências sociais é extremamente amplo e denso, o que dificulta cobri-lo inteiramente.

Outro ponto a ser ressaltado consiste em observar o fato de o termo lésbica integrar a sigla LGBT, assim esse grupo aprece em vários artigos, mesmo que não seja o foco central da discussão, e que não haja menções significativas, a não ser como parte da sigla. Assim, diversos trabalhos que tratam de questões mais gerais foram identificados pelas palavras-chave das buscas, nesses casos fizemos uma

triagem a partir do título dos que abordavam o tema do trabalho diretamente, e do resumo no caso daqueles em que o título não era específico, isso foi feito para que fosse possível a identificação dos trabalhos que tratam exclusivamente da questão lésbica.

A busca identificou publicações nos seguintes periódicos especializados: Cadernos Pagu (Universidade Estadual de Campinas); Revista Bagoas - Estudos *gays*: gênero e sexualidades (Universidade Federal do Rio Grande do Norte); Revista Ártemis (Universidade Federal da Paraíba); Revista Brasileira de Estudos da Homocultura - REBEH (Universidade Federal do Mato Grosso); Cadernos de gênero e diversidade (Universidade Federal da Bahia); Revista Estudos feministas (Universidade Federal de Santa Catarina); Revista Gênero (Universidade Federal Fluminense); Revista *Periódicus* - Revista de Estudos Interdisciplinares de Gênero e Sexualidade (Universidade Federal da Bahia). As temáticas dos artigos seguem o mesmo padrão identificado nos trabalhos publicados em anais de eventos.

Por fim, foram encontrados três dossiês temáticos exclusivamente voltados à questão lésbica. Que foram publicados em 2017, 2018 e 2019, respectivamente. O primeiro dossiê, intitulado de “Sapatão é revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas” (Faria, Souza e Santos, 2017), foi publicado na Revista *Periodicus* - Estudos Interdisciplinares de Gênero e Sexualidade, publicação semestral do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS), da Universidade Federal da Bahia, ao todo foram publicados 14 textos, enviados e selecionados através da chamada para o dossiê no site da revista.

Os textos em discussão abordam uma variedade de discussões focadas em dois nortes temáticos, o primeiro é o do movimento lésbico e da organização das suas lutas políticas no Brasil; e o segundo trata do tema das identidades intersecionais. O primeiro eixo destaca questões relativas ao reconhecimento, ao ativismo político e aos desafios das lutas por visibilidade e direitos. Dentre os textos aparecem debates sobre a resistência lésbica durante o período da ditadura militar; a história do movimento lésbico, e o desenvolvimento da “LBL - Liga Brasileira de Lésbicas”. O segundo eixo discute questões relacionadas às intersecções entre raça, gênero e sexualidade, e também a intersecção entre gênero, sexualidade e deficiência, os textos desse eixo exploram especialmente a experiência específica de mulheres lésbicas negras.

Em 2018 foi publicado o segundo dossiê temático “Pensamento e resistências lésbicas feministas, dialogando com teorias clássicas, contemporâneas e movimentos lésbicos” (Lemos e Cordeiro, 2018) na Revista cadernos de gênero e diversidade, ele continha artigos apresentados na I Jornada do Pensamento lésbico que ocorreu em conjunto com a I edição do curso de extensão sobre o Pensamento Lésbico Contemporâneo (PLC), realizado no ano de 2017 pela Universidade Federal da Bahia. Ao todo, 07 artigos compuseram o dossiê. Em 2019 foi publicado o dossiê intitulado “(R)existência e Invisibilidade Lésbica: entre conceitos, panoramas e percursos” (Alves e Ferreira, 2019) na Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH) produzido a partir dos trabalhos finais da segunda edição do curso de extensão a distância do Pensamento Lésbico Contemporâneo realizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ao todo, foram 09 trabalhos.

Os trabalhos publicados nesses dossiês abordam principalmente a produção acadêmica e científica sobre a questão lésbica, resgatando importantes autoras e conceitos estruturantes do debate sobre lesbianidades, tais como Cheryl Clarke, Jules Falquet, Adrienne Rich, Monique Wittig, Gayle Rubin, dentre outras. Os textos desses dossiês constroem um panorama abrangente das autoras que contribuíram significativamente para o campo de estudos sobre a questão lésbica, destacando a relevância e o impacto de suas obras. Eles abordam ainda debates sobre a interseccionalidade entre raça, gênero, classe e sexualidade, e exploram a complexidade das identidades lésbicas, destacando as múltiplas maneiras pelas quais mulheres lésbicas existem e resistem em uma sociedade heteronormativa. Abaixo apresentamos um quadro do mapeamento das publicações em periódicos e dos dossiês temáticos.

Quadro 7 - Mapeamento de publicações sobre a questão lésbica em periódicos e dossiês temáticos

Períodos	Periódico/Quantidade de artigos	Total
2001 a 2005	Cadernos Pagu (01); Revista Estudos Feministas (01); Revista Gênero (02).	04
2006 a 2010	Cadernos Pagu (01); Revista Bagoas (04); Revista Ártemis (03); Revista Gênero (01).	09

2011 a 2015	Revista Bagoas (01); Revista Estudos Feministas (02); Revista Gênero (02).	05
2016 a 2021	Revista Bagoas (01); Revista *Periódicus* (01); REBEH (02); Revista cadernos de gênero e diversidade (03); Revista Ártemis (06); Revista Estudos Feministas (10); Revista Gênero (03). **Dossiês temáticos:** 2017: Revista *Periódicus* (14) 2018: REBEH (09) 2019: Revista cadernos de gênero e diversidade (07)	26 30

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Observando essas produções em perspectiva qualitativa, a partir dos principais recortes temáticos identificados nas produções e nas pesquisas acessadas, em síntese, é possível dividir as produções em dois momentos. As primeiras publicações, no período da primeira década analisada (2001 a 2010), abordam muito mais questões relacionadas à temática da existência lésbica, e operam no sentido de tornar visível o sujeito lésbico, discutindo suas identidades e variadas formas de existir, bem como o ativismo lésbico e lutas por reconhecimento. O segundo momento das publicações (2011 a 2021), trata de temas mais diversos como parentalidade, conjugalidade e maternidade lésbica; aproximações entre as categorias mulher lésbica e homem trans; políticas de saúde para mulheres lésbicas; a questão lésbica sobre perspectiva interseccional – gênero, raça e classe; envelhecimento e existência pública em espaços de arte, mídia e mundo do trabalho.

Tantos nos anais de evento, como nas publicações em periódicos, é a partir de 2015 que a produção sobre questão lésbica começa a se desenvolver em maior escala. Em 2017, após a I Jornada do Pensamento Lésbico da UFBA, em comparação aos anos anteriores, o número de publicações cresceu significativamente. Um adendo importante deve ser colocado para a centralidade da produção Baiana de estudos sobre a questão lésbica, a Universidade Federal da Bahia - UFBA é responsável por uma parcela significativa da produção sobre a questão lésbica, sobretudo, nos últimos anos. Os únicos três dossiês encontrados, sobre a temática, são resultados de

iniciativas da UFBA, como a Jornada do Pensamento Lésbico, e as duas edições do curso de extensão sobre O Pensamento Lésbico Contemporâneo (PLC).

O saldo final deixado por esse balanço aponta para o fato de que apesar de a produção acadêmico-científica a respeito questão lésbica ainda estar aquém do desejável, formando um quantitativo ainda tímido no cenário das centenas de pesquisas acessadas neste balanço, as movimentações no campo dos estudos lésbicos apontam perspectivas promissoras para o futuro, sinalizando que o vazio constatado e denunciado há tempos pela militância lésbico-feminista começa a ser, aos poucos, preenchido. Além do crescimento no número de publicações no último quinquênio, outras ações que otimizam esse cenário, como o desenvolvimento do projeto lésbicas que pesquisam[9], e do projeto lesbocenso[10], demonstram a potencialidade desse campo, no futuro, ser objeto de escrutínio de pesquisadoras e pesquisadores.

É nesse contexto, inclusive, onde se localiza esta pesquisa. No campo da produção de conhecimento sobre a questão lésbica no Brasil do século XXI, ela se concentra na área dos estudos interseccionais sobre a temática, a partir de uma perspectiva inovadora de analisar a homofobia familiar e a existência lésbica em paralelo. Ao tratarmos desse tópico, que tem sido pouco abordado, objetivamos não apenas contribuir com a produção de conhecimento nesse campo, mas destacar a necessidade de pesquisas e discussões sobre a homofobia familiar e a importância de considerar a interseccionalidade entre os marcadores de gênero e sexualidade ao examinar a existência lésbica.

[9] Projeto autônomo tem por objetivo catalogar e divulgar pesquisas acadêmicas realizadas por lésbicas brasileiras, a divulgação é feita por meio do banco de dados digital e está disponível em site próprio do projeto e também é divulgado nas redes sociais.

[10] Iniciado em 2021, realizado por iniciativa da Liga Brasileira de Lésbicas - LBL em conjunto com a Associação Lésbica Feminista de Brasília - Coturno de Vênus, o lesbocenso é um projeto de mapeamento do perfil sociodemográfico da população lésbica no Brasil, que objetiva levantar dados sobre a realidade e as condições de vida da comunidade lésbica em todo o país, para que seja possível avançar no cenário atual de falta de pesquisas públicas e indicadores oficiais sobre o recorte lésbico. O projeto propõe combater a apagamento histórico das mulheres lésbicas e melhorar o cenário de subnotificações de crimes, violação de direitos e da falta de políticas públicas específicas para mulheres lésbicas.

2.2. Particularidades da existência lésbica e da lesbofobia

Ao explorar as particularidades da existência lésbica, seja por meio da análise da produção científica ou observando manifestações de aspectos das interações sociais ou das experiências com a violência, uma questão que surge de forma proeminente é a **invisibilidade** que permeia essas existências. Essa invisibilidade é uma das principais questões que afetam suas vivências e singulariza as violências que recaem sobre elas. Há um apagamento em relação às mulheres, tanto como sujeitos na vida cotidiana quanto como personagens históricas, e isso é ainda mais acentuado no caso das mulheres lésbicas. A invisibilidade que atinge as mulheres é algo estrutural, e resulta do cruzamento dos marcadores sociais da diferença que compõem a sua identidade e que é responsável por criar condições específicas de dominação. As mulheres lésbicas, em função de todas as questões que singularizam a sua existência são, pois, socialmente mais silenciosas e invisibilizadas.

Essa menor visibilidade das mulheres lésbicas está expressa na vida social cotidiana, na produção científica e até mesmo dentro da militância LGBTQIA+, e é responsável por gerar sofrimento, além de caracterizar parte importante das experiências que as mulheres lésbicas possuem com a violência. Muitos pontos colocam a homossexualidade feminina como mais difícil de ser identificada, e em geral isso não causa menor violência, ao contrário, a negação da identidade lésbica e a minimização da sua existência são exemplos próprios de lesbofobia. Há uma historieta atribuída à Rainha Vitória que ilustra a falta de visibilidade histórica a que foram submetidas as mulheres lésbicas e que contempla algumas das distinções que disso decorrem, vejamos:

> A historieta atribuída à rainha Vitória, no momento da atualização, no século XIX, das penas contra as relações sexuais entre homens é bastante eloquente. Tendo sido interrogada sobre a impunidade das relações sexuais entre mulheres, a rainha respondeu: “como punir algo que não existe?” (Borillo, 2010, p. 27).

A temática da criminalização da homossexualidade é comumente utilizada para apontar diferenças no tratamento legal, do ponto de vista das leis, dado a homens *gays* e a mulheres lésbicas, e é uma questão importante para pensar a invisibilidade lésbica e as variações da violência homofóbica. A fala atribuída à rainha Vitória aponta que o maior peso punitivista contra sujeitos homossexuais, costumou incidir sobre homens, tal fenômeno, no entanto, também reflete a condição histórica da mulher

lésbica nesse cenário, uma vez que sinaliza o modo como a invisibilidade da sexualidade das mulheres possui um longo trajeto, não estando apenas no cotidiano atual das lésbicas, que com sua baixa visibilidade, passam despercebidas em muitos contextos.

Ainda existem diversos países no mundo que possuem leis anti-homossexuais, que proíbem e punem relações entre pessoas do mesmo sexo. É curioso observar que muitas dessas leis não mencionam mulheres lésbicas, e as que mencionam, por vezes, possuem enquadramentos e punições diferentes, reservando as penas mais severas aos homens. Segundo o relatório mais recente da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*, do ano de 2021 (ILGA, 2021), a homossexualidade ainda é crime em 70 países, desse total, em 44 a proibição ocorre para *gays* e lésbicas, isto é, em 26 dos países que possuem leis anti-homossexuaais as lésbicas não são enquadradas. Ainda, dos 44 países onde ambos são enquadrados, a ILGA estimou que mais da metade não aplica punições equivalentes, reservando a aplicação das penas mais severas somente para os homens *gays*. Rubin nos auxilia na compreensão dessa conjuntura ao pontuar que:

> A legislação sexual incorporou a atitude religiosa de que o sexo herético é especialmente um pecado abominável que merece as punições mais duras (…). Através de boa parte da história europeia e norte-americana, um ato singular consensual de penetração anal era motivo para execução. Em alguns estados a sodomia continua carregando sentenças de vinte anos de prisão (Rubin, 2003, p. 13).

Não obstante, não devemos entender essa diferenciação como confirmação de maior tolerância com as mulheres lésbicas. A existência histórica de punições mais brandas para a lesbianidade não refletem maior tolerância, mas uma maior invisibilidade das relações erótico-afetivas entre mulheres, ou ainda um não-reconhecimento dessas relações como legítimas. A maior perseguição e o peso das leis anti-homossexuais contra homens *gays,* nesses países, retrata a desconsideração da identidade e da existência lésbica. A esse respeito, Borillo argumenta:

> Se as lésbicas foram, visivelmente, menos perseguidas que os *gays*, tal constatação não deve ser interpretada, de modo algum, como indício de uma maior tolerância a seu respeito; pelo contrário, essa indiferença nada mais é do que o sinal de uma atitude que manifesta um desdém muito maior, reflexo de uma misoginia que, ao transformar a sexualidade feminina em um instrumento do desejo masculino, torna impensáveis as relações erótico-afetivas entre mulheres (Borillo, 2010, p. 28/29).

Contudo, devemos notar que a invisibilidade lésbica, embora muitas vezes incida no apagamento da existência e das experiências dessas mulheres, também pode ser observada sob uma luz diferente. Em certa medida, a invisibilidade pode oferecer a essas mulheres um grau de proteção, em sociedades onde a homofobia é institucionalizada e as leis anti-homossexuais são rigorosas, por exemplo, pode servir como um escudo ou rota de fuga contra a discriminação e a perseguição. Não somente nesses contextos, mas em quaisquer espaços de violência, essa discrição acerca da sexualidade pode funcionar para mulheres lésbicas como um reduto de segurança, ou como forma de autopreservação e de sobrevivência. Isso não é o ideal, mas é uma realidade para muitas mulheres que vivem em tais condições. No entanto, é importante ressaltar que esses aspectos “positivos” da invisibilidade lésbica não anulam a necessidade de reconhecimento e igualdade de direitos, inclusive do direito à não-violência.

Outra questão presente na invisibilização da identidade lésbica refere-se às representações dos papeis, características e comportamentos atribuídos aos gêneros, por meio do entendimento binário e naturalizante que existe em nossa sociedade. Dentre as características que são colocadas colocam como masculinas e femininas pelo imaginário social coletivo, uma questão que comumente aparece refere-se a uma maior normalização de *demonstrações de afeto* entre pessoas do gênero feminino, visto que para o masculino há um interdito maior na proximidade física e na troca de afetos com outros homens, pelo que se espera da virilidade (im)posta. Como pontua Borillo (2010), a maior dificuldade em “detectar” a homossexualidade feminina está em grande parte relacionada ao fato de estarmos habituados com a ideia de que há maior intimidade entre mulheres que entre homens, o que nos impede de suspeitar de paixões “anormais” entre duas mulheres diante de simples situações de expressão de afeto.

Assim, um casal de lésbicas pode, por exemplo, ser percebido como uma composição de duas amigas ou irmãs e sequer ser cogitado qie tratar-se de um casal, uma vez que a troca de afetos entre mulheres causa menos estranhamento e desconforto em nossa cultura. Embora em vários casos a identificação do casal lésbico ocorra, e até seja alvo da expressão de alguma violência direta, ela é bem mais apagada que a visibilidade de casais *gays*. Nesse ponto é importante ressaltar que também não se trata de maior tolerância com mulheres lésbicas e, sim, de uma

menor percepção da homossexualidade feminina. *A* invisibilidade estrutural em que vivem mulheres lésbicas é responsável por ocasionar questões como essa, onde situações de troca de afetos entre mulheres não sejam necessariamente percebidas como lesbianidade.

Outra marca da diferenciação entre percepção social da homossexualidade entre homens *gays* e mulheres lésbicas decorre também da binarização dos comportamentos e da percepção de características atreladas ao gênero, observamos também uma espécie de maior transposição de características e de papeis de gênero socialmente estabelecidos por parte das mulheres, ao longo do tempo. Embora o binarismo ainda prevaleça, as fronteiras de gênero sofreram várias modificações, o direito ao voto, a inserção nos esportes, o trabalho remunerado, e até a possibilidade de utilizar calças compridas (elemento por muito tempo associado ao trabalho externo e aos homens, além dos impedimentos com base em mitos referentes à fertilidade feminina), dentre outras coisas, aproximaram as mulheres do universo considerado masculino, sem colocar em questão a sua feminilidade ou sexualidade.

Todavia, os aspectos associados ao feminino, sobretudo, aqueles ligados à economia do cuidado, que envolvem todo o trabalho garantidor da continuidade da vida social, geralmente feito no espaço doméstico, mas também no espaço público em profissões do cuidado[11]. Além de outras características, como as vestimentas e a expressão das emoções, não foram incorporadas pelos homens na mesma velocidade, e caminha a passos um pouco mais lentos. De modo que, enquanto não costuma-se questionar (ou pouco se questiona) a sexualidade de uma mulher por ela usar calças ou realizar atividades outrora tidas somente como masculinas, de maneira que ela não passa a ser necessariamente vista como lésbica somente por isso, quando se trata de um homem que apresenta características tidas socialmente como femininas, se ele utiliza saias e vestidos, maquiagem e unhas pintadas, demonstra sem receio suas emoções, escolhe profissões ou realiza trabalhos da economia do cuidado, qualquer uma dessas questões se torna argumento para suspeitar da sua masculinidade e da sua sexualidade.

O segundo aspecto distintivo da lesbofobia é **a erotização ou objetificação das mulheres lésbicas**. Este fenômeno, que envolve a sexualização das relações

[11] Além do cuidado no espaço doméstico, existem profissões mais focadas no cuidado do outro como: Pedagogia, enfermagem, cuidador(a) de crianças e idosos, serviço social, dentre outras.

lésbicas, comumente praticado por homens heterossexuais, é uma experiência comum nas vivências de mulheres com a lesbofobia. Situações desse tipo têm base na colocação do homem como centro das relações, uma noção que alimenta a crença generalizada de que as relações sexuais entre mulheres são de alguma forma incompletas ou não autênticas, como se algo estivesse faltando. Nesse cenário de apagamento lésbico e de essencialização de gêneros, a desconsideração do desejo sexual descentralizado do masculino é um dos elementos que compõem a questão (Rubin, 2003).

Esse é mais um dos frutos históricos do apagamento e da negação da (homo)sexualidade feminina, ao ser estabelecida a ideia de uma suposta naturalidade da pulsão sexual dos homens, o prazer e a sexualidade das mulheres são colocados como tabu. Essas são questões fundamentadas nos papeis e comportamentos de gênero estabelecidos, e acabam criando uma ideia de indispensabilidade do elemento masculino (nos padrões normativos) nas relações, de maneira que cria uma imagem de insuficiência nas relações erótico-afetivas entre mulheres. Como aponta Borillo, é "reflexo de uma misoginia que, ao transformar a sexualidade feminina em um instrumento do desejo masculino, torna impensáveis as relações erótico-afetivas entre mulheres" (Borillo, 2010, p. 29).

A concepção de que as relações entre mulheres são de alguma forma incompletas, bem como a suposição de que há uma pulsão sexual inerente aos homens constituem a fundação para a erotização da existência lésbica e para variadas formas de assédio. Conforme destacado, isso pode ser visto como uma das características particulares da lesbofobia. Em casos mais extremos, a lesbianidade pode ser interpretada como uma recusa das mulheres em se submeter à vontade masculina. A ideia de que uma mulher não pode ter desejo a não ser por homens, que são vistos como um elemento indispensável na equação, está na raiz dos chamados estupros corretivos.

Estupros corretivos são violências sexuais cometidas especificamente por causa da sexualidade da vítima, praticados com a intenção de "corrigir" a orientação afetivo/sexual de lésbicas, trata-se de "um fenômeno em que homens estupram pessoas que presumem ou sabem que são lésbicas na intenção de convertê-las para a heterossexualidade" (*Humans Rights Watch*, 2011, p. 02, tradução nossa). Note-se que, de maneira geral, "o assédio sexual nem sempre tem por fim exclusivamente a posse sexual que ele parece perseguir: o que acontece é que ele visa, com a posse,

a nada mais que a simples afirmação da dominação em estado puro" (Bourdieu, 2011, p. 30/31).

Essa prática está profundamente atrelada à crença equivocada de que as relações entre mulheres são de alguma forma incompletas. Este tipo de pensamento perpetua a ideia de que os homens, considerados erroneamente como os únicos detentores da pulsão sexual, são insubstituíveis nas relações afetivo-sexuais. A motivação subjacente a essa prática é a tentativa de transformar a mulher lésbica em uma “mulher de verdade”, um problemático *status* atribuído àquelas mulheres que mantêm relações com homens e que performam uma expressão de feminilidade normativa. É importante ressaltar que tais concepções são baseadas em preconceitos e estereótipos que não refletem a realidade diversa e complexa das identidades e relações humanas.

As singularidades que compõem a identidade lésbica culminam ainda em outra característica particular da lesbofobia, que é a **maior incidência de violência nos espaços privados,** a casa/família é o principal deles. A presença de um peso maior na experiência da homofobia familiar no caso das mulheres lésbicas, sujeitos desta pesquisa, é sintomática da sua condição de invisibilidade. Esse fato pode ser interpretado a partir do conceito de fenomênica do espaço, que elaboramos para propor que os espaços (públicos e privados) não são apenas ambientes, mas se comportam como instâncias ambientadas, onde as dinâmicas e relações que se estabelecem criam e moldam padrões observáveis de características, interações e relações.

O fenômeno da particularidade das relações no espaço doméstico-familiar pode, pois, ser observado e compreendido a partir do entendimento da casa e da rua (público e privado) enquanto categorias sociológicas (DaMatta, 1997). Sob esse ângulo, “casa” e “rua” não são apenas espaços geográficos, mas sobretudo esferas de ação social, a oposição entre esses espaços demonstra como eles possuem também um ângulo discursivo próprio, assim, é possível interpretar as relações e as violências tanto da perspectiva da casa quanto da rua.

Cabe ressaltar ainda que, quando se discute as violências no contexto doméstico, observa-se que não é somente contra mulheres lésbicas que o espaço privado é palco majoritário de violência, observando-se além do recorte da sexualidade, as violências contra mulheres, em sua maioria, ocorrem nesse lugar. Esse é um elemento significativo que retoma a discussão da dimensão generificada

do espaço e das construções dos papeis de gênero e atesta a existência da fenomênica do espaço. Dado que, no caso das mulheres lésbicas, a significativa expressividade das violências homofóbicas no espaço privado em suas vivências é mais um reflexo da sua condição específica nos eixos de dominação, que as situa no lugar de cruzamento entre os marcadores de gênero e de sexualidade.

Com base nos elementos discutidos e reconhecendo a diversidade das especificidades da lesbofobia, é importante pontuar também que são diversos os níveis e as formas pelos quais essa violência pode se expressar. A concepção de violência que adotamos neste trabalho é ampla, seguindo a perspectiva de Cavalcanti (2005), que define violência como o uso de força física, intelectual ou psicológica para coagir alguém a fazer algo contra sua vontade, e expande essa definição para incluir também qualquer incômodo, constrangimento ou oposição à liberdade do outro, especialmente quando impede que o indivíduo expresse suas vontades e subjetividades que divergem das normas estabelecidas, sob o risco de ser importunado, ameaçado, assediado, agredido ou morto. Portanto, consideramos a violência como um elemento do campo de submissão do outro, uma restrição às liberdades, que pode se manifestar de várias maneiras. Quando observamos as violências nessa perspectiva mais abrangente percebemos a sua grande possibilidade de gradações, e identificamos várias maneiras pelas quais as violências podem se expressar e se diferenciar no contexto marcado pelo cruzamento de características das vítimas. E, ainda, de acordo com Beltrão e Brandão, em relação às mulheres no espaço familiar, a violência:

> (...) se apresenta não só como um fato social concreto, com consequências objetivas e palpáveis, mas também com profundas repercussões emocionais e psicológicas que interferem diretamente na qualidade de vida e na saúde das pessoas envolvidas em situações de violências. (Beltrão e Brandão, 2007, p. 149).

No que se refere à lesbofobia, existem, pois, formas múltiplas e singulares de violências que foram catalogadas ao longo deste estudo, e que estão apresentadas no quadro 8. Essa classificação foi levantada a partir daquilo que aparece na literatura específica e nas situações apresentadas nos relatos das interlocutoras. Assim, esse quadro contempla características e especificidades da lesbofobia que podem se apresentar em diferentes níveis e gradações nas expressões de violências.

Quadro 8 - Expressões da Lesbofobia

Forma de Violência	Definição	Situações citadas nas entrevistas
a) Assédio moral	Condutas abusivas: gestos, palavras e atitudes que se repitam de forma sistemática, atingindo a integridade psíquica ou física da trabalhadora.	“Não venha vestida como homem”. “Você não tem perfil para a vaga” “Sua aparência não combina com a empresa” “mas você não vai vestida como um macho não, né?”
b) Importunação sexual	Cantadas, abordagens grosseiras, ofensas e propostas inadequadas que constrangem, humilham, amedrontam.	“Você é lésbica porque nunca teve um homem que te pegasse de jeito”. “Vamos fazer um menáge?”. “Falta um homem aí no meio”. “Deixa eu ver vocês duas se beijando”. “Se um dia você quiser perder a virgindade lembre de mim”.
c) Pornografia de vingança	Divulgar fotos íntimas ou difamar sexualmente nas redes sociais.	“Se você não voltar para mim, eu vou divulgar nossos vídeos”.
d) Violência física	Agredir fisicamente: Empurrar, puxar cabelo, sacudir, apertar os braços, jogar algum objeto que possa machucar, bater com as mãos ou com objeto, ameaçar com faca ou outro tipo de arma.	“Se quer ser homem, vai apanhar como homem”
e) Violência institucional	Negligência, maus tratos, falta de atenção, agressões verbais ou físicas, negação de atendimento em hospitais ou delegacias.	“Se você só se relaciona com mulheres, então é virgem, né?”. “Esse exame é só pra mulheres que têm vida sexual ativa”
f) Violência patrimonial	Controlar o dinheiro, reter documentos, causar danos de propósito aos seus objetos.	“Só vai sair de casa quando virar mulher”
g) Violência psicológica	Fazer duvidar da própria memória e sanidade, humilhar, xingar, diminuir a autoestima.	“Se continuar com isso, nenhum homem vai mais te querer”. “Esse cabelo e essa roupa são ridículos, você deveria ter vergonha”

		“Como uma aberração como você foi nascer em uma família que só tem gente normal?”
h) Violência cibernética	Humilhação, xingamento, roubo/exposição de imagem, divulgação de notícias falsas, assédio moral por meio da internet.	“Minha ex cunhada hackeou todas as minhas contas de rede social e disse que sapatão não devia estar na internet”
i) Violência/Assédio sexual	Toques íntimos sem consentimento, por ameaça ou força física, quando estiver desacordada, constrangimento para práticas sexuais que não se sinta confortável.	
j) Estupro corretivo	Violência sexual com a intenção de “corrigir” a orientação afetivo/sexual de lésbicas.	
l) Assassinato e tentativa de assassinato.	Lesbocídio: Homicídio ou tentativa de homicídio por lesbofobia.	

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Diante das questões ora apresentadas, nesta tese entendemos a lesbofobia, enquanto um mecanismo de violência, que opera na dominação e na subordinação de mulheres lésbicas ao modelo heteronormativo (Lorenzo, 2012). Esse mecanismo se particulariza porque opera de forma articulada no espaço de cruzamento entre o machismo, a misoginia e a homofobia. A lesbofobia se manifesta, pois, em particularidades concretas, resultantes do cruzamento dos marcadores da diferença e é responsável por submeter as mulheres não só a violência de gênero somadas a uma face da homofobia, mas à violência interseccional. Assim, se expressa de múltiplas formas, oprime, ameaça, agride, e pode até matar, em função do gênero e da sexualidade, de forma mais abrangente articula ainda raça, classe e outros marcadores da diferença.

2.3. Invisibilidade lésbica: Do apagamento nos discursos científicos à pouca visibilidade na militância LGBTQIA+

As especificidades da lesbofobia decorrem de fatores múltiplos e ocasionam contextos específicos de violência, um dos elementos centrais na particularização da

lesbofobia frente ao cenário das violências contra LGBTs é a invisibilidade lésbica, que precisa ser observada nas suas implicações. O apagamento histórico da existência lésbica e a invisibilidade estrutural que incide sobre essas mulheres está presente nos mais diversos campos da vida social. No plano científico, é observada na baixa produção de trabalhos, estudos, indicadores e pesquisas sobre a questão lésbica. No campo da militância LGBTQIA+ aparece em disparidades entre a visibilidade lésbica frente à visibilidade *gay*, por exemplo.

A produção científica a respeito da questão lésbica é marcada por uma escassez histórica, sobretudo, no cenário brasileiro. Esse fato, que foi identificado durante a realização desta pesquisa, e sistematizado em detalhes no tópico sobre o estado da arte, também é constatado por outros pesquisadores que observam que a literatura sobre a questão lésbica não se configura, historicamente, enquanto uma produção particularmente volumosa, sendo, inclusive, nos períodos anteriores aos anos 2000, praticamente inexistente (Loyola, 2000).

A identificação dessa baixa produção aparece, por exemplo, em Franch e Nascimento (2020), que em um balanço realizado sobre a produção de pesquisas em gênero e sexualidade na década de 2008 a 2018, mencionam a tímida quantidade de pesquisas sobre a questão lésbica identificada, pontuando que “a temática lésbica continuou menos presente na literatura sobre gênero e diversidade sexual, o que mais uma vez corrobora a invisibilidade das experiências homoafetivas femininas que a militância vem denunciando há tempos” (Franch e Nascimento, 2020, p. 19). Em outro balanço, Lemos (2017) analisa as produções a respeito da questão lésbica nos repositórios de teses e dissertações de universidades do Nordeste, desde o primeiro registro até o ano de 2017. A autora observa que somente 2% das pesquisas mapeadas abordam o sujeito de pesquisa lésbico em suas múltiplas esferas.

Nesse cenário de baixo quantitativo de estudos apresentado na produção científica a respeito da questão lésbica, que tem base na invisibilidade que marca esse grupo, ao mesmo tempo também auxilia na manutenção dessa estrutura de apagamento. As pesquisas sobre a questão lésbica, apresentam-se então como produções contra hegemônicas que buscam visibilizar a existência e a agência dessas mulheres. Apesar da escassez histórica identificada nos balanços, os estudos acerca da questão lésbica no Brasil seguem um percurso de crescimento linear e começam a apresentar um sutil movimento de ascensão a partir do ano 2017 (Ver tópico 2.1).

Observando para além do cenário brasileiro, na literatura especializada norte-americana é onde encontra-se o maior número de teóricas e de pesquisas consolidadas no campo das produções sobre a questão lésbica. Podemos citar, nesse campo, nomes como Monique Wittig (2005), que propõe o conceito de *heteronormatividade* para apresentar a ideia de que a heterossexualidade não se constitui unicamente como prática sexual, mas como um regime político que não só se pretende e se colocada como única possibilidade sexual legítima, mas como algo que retira poder das mulheres e do feminino.

Gayle Rubin (2003), por sua vez, propõe o conceito de *sistema sexo-gênero* e discute sobre o modo como esse sistema pode se tornar opressivo, sobretudo, para as mulheres (em especial lésbicas e outros/as dissidentes da heteronorma). De acordo com seus escritos, esse sistema consiste em uma culturalização das diferenças biológicas que separa as pessoas em dois gêneros com base no sexo, de modo que o sexo biológico é transformado culturalmente e se torna produto da ação humana.

Adrienne Rich (2012) que inaugura os conceitos *existência lésbica e continuum lésbico,* com o primeiro propõe afastar a acepção clínica transmitida pelo conceito "lesbianismo" até então fortemente utilizado para se referir às mulheres lésbicas, Rich considerava que substituir o conceito de lesbianismo por existência lésbica seria importante não só para tirar a ideia do ser lésbica como algo patológico (como propõe o sufixo -ismo) e restrito a relação sexual entre mulheres, como também para remeter a uma presença histórica das mulheres lésbicas, demarcando a sua presença na história, bem como a relação de resistência diante da dominância da heteronormatividade.

O termo *continuum* lésbico, por sua vez, se refere ao conjunto de experiências, características e vivências que compõem a identidade da mulher lésbica, não restringindo o ser lésbica apenas a atração ou relação sexual com outra mulher, nem resumindo a lesbianidade a uma "versão feminina da homossexualidade masculina", aspectos que comumente corroboram com formas de apagamento das particularidades da questão lésbica e que Rich tenta combater com a problematização e a sistematização dos conceitos que elabora. O *continuum* lésbico trata ainda da identificação entre mulheres e do fortalecimento desse vínculo, na resistência ao modo de vida heteronormativo, bem como a continuação dessa existência como formas de resistência feminina frente a ordem patriarcal.

Essas pensadoras, e seus respectivos escritos, são centrais na produção de conhecimento sobre a questão lésbica, estando amplamente presentes nos quadros de referência de pesquisas no cenário brasileiro, campo que apesar da ainda limitada produção histórica de estudos sobre a questão, apresenta movimento de crescimento e também conta com importantes pesquisadoras, como Miriam Grossi, Tania Navarro Swain e Luiza Heilborn, que possuem contribuições importantes e são muito citadas nas produções nesse campo.

Para além da inserção na produção teórica, quando adentramos o campo da mobilização política, devemos considerar que a invisibilidade lésbica dentro dos movimentos sociais também é um tópico de longa data. A luta das mulheres lésbicas por visibilidade está presente no cenário LGBTQIA+ de lutas por reconhecimento e muitos são os exemplos que ilustram a questão. A própria formação da sigla e a sua trajetória de modificações possuem marcas das lutas de mulheres lésbicas por mais visibilidade.

O termo que congrega diferentes letras na representação das diversidades sexuais e de gênero teve início com a nomenclatura GLS (*Gays*, Lésbicas e Simpatizantes), sendo modificado posteriormente para GLBT (*Gays*, Lésbicas, Bissexuais e Travestis). Em função das lutas por reconhecimento de grupos bissexuais e travestis/transexuais e da constatação da genericidade do termo Simpatizante, que não representava nenhuma identidade sexual ou de gênero, a sigla foi modificada novamente em 2008, durante a Conferência Nacional GLBT, após debates acalorados decidiu-se inverter a ordem das letras posicionando o L no início da sigla, com o intuito de conferir maior visibilidade às lésbicas e valorizá-las no contexto de diversidade sexual (Facchini, 2009).

As marcas da busca por visibilidade e reconhecimento lésbico dentro do movimento LGBTQIA+ também aparecem na origem das datas do orgulho lésbico (19 de agosto) e da visibilidade lésbica (29 de agosto). Não há ainda uma data unificada que trate da identidade lésbica, como o há em relação ao Dia do Orgulho *Gay* (28 de junho). No caso das mulheres lésbicas são duas datas distintas, a primeira, proposta para celebrar o orgulho lésbico; e a segunda, para ampliar e conferir visibilidade ao debate sobre lesbofobia.

O dia do orgulho lésbico (19 de agosto) tem a sua definição atribuída a um fato ocorrido no estabelecimento Ferro’s Bar em 1983, um bar localizado em São Paulo e frequentado majoritariamente por mulheres: intelectuais, jornalistas, militantes

do movimento lésbico e LGBTs em geral. Nessa data, durante uma ação do GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista), quando militantes tentavam vender alguns exemplares de um jornal voltado a notícias do meio lésbico, o jornal ChanacomChana, que era produto de produção do próprio grupo, o dono do bar mandou expulsar as ativistas, e a expulsão ocorreu com muita violência por parte seguranças.

Pioneiras do movimento lésbico, Rosely Roth e Miriam Martinho, fundadoras do GALF, promoveram um protesto em repúdio à atitude do proprietário do bar. A manifestação conseguiu reunir artistas, advogados, intelectuais e atraiu atenção e cobertura da imprensa, marcando a data de 19 de agosto, que passou anos depois a simbolizar o dia do orgulho lésbico. Quanto à data de 29 de agosto, dia da visibilidade lésbica, ela foi proposta no intento de proporcionar discussões e reflexões acerca da marginalização e da invisibilidade da existência lésbica. Sua origem é atribuída ao fato de ter sido a data do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), em 1996 (Conde, 2004).

O contexto de surgimento do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes - GAMI, que atua no Rio Grande do Norte há quase vinte anos é outro exemplo da busca por visibilidade lésbica dentro do movimento LGBTQIA+. O GAMI, que existe desde 2003, surge a partir do desmembramento de outro grupo, o Habeas Corpus Potiguar-GHAP, que foi um dos primeiros movimentos de militância homossexual em Natal, no entanto, as mulheres do GHAP não se viam representadas e visibilizadas o suficiente, de modo que algumas delas se organizaram para criar um grupo específico de militância de mulheres lésbicas e bissexuais. O grupo GAMI construiu-se desse deslocamento e desde então trilha uma trajetória de pautas feministas e de demandas do movimento lésbico. Assim como o GAMI, existem vários outros casos, em maiores e menores proporções.

Quando pensamos em proposições e separações de movimentos por problemas nas dinâmicas internas, temos, em maior escala, o emblemático caso do movimento *Red Nosotras LBT* na Colômbia. Conforme descreve Muelle e Ramirez 2013: A rede de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais foi formada após um encontro do Projeto Planeta Paz em 2002, como um ato de separação do movimento de homens *gays*, após uma série de eventos considerados pelas mulheres como misóginos e transfóbicos que ocorreram no encontro do projeto. As mulheres que encabeçaram o movimento de separação já haviam denunciado a misoginia e a transfobia que enfrentavam dentro do próprio movimento LGBTI na Colômbia e,

sobretudo, a hegemonia dos homens *gays* dentro do movimento. Os embates dentro do movimento eram constantes, pois para as mulheres, os homens eram machistas e, para eles, elas eram “radicais demais” (Muelle e Ramirez, 2013).

Esse tipo de denúncia não é raro de se observar nas dinâmicas intrínsecas dos movimentos LGBTQIA+. A experiência colombiana de separação do movimento e de proposta de formulação de políticas públicas voltadas de forma específica para os diferentes setores sociais da sigla possibilitou, na Colômbia, a abertura de um espaço de discussão sobre o modo como os diferentes marcadores da diferença se entrecruzam e podem gerar espaços específicos de dominação dentro das relações de poder. Essa experiência de separação não foi consolidada no final das contas, mas serviu para colocar em discussão as singularidades dos setores LGBTQIA+ e denunciar o apagamento de alguns grupos integrantes da sigla dentro do próprio movimento, dessa experiência ainda foi formulado o *Marco Político y Conceptual de la política* LGBTI da Colômbia, além de estabelecer a preocupação a respeito da observação interseccional das diferenças entre os grupos que compõem a sigla (Muelle e Ramirez, 2013).

2.4. Objetificação e erotização da mulher lésbica

Das muitas vezes em que a retórica feminista foi apropriada para ser utilizada em contextos conservadores, há um momento, em especial, apresentado por Rubin (2003), em que o Papa João Paulo II, em um pronunciamento onde condenava questões como divórcio, prostituição, controle de natalidade, dentre outras coisas, se apropria de uma pontuação feminista para reafirmar seus compromissos com os mais conservadores. O Papa explicou que “considerar qualquer pessoa segundo a luxúria faz da pessoa um objeto sexual ao invés de um ser humano merecedor de dignidade”. A fala original foi atribuída por Rubin à feminista lésbica Julia Penelope, e é muito pertinente para discutir algumas questões.

A objetificação da mulher lésbica é um tópico discutido nos escritos da questão lésbica e está presente nas vivências e relatos de muitas dessas mulheres. Como o trecho citado pelo Papa coloca, a dignidade vem em segundo lugar quando a perspectiva da qual se encara outro sujeito é a da objetificação, e é sob essa perspectiva que parte dos homens (heterossexuais) encara a existência lésbica. O fenômeno da erotização opera como mais um dos elementos que particularizam a

lesbofobia, e está calcada em relações de poder que trazem consequências para a existência lésbica, uma vez que suas relações são postas e enquadradas nos pressupostos da heteronormatividade, onde as práticas eróticas entre mulheres podem aparecer como forma satisfazer os prazeres do sexo masculino (Grossi, 2008).

Esse fenômeno também decorre do modo como os gêneros e as sexualidades são construídos e naturalizados. Os sujeitos são socializados sob prerrogativas que atribuem uma suposta pulsão sexual ao masculino, que justifica e permissibiliza o acesso às mulheres. Segundo Rich, "na mística da supremacia vitoriosa da pulsão sexual masculina, qual seja, o pênis-de-vida-própria, está enraizada na lei do direito sexual masculino às mulheres" (Rich, 2012, p. 32). A participação da consideração do desejo sexual centralizado no homem é, pois, central no estabelecimento da objetificação do sujeito lésbico, uma vez que essa identidade sexual não inclui homens em sua configuração.

A atribuição de supostos papeis, comportamentos e temperamentos ditos naturais com base no gênero "(...) abre espaço para todas as violências, transformando seres humanos em corpos sexuados: os disponíveis (o feminino) para outrem (o masculino)" (Swain, 2010, p. 50). Nesse sentido, o corpo da mulher acaba se caracterizando como um local não de pertencimento a ela própria, mas de outrem, "considerando que as mulheres sofrem violência, principalmente, pelo fato de serem mulheres" (Beltrão e Brandão, 2017, p. 149). Esse mesmo corpo é atravessado por discursos e práticas que o localizam na esfera de disponibilidade para o masculino, chegando ao extremo de não ser visto sentido em um relacionamento com outra mulher, o que gera objetificação e investida de homens que acreditam poder "completar" as relações lésbicas.

DaMatta (2010) ao falar sobre os processos de socialização que vivenciou em sua infância, em uma cidade do interior do Estado de São Paulo, na década de 1950, ilustra muito bem o modo como a sexualidade lésbica acaba sendo encaixada em um contexto de erotização e de objetificação em decorrência da forma como as questões ligadas às práticas sexuais aparecem colocadas nos discursos dominantes. A saber:

> Naquela comunidade, não havia nenhuma noção de um *homossexualismo*[12] masculino, de caráter mais complexo e igualitário, pois o elo homoerótico era sempre convertido ou

[12] Note-se que DaMatta utiliza o termo *homossexualismo* para se referir à homossexualidade. Tal termo caiu em desuso por apresentar a identidade sexual como patológica, a partir da utilização do sufixo -ismo. O termo atualmente utilizado é homossexualidade, que se refere à sexualidade como um elemento da identidade.

> traduzido culturalmente numa relação hierárquica (como a dos gregos clássicos) entre um homem (o ativo e com mais experiência ou mais velhos) e uma "mulherzinha" — ou outro homem que fazia o papel de passivo, "dando a bunda" — o que de certo modo normalizava as coisas, restabelecendo o par paradigmático homem/mulher. Era certamente em virtude dessa complementaridade hierárquica que o *homossexualismo* feminino não era problematizado e ficava fora de consideração. Afinal, *as mulheres não penetravam e, na nossa concepção, praticavam um ato sexual misterioso e, por isso, super excitante* (DaMatta, 2010, p. 142).

Na situação colocada por DaMatta temos uma ilustração das consequências que a centralidade dada ao sexo herético acarreta. O resumo das relações eróticas a uma forma única (heteronormativa) de se relacionar exoticiza a relação entre mulheres e acaba operando no sentido de invisibilizar e objetificar ainda mais essas relações, uma vez que é responsável não somente por questionar como ocorrem na prática as relações sexuais lésbicas, mas ainda porque secundariza as práticas sexuais que não envolvam o sexo herético como norma.

CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA ENTRE QUATRO PAREDES: HOMOFOBIA FAMILIAR E EXISTÊNCIA LÉSBICA

3.1. Que é Homofobia Familiar?

> Sabe como é, né? Quando minha mãe descobriu que eu tava namorando com uma menina, a coisa ficou feia lá em casa. Eu tinha de 16 pra 17 anos, aí com 19 não teve jeito, eu tive que achar um meio de sair de casa, não tinha como continuar lá. Mãe sempre foi muito controladora, quando ela começou a desconfiar que eu tava namorando, ela pressionou até eu abrir o jogo. Nessa conversa, ela me humilhou de todas as maneiras que você puder imaginar, me disse cada coisa… até me chamou de aberração e, nas semanas depois, então, nem se fala. Mas o pior é que na maior parte do tempo, ela nem falava comigo, me ignorava mesmo, me deu um gelo. Nessa mesma época, ela me proibiu de sair de casa por um tempão, e se eu saía, ela ligava de cinco em cinco minutos pra garantir que eu não ia ficar com nenhuma menina, coitada, como se adiantasse (risos). Segundo ela, isso era proteção e ela fazia isso porque me amava, mas que forma de demonstrar, viu? Ela também me proibiu de contar pro meu pai, disse que ele não ia aceitar, que eu ia acabar com a nossa família. Mas, ó, eu tenho certeza que ele sabia, ele não é idiota, né? mas ele é muito fechado e nunca comentou nada comigo, até hoje, tô com 31 anos, então fazer o quê? 15 anos já passaram, e eu nunca pude falar disso com ele. Com o tempo, eu comecei a perceber que quem não aceitava era ela, e me proibiu de contar pra ele com essa desculpa. Talvez ela tivesse medo que ele fosse me apoiar, mas vai saber, né? também não vejo essa ação vindo dele (Narrativa de Daniela, 31 anos).

Foi para dar nome a situações desse tipo que a historiadora norte-americana Sarah Schulman propôs o termo "homofobia familiar" em sua obra *"Ties that Bind: Familial Homophobia and its Consequences",* publicada em 2009*.* Schulman foi pioneira na abordagem deste tema, e desempenhou um papel crucial ao nomear e lançar luz sobre um fenômeno que, embora seja uma realidade comum na vida de indivíduos *gays* e lésbicas, raramente é discutido ou tratado em profundidade nos estudos acadêmicos. A partir da sua contribuição, Schulman inaugurou um novo campo no debate sobre homofobia:

> Estou tentando articular, pela primeira vez, a natureza e as consequências de longo prazo da homofobia familiar sobre o indivíduo *gay*[13] e a cultura em geral. Estou tentando quantificar algo que é

[13] Schulman é norte-americana e, portanto, falante nativa da língua inglesa. No inglês, especialmente nos Estados Unidos, é comum se referir tanto a *gays* quanto a lésbicas pela denominação genérica de "*Gay*" ou "*Gay person*" (Pessoa/indivíduo gay), o que recentemente vem sendo substituído pelo termo

> persistente, mas invisível. E espero, então, tornar evidente e consciente a obrigação humana de realizar uma intervenção de terceira parte. O objetivo deste livro é abrir uma nova categoria de pensamento (...) (Schulman, 2009, p. 17, Tradução nossa).

Embora a obra tenha sido publicada em 2009, Schulman nos revelou, em entrevista concedida durante nosso período de doutorado sanduíche no exterior (Oliveira, 2023a), que seu texto foi escrito originalmente uma década antes da publicação, em 1999, mas enfrentou diversas dificuldades que ele fosse publicado, dez anos depois, em 2009. Ela compartilhou um pouco dos desafios de publicar um trabalho que aborda uma forma de violência que muitas vezes é invisível para a sociedade, destacando as barreiras que encontrou durante o seu processo de publicação:

> **Schulman:** Eu levei dez anos para conseguir publicá-lo. Ninguém iria publicá-lo porque era uma ideia totalmente nova. Ninguém ainda havia analisado a homofobia na família, embora essa seja a experiência *queer* mais comum em todo o mundo. E, de fato, tive de inventar o termo homofobia familiar porque não havia palavras para isso. Por isso, foi muito, muito difícil conseguir publicá-lo. E as ideias são muito antigas, são dez anos mais antigas que o próprio livro (Oliveira 2023a, informação verbal, tradução nossa).

A discussão sobre homofobia familiar, apesar de incidir sobre uma situação de longa data, é um debate recente. No Brasil, as pesquisas sobre este tema ainda estão em seus estágios iniciais. A produção acadêmica é relativamente limitada, com menos de meia dúzia de estudos conduzidos nessa área, com a primeira publicação datando de 2013. A maioria desses estudos se concentra na área da psicologia, e explora os impactos do sofrimento causado pela violência e ausência de reconhecimento no contexto familiar. Um dos trabalhos mais relevantes nesse campo é a tese de doutorado de Toledo (2013), que aborda *as tecnologias de normatização e a exclusão da dissidência erótica feminina no interior de São Paulo*, esse estudo resultou na publicação de um artigo sobre homofobia familiar, que originalmente compunha um dos capítulos da tese.

Além do trabalho de Toledo, identificamos somente três outros estudos, publicados entre 2019 e 2022, que abordam diretamente o tema. No entanto, esses estudos apresentam discussões superficiais e resumem-se a breves sistematizações de literatura sobre o tema, na forma de resumos expandidos publicados em anais de

---

Queer. Portanto, quando utiliza estes termos, ela está designando *gays* e lésbicas ao mesmo tempo, somente quando necessita ser específica é que ela faz uso das categorias individualizadas.

eventos. Adicionalmente, encontramos uma monografia, também na área da Psicologia, publicada em 2022, intitulada “Vivências entre quatro paredes: uma revisão narrativa acerca da homofobia familiar” (Alves Oliveira, 2022), esse trabalho se dedica a discutir a escassez de pesquisas voltadas para o estudo da homofobia familiar e realiza um levantamento acerca do modo como a temática tem sido tratada na literatura específica. O trabalho também conclui que a homofobia familiar é um campo ainda pouco explorado, apontando para a necessidade de mais estudos nessa área.

A baixa quantidade de pesquisas nesse campo denota, além do ineditismo da temática, as dificuldades de acessar o espaço familiar como tema de estudo e de abordá-lo como um objeto de análise sociológica. Ao discutir a homofobia familiar, estamos abordando uma forma de violência que muitas vezes é invisibilizada e silenciada pela privacidade do contexto doméstico. O ambiente familiar é, por sua natureza, privado e protegido, tornando o levantamento de dados e a realização de estudos empíricos um desafio significativo. No entanto, é importante que continuemos a explorar esse campo de estudo, pela sua potencialidade de produzir conhecimento e pela necessidade de intervir em contextos de violências e de violações.

A homofobia familiar apresenta um problema complexo, é um fenômeno ao mesmo tempo óbvio e negado (Schulman, 2009). Um dos elementos que distinguem essa matriz de violência, que é a homofobia, de outras formas de discriminação, é a sua existência, *per se*, no ambiente doméstico-familiar. Diferentemente de indivíduos que enfrentam preconceito por outras razões, a vítima de homofobia enfrenta uma situação particularmente difícil: não somente pode ser alvo de violência na rua, como também pode se deparar com situações de violência e falta de apoio na própria família.

> Usualmente, a família é o refúgio das crueldades da cultura. Se a família é a fonte da crueldade, a sociedade mais ampla é o refúgio da família. No entanto, quando a família e a sociedade mais ampla põem em ação estruturas idênticas de exclusão e inferiorização, o indivíduo não tem lugar para onde escapar, especialmente quando as instituições de representação também não permitem que a experiência e sentimentos subsequentes sejam expressos (Schulman, 2009, p. 14, tradução nossa).

A violência familiar pode, em muitos casos, ser mais destrutiva que a violência experimentada nas ruas. Isso se deve ao fato de que, idealmente, a família e o lar são considerados refúgios de segurança, espaços de afeto, proteção e cuidados

recíprocos (Honneth, 2015). No entanto, quando a violência se origina ou se manifesta nesses espaços, o impacto emocional e psicológico pode ser ainda mais devastador que em espaços públicos. Além disso, por se configurarem enquanto espaços privados, as violências tornam-se muito mais difíceis de serem identificadas, com isso, inevitavelmente, a dificuldade em superar o problema se torna ainda maior:

> As especificidades e dimensões da homofobia familiar são amplas. Elas podem variar desde pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, chegando a ataques brutais que deformam a vida da pessoa *gay*, ou até a crueldades diretas e indiretas que literalmente acabam com a existência daquela pessoa (...) a homofobia familiar pode se tornar uma opressão dolorosa determinante na vida da pessoa *gay* (Schulman, 2009, p. 03, tradução nossa).

A homofobia familiar é uma presença persistente e invisibilizada que pode se manifestar de várias maneiras que vão desde a *completa exclusão* a diferentes níveis de *aceitação parcial* (Schulman, 2009). Todas essas formas carregam em si diferentes nuances de expressão, que com o auxílio teórico de Schulman e do suporte empírico dado pelos relatos das nossas interlocutoras conseguimos categorizar. Em primeiro lugar há a exclusão total, essa forma de violência envolve a recusa completa em aceitar a orientação sexual de um membro da família, podendo chegar a violências diretas e até à expulsão de casa. Esse cenário também inclui humilhações e diminuições repetidas e reforçadas.

O caso da nossa interlocutora Maria é um exemplo de situação de exclusão total. Sua mãe, incapaz de aceitar sua sexualidade, sempre rejeitou a presença de suas parceiras em seu círculo familiar, tratando-as com extrema hostilidade. Essa atitude resultou na exclusão sistemática de Maria das interações familiares. Ela relata ter sofrido diversos tipos de violência, incluindo física, verbal e psicológica, perpetradas por sua mãe. Embora não tenha sido expulsa de casa, a convivência tornou-se insustentável, levando Maria a deixar a família de origem e até a mudar de cidade quando teve oportunidade. Atualmente, Maria é casada, e sua mãe continua a rejeitar tanto ela quanto sua parceira, recusando-se a qualquer forma de interação cordial.

> Mamãe criou um ambiente insuportável, eu não podia viver na mesma casa que ela, eu era xingada todo santo dia, não podia trazer ninguém em casa, nem amigas, porque ela via perversidade em tudo, eu não me assumi cedo, só pelos trinta anos, pouco tempo depois eu fui embora de casa pra trabalhar no interior num cargo comissionado de

> prefeitura, de umas amizades que eu fiz, fiquei indo e voltando pra Natal, até que conheci uma pessoa e fui morar com ela. Minha mãe odeia ela, quando eu tive que fazer uma cirurgia e ela [esposa] me acompanhou, mamãe foi lá visitar só para causar, ela esculachou Fabiana e expulsou do hospital, foi um barraco, tiveram que chamar até a assistente social, quando eu tava melhor pra sair fui embora pra minha casa. Minha mãe *num* é uma homofóbica meio termo não, ela é muito agressiva (Narrativa de Maria, 45 anos).

Além da exclusão total, existem várias formas de aceitação parcial, nesses casos, a família tolera o sujeito de orientação sexual dissidente, contanto que ele/ela não exponha ou discuta sua sexualidade abertamente, ou ainda, desde que aceite um lugar de secundarização no contexto familiar. Essas são formas de discriminação que, embora mais sutis, reforçam a homofobia e são igualmente danosas. Nesse espectro, encontramos uma variedade de cenários, todos caracterizados por uma aceitação condicional.

Cenário 1 - A sexualidade como tabu: A família finge que nada está acontecendo e mantém a aparência de normalidade, desde que não se fale sobre a orientação sexual do membro LGBT da família. A história de Lígia é um exemplo de aceitação parcial na forma de tabu sobre a sexualidade. Ela tem 25 anos e mora sozinha em uma casa que pertence a sua avó, esse contexto é dado porque seus pais e avós moram fora do Brasil, se mudaram após a aposentadoria da avó e constituíram uma nova vida no exterior. Eles enviam ajuda financeira para Lígia manter a casa, que é propriedade da família. A grande questão é que Lígia só consegue ter uma vida funcional e livre de violências (diretas) quando a sua família não está próxima, quando vêm visitá-la, cerca de uma vez por ano, com uma visita que costuma durar um mês, ela precisa suprimir completamente sua identidade, não pode falar sobre relacionamentos, precisa se auto policiar com relação a vestimentas e sobre tudo o que fala, vive uma vida que não é a sua, para não constranger seus familiares que não a aceitam.

Lígia diz não vislumbrar no horizonte um momento de aceitação familiar da sua sexualidade, muito menos enxerga a possibilidade de viver um relacionamento abertamente, de apresentar ou inserir uma companheira no contexto da família. Ela atribui essa rejeição, em parte, à idade avançada dos seus avós, e ao fato de sua família ser muito religiosa, de crença católica. Quando seus parentes estão em casa, Lígia só traz amigos homens para visitá-la e chega a fazer brincadeiras de insinuar

que há alguma coisa entre eles, para alegrar os pais e, principalmente, a avó, que de fato, ficam esperançosos.

> Não houve assim um processo de contar sobre mim, só pra poucas pessoas, tipo minha vó, que não me aceita, minha mãe que também não me aceita, mas de contar sobre? Bom, elas me arrancaram, né? A palavra é essa. Fizeram assim, um contato de confronto. Mas foi o confronto e jogo você de novo dentro do armário. Foi tipo, ok, eu queria saber, mas não vamos lidar com isso (...) no geral? não necessariamente sobre isso de sexualidade, mas com eles me relaciono bem, tipo eu me sinto bem, mas eu me sinto sempre pisando em ovos, bem mais com cautela assim, né? Totalmente nunca, nunca me sinto confortável, tipo, quando elas estão aqui, Deus do céu, as roupas como eu quero usar, não uso, ou se uso tenho que estar pronta pras críticas, sei lá, é como eu tivesse alerta pra não abaixar a guarda agora, sabe? Isso é constante, e isso é péssimo pra ansiedade, né? Porque a gente treina pra ficar em alerta e aí se ferra porque depois não consegue desligar (Narrativa de Lígia, 25 anos).

Nos relatos de Lígia podemos identificar vários elementos do que Sedgwick (2007) discute em a *epistemologia do armário*, ao dizer que “assumir-se” não finda as relações com o armário. Sedgwick fala sobre a contradição nos signos do armário, que embora muitas famílias, de alguma forma, esperem ou exijam que filhos/filhas assumam sua homossexualidade, em alguns casos esperam que, após isso, ele/ela se anule, fique em silêncio, volte ao armário, como coloca Lígia ao dizer que a tiraram de lá somente para confirmar suspeitas e logo a “jogaram de volta”. Esse fenômeno não está restrito à família, é comum em contextos de algumas religiões, ambientes de trabalho, e outras esferas da vida social, trata-se de uma falsa aceitação que se dá por meio do conhecimento da dissidência sexual, que vem atrelada a um silenciamento sobre qualquer reconhecimento de suas identidades (Sedgwick, 2007). Durante as entrevistas nos deparamos com uma interlocutora que utilizou o termo “afirmar-se” (Gomes, 55 anos) para se referir à revelação da sexualidade dissidente, pensamos que esse termo é mais producente e iremos adotá-lo, daqui por diante, ao invés de utilizar o termo “assumir”, para nos referir a situações desse tipo.

No *cenário 2 - Aceitação superficial*: A família “aceita” a orientação sexual dissente, desde que a filha não leve nenhuma namorada em casa ou, em alguns casos, a família até recebe a companheira em casa, mas não há um reconhecimento real. A parceira é vista ou tratada como uma amiga, e o segredo é mantido para outros familiares e amigos. Tal é o caso da nossa interlocutora Patrícia.

Patrícia é a mais nova de quatro irmãs, e relata que as relações em casa sempre foram bastante tradicionais. Ela descreve sua família como muito religiosa, de

matriz católica. Sua mãe é dona de casa e o seu pai trabalha fora e provém a família, no sentido de pagar as contas. Patrícia e suas irmãs foram criadas com esses referenciais, as mais velhas são católicas praticantes ao ponto de acharem pecado utilizar métodos contraceptivos, fazer sexo antes do casamento e outras coisas que a religião cristã desaprova. São todas mulheres do lar, tal qual a mãe. Esse é o contexto familiar de Patrícia, que, sendo lésbica, nunca viu possibilidade de falar sobre isso em um lar tão conservador.

Embora performe uma sexualidade dissidente, Patrícia mantém um comportamento bastante tradicional em muitos aspectos. Em seu ambiente familiar, ela costuma apresentar suas parceiras como amigas ou colegas, mantendo um certo nível de discrição sobre sua vida pessoal. Em seus relacionamentos, Patrícia tende a adotar comportamentos que refletem padrões heteronormativos, no sentido de querer performar o que ela chama de “papel da mulher”, mesmo em seus relacionamentos lésbicos. Isso se manifesta em sua inclinação para se dedicar às tarefas domésticas e familiares, enquanto as companheiras, que teve ao longo da vida, tinham carreiras fora de casa, proporcionando a ela uma certa segurança financeira.

Segundo Patrícia, o seu sonho sempre foi ser mãe, casar e cuidar da casa e dos filhos (sonha em ter dois). Para isso, fez um arranjo de parentalidade com um amigo *gay* e tiveram uma filha, biologicamente dos dois. Atualmente, a guarda da criança é compartilhada entre Patrícia e sua companheira, com quem mantém uma união estável embora não morem juntas, e o pai da criança e seu esposo. Patrícia não conseguiu ter o segundo filho com o mesmo pai da primeira filha, porque o rapaz, em seu arranjo familiar pessoal, adotou uma segunda criança e não quer ter mais que duas filhas.

Patrícia acredita que essa configuração funcionou bem para satisfazer o seu desejo de se tornar mãe, ao mesmo tempo em que manteve uma aparência de heterossexualidade em casa. Ela suspeita que muitos membros da família saibam que ela é lésbica, embora nunca tenham discutido isso abertamente. Patrícia afirma que, se questionada diretamente, teria a coragem de afirmar sua orientação sexual, ela até compartilhou essa informação com uma prima, que também é lésbica e não a julga. No entanto, a aparência de todas as suas relações é mascarada. É comum que algumas de suas tias se refiram ao pai biológico de sua filha como o “marido de Patrícia”, ela não contesta nem nega essas afirmações, permitindo que essa percepção persista.

> Eu acho assim que ainda não perceberam, assim, ninguém nunca perguntou essas coisas a mim não, entendeu? E eu sempre sou assim, eu nunca digo fulana é minha namorada, se vier me perguntar eu acho que vou falar. Mas nunca aconteceu, entendeu? Como minha prima veio me perguntar uma vez, e eu perguntei 'como foi que você ficou sabendo? Como foi que você soube?' Eu sempre digo assim, eu não escondo, eu só não falo sobre isso. Não é como minha prima que chegou na casa dela e disse 'oh, essa aqui é minha namorada', tá entendendo? Eu não, eu deixo o povo ficar sabendo com atitudes, com gestos, entendeu? do tipo, trago em casa, saio com a pessoa, mas não fico alardeando. Eu tô nove anos com Grazi. Muito tempo. Também não fico dizendo óh, essa aqui é minha amiga, eu apenas vivo minha vida, e quem quiser achar algo, pode achar, deixo bem à vontade (Narrativa de Patrícia, 36 anos).

No *Cenário 3 - Desvalorização:* A parceira é reconhecida como tal, mas a família constantemente reforça que o relacionamento não é tão importante quanto os relacionamentos heterossexuais. A família de Kívia, por exemplo, tolera a sua sexualidade e a maioria aceita o seu casamento com Joane, mas ela admite que convive melhor com a família da companheira, pois em seu próprio contexto familiar, ela enfrenta situações desagradáveis de preconceito e menosprezo, principalmente por parte de seus irmãos. O irmão mais velho de Kívia, por exemplo, não reconhece o casamento dela como um relacionamento legítimo e limita o contato dela com sua filha, sobrinha de Kívia. Ela relata que já ocorreram até situações de violência física entre eles. Segundo Kívia, a relação com seu irmão é meramente formal, sem possibilidade de aprofundamento, pois ele não reconhece seu relacionamento como legítimo e considera que a convivência com Kívia e Joane pode ser perigosa para sua filha, uma criança de seis anos.

Schulman (2009) destaca que situações como essas representam uma forma específica de homofobia que é particularmente prevalente no contexto familiar. Essa forma de preconceito não se limita a incidentes isolados, mas permeia todas as interações e dinâmicas familiares, criando um ambiente de constante tensão e desconforto para aqueles que são alvo dessa discriminação. Trata-se do que ela denomina de "*Shunning*", que na adaptação para o português pode ser traduzido como "evitação". A evitação é uma estratégia de não-reconhecimento, onde ignora-se os sentimentos da pessoa LGBT e lhes atribui tratamento diferente de outros membros da família. Embora possa parecer uma forma passiva de intimidação, a evitação é uma prática cotidiana que, apesar de não requerer esforço, tem efeitos

dramaticamente ativos na vida dos indivíduos *gays*, produzindo uma verdadeira desumanização normativa e regular.

C*enário 4 - Hipocrisia:* Embora o casal seja aceito, como qualquer outro, existe uma contradição na atitude dos membros da família. Eles tendem a desvalorizar outros indivíduos LGBTs, apoiar políticos que desrespeitam essa comunidade e a demonstrar falta de compreensão sobre os direitos dessas pessoas. Curiosamente, eles veem o membro LGBT da família como alguém digno de respeito, devido ao vínculo familiar existente, mas falham em estender essa empatia para a comunidade como um todo.

Tânia tem uma família que atualmente lhe dá completo suporte, mas nem sempre foi assim, foram longos anos até se sentir aceita. Ela conta que no período de adaptação da família à sua identidade sexual dissidente, foram anos sem falar com o pai e também sofrendo com estratégias de diminuição de sua mãe, que chegou, em dado momento, a teatralizar um mal estar agudo e ir para o hospital quando a filha raspou o cabelo. Para Tânia o corte do seu imenso cabelo foi um “ato de libertação”. Hoje existe certa harmonia, ela e a companheira frequentam festas de família, os pais chamam sua companheira de nora, eles lhe dão assistência financeira, e, na maior parte do tempo, ela não sente diminuição familiar. No entanto, ela se ressente que esses mesmos parentes que lhe dão suporte, votam e apoiam políticos com discursos homofóbicos, se divertem com piadas que diminuem LGBTs, zombam de grupos minoritários, e fazem outras coisas nesse sentido. Além de sua mãe, que tenta relativizar violências dizendo que ela precisa respeitar as pessoas da família que não entendem as suas escolhas, porque trata-se de pessoas de outra geração.

> Eu não posso dizer que minha família não me aceita, até porque eles adoram minha esposa. Meus pais chamam ela de norinha, e tudo. Mas, assim, claro que tem coisas que eu ainda tenho que lutar, mainha critica a minha aparência, toda vez que eu vou cortar meu cabelo curto, é um drama, uma chantagem, da primeira vez ela baixou o hospital. Já disse também que ia fazer promessa para eu não cortar meu cabelo e coisa e tal. Eu tenho uma tia homofóbica roxa, e ela simplesmente queria que eu convidasse essa tia pra meu casamento, imagina só essa mulher lá com uma energia que eu totalmente não quero perto de mim, mainha fica ‘ah, mas você tem que entender que ela é de outra geração’, tenho nada, ela que melhore se quiser conviver comigo, não tenho obrigação de nada. São coisas assim, sabe? pequenas coisas, mas no geral minha vida familiar hoje é tranquila (Narrativa de Tânia, 29 anos).

É difícil falar em cenários de aceitação completa, pela própria naturalização da homofobia e das suas nuances mais sutis. Não encontramos entre nossas entrevistadas cenários assim, mesmo naquelas que possuem um discurso de que não há situações de homofobia em sua família, os relatos vão de encontro a essa crença. Ocorre o que, no melhor dos casos, Borillo nomeou de *homofobia liberal*, e Schulman de *homofobia razoável,* quando LGBTs não são diretamente rejeitados, e embora sejam tolerados na família, o reconhecimento não é pleno. São formas mais sutis, que na maioria das vezes incidem no não-reconhecimento. “A tolerância é a palavra de ordem da homofobia liberal, mas convém distinguir entre tolerar e reconhecer” (Borillo, 2010, p. 76). Entre a tolerância e o reconhecimento de igualdade, existe uma larga diferença, a saber:

> A homofobia liberal confina os homossexuais no silêncio da vida privada (...) o pudor e a discrição devem orientar os atos homossexuais, sempre taciturnos, ao passo que a heterossexualidade se exibe livremente, sem necessidade de qualquer justificativa (Borillo, 2010, p. 77).

Duas de nossas interlocutoras, Joane e Kívia, são casadas, mas foram entrevistadas individualmente em momentos distintos. Curioso notar que Joane reivindica não ter sofrido preconceito na família, mas os seus relatos, e também os de sua esposa, trazem traços de violências que talvez ela própria não perceba. Joane chegou ainda a dizer que acreditava que a sua entrevista iria nos desapontar, porque entende que “nada demais” ocorreu em seu contexto familiar, no entanto, em sua fala traz situações que se configuram como formas sutis de homofobia familiar, ela própria aponta situações desse tipo, mas as classifica como “brincadeiras”: “Minha família às vezes zomba de mim, das minhas roupas, do meu cabelo, das minhas escolhas, mas é porque somos uma família brincalhona (...)” (Narrativa de Joane, 39 anos). Na entrevista de Kívia também apareceram diversos elementos de situações de homofobia liberal na vida da sua companheira, e ela nos apresenta aspectos que demonstram não haver aceitação total ou uma estrutura totalmente aberta de afirmação da sexualidade na família de Joane:

> Joane sempre foi aberta né? Só não pros avós dela. Então pra o avô dela eu sou só amiga de Joane, que trabalha com Joane. Porque ele já é idoso? Né? É uma outra geração, mas ele também me adora. E eu acho que ele desconfia. Sabe aquele negócio que tipo assim, tem uma pontinha de suspeita. É porque na realidade a avó de Joane é

> falecida. Mas ela já sabia, sabia porque quando ela estava muito doente eu acabei ajudando Joane a também ficar com ela, e pra vó dela eu me apresentei como amiga do trabalho, amiga de Joane que estava próxima a Joane, certo? E teve um dia que a avó dela passou mal, Joane estava com ela e me chamou pra ficar com ela. E aí quando eu cheguei lá a avó dela estava dormindo e eu fiquei, aí Joane pediu pra ir comer um pouco e que eu ficasse olhando a vó dela, aí foi quando a vó dela acordou e ela não tinha voltado ainda, aí ela disse: 'Oi Kívia cadê Joane?'. Eu disse 'ela foi almoçar porque ela estava com fome o dia todo que ficou com a senhora' aí ela disse 'ai minha filha obrigada eu estava mandando ela ir comer ela não ia, não queria sair de perto de mim que bom que você tá aqui'. 'Eu estou aqui pra ajudar ela, a senhora sabe que eu gosto muito dela, que ela é minha amiga'. Aí ela foi, pegou aqui na minha mão e disse 'minha filha, você sabe que eu amo Joane, não sabe? Ela é minha neta preferida, não conte a Jéssica não' (Jéssica é a irmã dela) aí eu disse 'não digo não, é segredo nosso' aí ela disse: 'deixa eu lhe pedir uma coisa, cuide da minha neta pra mim'. Aí quando ela disse isso aí eu pensei 'ela sabe'. Ela percebeu, né? Ela sabe. Ela sabe. Pra ela dizer cuide da minha neta pra mim, né? Então assim não precisa dizer mais nada. Aí eu disse 'pode deixar, cuido sim' (Narrativa de Kívia, 40 anos, sobre a esposa Joane, 39 anos).

No relato de Kívia sobre Joane, identificamos elementos de homofobia em sentido amplo, evidenciados pela "persistência do armário" (Sedgwick, 2007) para alguns membros da família. Existem várias razões para isso, sendo a principal a compreensão de que certas pessoas podem não entender a situação, e por isso, devem ser preservadas. Portanto, mesmo em contextos de aceitação, observamos que a homofobia ainda se manifesta de maneiras sutis. Isso pode ocorrer ao evitar conversas para proteger alguém, que é visto como mais vulnerável, ou ao internalizar a ideia de que se ser homossexual é algo reprovável, e, que, portanto, é justificável que pessoas de outras gerações não compreendam.

Note-se que são diversas as maneiras pelas quais a homofobia pode se manifestar no contexto familiar. No entanto, em meio a essas experiências, existem dois aspectos comuns que a maioria dos indivíduos LGBT+ compartilham, que são, o processo de afirmar a sua dissidência sexual e a experiência de inferiorização que se segue. Esta última, que pode variar em diferentes graus de intensidade, deixa marcas que perduram por toda a vida.

> Existem duas experiências que a maioria dos homossexuais compartilha. Uma é a de "assumir-se", processo de interrogação pessoal em oposição à expectativa social, que não tem quaisquer paralelos na vida heterossexual. A segunda experiência comum é que fomos, cada um de nós, em algum momento de nossas vidas, inferiorizados por nossas famílias simplesmente, mas

> especificamente, por causa de nossa homossexualidade (Schulman, 2009, p. 01, tradução nossa).

Os aspectos da homofobia familiar, tanto mencionados por Schulman (2009) quanto derivados de nossas observações baseadas nos discursos e experiências das interlocutoras, evidenciam a complexidade desse fenômeno e a diversidade das experiências enfrentadas por indivíduos LGBTQIA+ no contexto familiar. Essas experiências são frequentemente permeadas por sentimentos de exclusão, diminuição e incompreensão. Portanto, é de suma importância que continuemos a explorar e aprofundar nosso entendimento sobre a complexidade da homofobia familiar. Afinal, a compreensão e a denominação desses fenômenos representam o primeiro passo para a construção de estratégias eficazes de combate a ela.

3.2. A Família e o Dispositivo da Homofobia.

A homofobia é um fenômeno que exerce influência significativa no modelamento e na construção dos parâmetros estabelecidos de normalidade e de inteligibilidade das identidades sexuais e de gênero, não se limitando somente às violências diretas, mas operando como elemento constituinte e constituidor da heteronormatividade. Nesse sentido, a homofobia pode ser vista como um dispositivo regulatório da sexualidade e dos padrões de gênero, de modo que, enquanto dispositivo, é acionado por meio de discursos e de ações que variam em intensidade e nas formas de manifestação, afetando a vida dos sujeitos de várias maneiras.

A homofobia mostra hostilidade não somente contra homossexuais, mas também contra indivíduos considerados não conformes à norma sexual, ela rejeita todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado socialmente para o seu sexo biológico. Como uma construção ideológica, promove constantemente uma forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outra (homo), organizando uma hierarquização das sexualidades e, dessa postura, extraindo consequências políticas (Borillo, 2010).

Em sua forma mais sutil, o dispositivo da homofobia pode resultar na invisibilização e segregação de indivíduos que não se enquadram nos padrões normativos. Isso pode ocorrer em diversos contextos, como no ambiente de trabalho, na escola, ou mesmo dentro do círculo familiar e de amigos. A invisibilização pode ser tão prejudicial quanto formas mais explícitas de discriminação, pois nega a existência

e a validade das experiências desses indivíduos. Em seu extremo mais violento, o dispositivo da homofobia pode levar a formas agressivas de dominação e de opressão, o que pode incluir violência física, verbal e psicológica, bem como a negação de direitos e oportunidades. Essas ações não apenas causam danos imediatos e tangíveis, mas também reforçam a heteronormatividade ao criar um ambiente de medo e de silenciamento para sujeitos dissidentes.

Ocorre que, conforme enfatizado por Borillo (2010), a homofobia opera como guardiã do diferenciarismo sexual, sendo um dispositivo acessado na construção social dos papeis de gênero e da diferença sexual: “A homofobia mostra hostilidade não só contra homossexuais, mas igualmente contra o conjunto de indivíduos considerados não conforme à norma sexual” (Borillo, 2010, p. 26). Assim, é, pois, produto e produtor das hierarquias sexuais (Rubin, 2003) e das violências e naturalizações das normas de gênero (Butler, 2004).

Muitas das violações, nesses contextos, não se limitam apenas à dissidência sexual, mas também se relacionam ao descontentamento de pais e de outros familiares com as performances de gênero que desviam da norma. Essas confusões sobre gênero e sexualidade, frequentemente expressas nos relatos das nossas interlocutoras, destacam as complexidades subjacentes à influência do dispositivo da homofobia. A esse respeito, vejamos o modo como tais elementos aparecem em alguns dos relatos:

> Ele todo preocupado disse ‘minha filha, só deixa eu te pedir uma coisa, não viram homem não? não fica masculina’. Eu disse: ‘não pai, não se preocupe com isso. Eu realmente me vejo como mulher e eu gosto de mulher, eu me vejo como mulher que gosta de mulher’, e eu sou vaidosíssima pra não ser, entendeu? Eu puxei a minha vó, era muito vaidosa, a mãe do meu pai, a mãe dele. É maquiagem, é perfume... Então eu disse a ele ‘não tenha medo, quanto a isso pode ficar tranquilo’ (Narrativa de Kívia, 40 anos).

> (...) vou te dizer uma coisa, não é que ela (a mãe) tenha tentado me fazer a menininha dos sonhos dela. Mas ela fazia o que mandava o figurino, ia lá e comprava um vestidinho, uma sainha, essas coisas, pra me incentivar (...) a minha avó que era meio assim né? Dizendo ela é uma menina, ela é uma menina, não corta esse cabelo curto, não sei não (Narrativa de Joane, 39 anos).

> Minha mãe disse que eu ia matar ela de desgosto, acredita que ela baixou o hospital quando eu raspei o cabelo? Quando eu vejo minhas fotos antigas eu não me reconheço, eu era uma princesinha idealizada por mamãe, cortar meu cabelo foi um ato de libertação, foi um marco da tomada de rédeas da minha vida (Narrativa de Tânia, 29 anos).

É possível observar que o dispositivo da homofobia atua tanto no modelamento das identidades e na preservação dos padrões normativos, quanto na instalação de consciências que normalizam tais situações. Isso ocorre a tal ponto que as próprias vítimas, em algumas ocasiões, se percebem como desviantes, e preferem não expor suas identidades. “Se existe um homofóbico latente em cada um de nós, é porque a homofobia parece ser essencial para a construção da identidade individual. Ela está tão enraizada na educação que, para superá-la, é necessário um verdadeiro exercício de desconstrução de nossas categorias cognitivas” (Borillo, 2010, p. 87).

Uma boa ilustração disso é o caso de Daniela, que, em grande medida, acredita ter superado violências que enfrentou na família, mas revela, em partes de seu relato, a persistência de certas camadas de homofobia em sua vida. Em sua narrativa, ela afirma que ainda vive parcialmente no armário, e que a parte da família que sabe sobre sua sexualidade resume-se apenas a sua mãe e ao seu irmão, de modo que o segredo é mantido para o restante da família, inclusive para o pai. O maior medo de sua mãe, segundo Daniela, é que a família, no sentido amplo, saiba da sexualidade da filha. Apesar de já ter se habituado a essa situação, Daniela se entristece, e expressa incerteza sobre se teria, em suas palavras, “saúde mental para encarar uma nova saída do armário”, ela afirma que prefere viver afastada da sua família de origem, e diz ter um grande suporte na família de sua companheira.

> A minha família ampla não sabe, não por mim, mas devem desconfiar porque as pessoas sempre suspeitam quando você nunca aparece namorado um cara. Meu pai mesmo questionou várias vezes do tipo “essa menina não namora”. O restante da família então com certeza que sabe, mas não por mim e não tem nenhuma confirmação. É uma demanda da minha mãe, ela morre de medo da família saber, ela sempre foi muito tradicional. Eu também nem tenho mais intenção de contar, eu prefiro ficar longe. Sabe que eu já sou até casada e ninguém sabe, só mãe e César (irmão). Eu não sei dizer porque, acho que eu me considero uma lésbica muito empoderada da porta de casa pra fora, mas pra minha família eu tenho zero coragem de aparecer me assumindo, eu me sinto bem quando acham que sou hetero, sei lá, é ruim ter que se explicar e saber que estão falando mal de você. Acho que apesar de não ser hetero, todo aquele discurso que você escuta a vida toda faz algum efeito e você normaliza isso e se sente, tipo, errada por ser homossexual. Vou te contar um *guilty pleasure*[14], é que eu não me sinto confortável sendo bem tratada como um casal lésbico, parece que tô fazendo alguma coisa errada e sendo recompensada com isso, eu me sinto bem sendo vista como uma pessoa comum, que as pessoas imaginam que é hetero, que acham que quando você diz

[14] *Guilty pleasure* é uma gíria, derivada do inglês, para se referir a um prazer que gera culpa, um prazer vergonhoso.

> que é casada, que é com um marido. Eu trato isso na psicóloga, mas não consigo ainda me desapropriar disso" (Narrativa de Daniela, 31 anos).

Além da adesão a um padrão, por vezes, de aceitação do armário por uma captura pelo dispositivo da homofobia, a manutenção do segredo a respeito da sexualidade vem também de certa lealdade familiar. Como argumenta Mason (2002) sobre uma lealdade dupla à família, em primeiro lugar baseada no elemento do afeto, que está presente na família, segundo por uma espécie de fidelidade inconsciente que leva os sujeitos a aderirem aos padrões e à cultura familiar, sem se questionarem sobre isso, mantendo segredos através da falta de questionamento e do silêncio sobre determinados tópicos.

Vemos muitos traços e formas de como opera o dispositivo da homofobia em *A Epistemologia do Armário* de Eve Sedgwick, essa obra que oferece uma profícua reflexão sobre o conceito do "armário" como um mecanismo regulador na vida de indivíduos *gays* e lésbicas. Sedgwick explora como a ideia de armário não é apenas um fenômeno que afeta a comunidade LGBTQIA+, mas também tem implicações significativas para os heterossexuais. O armário, como Sedgwick (2007) o descreve, não é apenas um lugar de ocultação para aqueles que são *gays* ou lésbicas, é também um dispositivo que sustenta e reforça a hegemonia dos valores heterossexuais na sociedade. Ao fazer isso, o armário contribui para a manutenção de privilégios de visibilidade para os heterossexuais, permitindo-lhes ocupar uma posição dominante na sociedade.

No entanto, Sedgwick argumenta que este dispositivo não é apenas prejudicial para aqueles que são forçados a se esconder dentro dele, mas também limita a compreensão e a expressão da sexualidade e da identidade de gênero de todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual. Ao restringir a sexualidade a uma dicotomia rígida de heterossexual/homossexual, o armário impede a exploração e o reconhecimento de uma gama mais ampla de identidades e de experiências sexuais, trata-se de um sistema que molda e limita as experiências e identidades de todos os indivíduos.

O dispositivo da homofobia opera de forma que tanto heterossexuais quanto homossexuais apreendam esse sistema como legítimo, e, portanto, inculca esses processos na socialização para que se desenvolvam comportamentos normativos e para que sejam compreendidas as razões que supostamente justificam a homofobia.

Muito do que Daniela, por exemplo, nos traz no relato supracitado, demonstra a eficácia do dispositivo da homofobia e o modo como, na família, ela funciona como um treino para aceitação de diminuições em outras instituições. Trata-se de “um processo mental de subjetivação - que consiste em levar o indivíduo discriminado a aceitar a natureza essencial de sua diferença - é o que torna possível alimentar regularmente a resignação dos dominados ao status atribuído pelos dominantes” (Borillo, 2010, p. 38).

Dessa forma, o dispositivo em questão frequentemente exerce uma forte influência no contexto familiar. Considerando o impacto da família na formação das identidades e o seu papel como produtora de subjetividades e como guardiã das normas sexuais e da sexualidade de seus membros, essa violência ultrapassa os limites da família. Assim, o que começa no contexto familiar pode ser direcionado a diversos outros espaços e instituições, inclusive a “(...) profissionais, como médicos, pedagogos, psiquiatras, padres e pastores, todos considerados ‘especialistas’, resultando no prolongado lamento do sofrimento sexual (Foucault, 1988, p. 105). Essa situação pode culminar na perpetuação e na consolidação de crenças limitantes e violentas, que persistem entre os indivíduos socializados sob tal perspectiva.

3.3. Violências contra mulheres lésbicas em contextos doméstico-familiares

> Nós já sabemos que a família é perigosa, especialmente para mulheres. Mas isso é quantificável somente em termos de violência física, e permanece difícil de mensurar em termos de consequências emocionais (Schulman, 2016, p. 190, tradução nossa).

Conforme destacado por Schulman na passagem acima, trecho oriundo de outra de suas obras que aborda a temática da violência no contexto familiar, ao contemplarmos a problemática da violência doméstica é fundamental reconhecer que um dos principais alvos dessas violências são as mulheres, assim como é importante observar que as violências físicas são mais facilmente mapeáveis que as consequências emocionais e os efeitos psicológicos resultantes das situações de violência enfrentadas em casa. Neste debate, consideraremos todas essas facetas da violência, buscando explorar suas múltiplas formas para compreender a amplitude e a complexidade do problema.

Dada a abrangência da homofobia e das formas como ela se evidencia, os atos de violência direcionados a mulheres lésbicas no contexto familiar refletem uma

complexa intersecção entre o sexismo e a homofobia. A discriminação enfrentada por mulheres lésbicas não se limita simplesmente à junção do sexismo e da homofobia; ela é, no entanto, resultado do entrelaçamento de suas características, que as colocam em uma posição singular de subjugação. Portanto, é incomum que as mulheres relatem experiências isoladas de violência homofóbica, em vez disso, suas queixas frequentemente revelam uma natureza híbrida, decorrente da intersecção dos marcadores de gênero e de sexualidade, que as situam em um ponto específico dentro das estruturas de poder. Assim, um traço distintivo das violências lesbofóbicas é a sua notável prevalência no ambiente familiar.

A presença de uma violência mais acentuada no contexto familiar, no caso de mulheres lésbicas, conforme evidenciado nesta pesquisa, indica o modo como a natureza interseccional da violência é central em suas experiências com a homofobia. Ao analisar as singularidades que moldam a identidade lésbica, e as nuances espaciais presentes nas agressões a partir do que é proposto pelo conceito fenomênica do espaço, somos conduzidos à compreensão das especificidades das violências contra essas mulheres e ao entendimento de como a presença de um peso maior na experiência da homofobia familiar no caso dessas mulheres singulariza a experiência desse grupo com a violência de matriz homofóbica.

Ao analisarmos a questão sob a ótica da fenomênica do espaço, que percebe a espacialidade enquanto categoria sociológica, e compreende que a casa e a rua funcionam não apenas como dimensões geográficas, mas atuam primordialmente como esferas de ação e interação. Nessa perspectiva, a contraposição entre público e privado evidencia a existência de características e dimensões discursivas únicas, além disso, aponta para a existência de signos representativos próprios, que funcionam como produtores de uma predominância espacial mais acentuada a partir dos marcadores de gênero.

O público e o privado, enquanto categorias sociológicas, são atravessados por questões de gênero, e a literatura que trata da questão aponta para o modo como historicamente a ocupação e a representação desses espaços foram estabelecidas e incorporadas no imaginário social a partir de uma divisão de gênero no que tange à sua maior prevalência no público e no privado (Ortner, 1979). As questões de gênero, que cruzaram tais espaços, estruturaram em medida significativa a oposição entre a casa e a rua, com isso, a maior ou menor pertença a esses espaços foi culturalmente formulada de forma generificada.

No que se refere às violências que ocorrem no contexto familiar, estas são múltiplas. Essas violências podem se manifestar desde tentativas de normalização e ausência de reconhecimento, até situações de repressão e agressões que têm o potencial de infligir danos físicos e emocionais imediatos e duradouros. Cada uma de nossas interlocutoras tem histórias pessoais de situações desse tipo para narrar, ilustrando a prevalência e a continuidade dessas questões em suas vidas.

Para as interlocutoras da nossa pesquisa, a homofobia na família foi a pior forma de discriminação que vivenciaram. Isso aparece evidenciado em seus relatos, alguns dos quais marcados por memórias repletas de emoções: “Ela disse ‘como em uma família só com gente normal foi nascer uma coisa como você?’ eu lembro que nesse dia tava indo pra escola e fui no ônibus o caminho todinho chorando (...) e quando minha avó morreu, que foi mais ou menos na época que eu saí do armário, ela disse ‘ainda bem que sua avó morreu sem saber quem você era, porque seria a maior decepção da vida dela’” (Daniela, 31 anos, sobre a mãe). “*Gays* são uns anormais” (Maria, 48 anos, sobre a mãe). “Você ainda vai me matar de desgosto” (Tânia, 29 anos, sobre a mãe). “Olha pra você, se você não tomar jeito ninguém vai te querer, você vai morrer sozinha” (Val, 30 anos, sobre a avó). “Minha maior tristeza é ter uma filha sapatão” (Aline, 58 anos, sobre a mãe).

> Meu maior medo sempre foi da violência pela sociedade e de ser vista como monstro dentro de casa, acontece que na sociedade nunca senti muito a violência além daquelas óbvias, nada comigo, violência geral, mas em casa, em casa a coisa foi diferente, sofri de todas as opressões possíveis, só não física, né? Mas psicológica imensa, já, aquela alfinetada todo dia. Na rua, se aconteceu foi sem eu perceber, apesar de que eu me previno, mas dos pais em casa é mais difícil (Narrativa de Lígia, 25 anos).

Os relatos revelam um impacto duradouro dessas formas de violência familiar nas vidas de suas vítimas, demonstrando que os danos persistem de maneira significativa ao longo do tempo. As vivências de Lígia exemplificam a realidade de uma existência confinada, marcada pelos efeitos prolongados do convívio com a homofobia enraizada. Embora sua orientação sexual seja conhecida por sua família, o assunto permanece como um tabu, obrigando-a a constantemente policiar suas palavras e ações para evitar possíveis episódios de hostilidade. Lígia se acostumou tanto à constância da homofobia em sua vida que chegou a sentir-se desconfortável ao experienciar o acolhimento na casa de uma de suas namoradas, cuja família oferece mais suporte à filha. Da mesma forma, demonstrar afeto em público torna-se

um desafio para ela, pois não está habituada à liberdade de expressar a sua identidade sexual.

> Tipo assim, eu no meu primeiro relacionamento, mas principalmente ela, era muito oprimida, acho que se ela tivesse sido mais aberta eu até tinha me exposto e me colocado em risco, mas porque ela era mais oprimida que eu, então a nossa relação de modo geral era oprimida. A gente namorou uns seis anos, do ensino médio até meus vinte e um, e ninguém na casa dela sabia, quando souberam ficou tão difícil que a gente terminou, eu lembro que uma irmã dela falou algo do tipo 'a pessoa que consegue namorar escondido por seis anos é capaz de qualquer coisa', dali em diante não tivemos condição de continuar. Aí agora que eu estou vivendo isso, depois de vinte e cinco anos, e aí a primeira vez que eu fui jantar com Edna, a gente saiu da pizzaria pra um bar. E aí ela pegou na minha mão, a gente saiu de mão dada e eu fiquei tipo em choque. Tá ligada? *Poh*, e aí depois eu fiquei em casa, fiquei pensando sobre isso, eu fiquei mal. Isso é também um pouco da questão da ansiedade, né? Ficar repassando o que aconteceu pra ajeitar na cabeça. E aí, tipo, não é nem 'ai, alguém vai ver', é mais no sentido de eu ter medo mesmo de sei lá, alguma coisa acontecer, eu não tô acostumada a isso (Narrativa de Lígia, 25 anos).

As duas alternativas a essas violências, que costumam se colocar na vida de nossas interlocutoras, que sofrem com a homofobia familiar, são ambas dolorosas, elas precisam decidir entre aceitar viver sob essas situações ou romper com a família de origem. Nossa pesquisa revelou que, para as interlocutoras, as duas alternativas causam sofrimento, sendo a primeira mais cômoda, porém implicando em uma autoanulação da própria identidade; e a segunda mais dura, porém mais libertadora. Entretanto, a possibilidade de romper com familiares, apesar de significar liberdade, se mostra uma das situações que mais causam aflição, ansiedade e sofrimento em suas vidas. Vejamos caso das duas situações:

> Olha, comigo foi assim, a situação chegou num ponto que não dava mais, eu coloquei um ponto final, eu precisava de um meio pra ir embora de casa. Então eu estudei pro vestibular, acho que esse foi meu maior ato de revolta, sabe? Porque ninguém me incentivava a estudar. Eu venho de uma família que eu fui a segunda pessoa a entrar na universidade. Na minha família era tipo 'ah, terminou o ensino médio, terminou os estudos'. Minha mãe estudou até a oitava série, na época chamavam de ensino primário[15] e pai fez o equivalente ao ensino médio. Então eu estudei sozinha pro vestibular, passei e saí de casa. Claro que não foi fácil, no começo eu trabalhei em *call center*, em loja, esse tipo de coisa, depois foi melhorando porque eu consegui um estágio no curso e pude estudar e trabalhar na minha área. Mas não tinha outra forma de me libertar que não fosse rompendo com

[15] O oitavo ano ginasial era o último ano do que chamamos agora de fundamental II. Portanto, a mãe de Daniela cursou, há época, o primário e o ginasial, que hoje equivalem ao fundamental completo (I e II).

> eles. Não foi fácil porque minha mãe ainda tentava me controlar de longe, colocava meu irmão pra me seguir, às vezes, me dava alguma ajuda financeira e isso acabava que meu irmão tinha que ficar em casa por uns dias. Mas eu fui me desvencilhando disso. Hoje eu praticamente não vejo meus pais, e não é como se eu fosse super assumida pra todo mundo da família, eu só me afastei (...) Eu não consigo te dizer que eu sinto falta, porque minha relação com eles nunca foi fácil, mas eu sinto um pouquinho de culpa, claro, porque a gente internaliza que tem que amar os pais apesar de tudo, e não é que eu não ame eles, mas na prática a coisa é diferente, se a gente se afasta é porque tem motivo, às vezes, no meu caso, por exemplo, é a única forma de não enlouquecer (Narrativa de Daniela, 31 anos).

Já no caso de Carla, por exemplo, a possibilidade de romper com a família nunca foi considerada. Carla é uma mulher de sessenta anos, que nunca afirmou a sua sexualidade para nenhum familiar, e vive completamente no armário. Ela tem um marido e dois filhos, ambos adultos e com suas vidas estabelecidas. Carla relata nunca ter cogitado abrir-se sobre sua sexualidade, e casou-se para, nas palavras dela, "ter uma vida normal". Ela acredita que sua família de origem jamais aceitaria e, ela própria, entende sua sexualidade como algo errado, e não acha que seria correto afirmar-se como lésbica.

> Essa entrevista ninguém fica sabendo meu nome não, né? porque eu só aceitei porque Aline pediu (...) olhe, minha filha, na minha vida inteira eu nunca pude fazer o que eu quis, eu sempre fiz o que os outros queriam, eu nunca me assumi, até porque eu não acho certo o que eu faço, então eu fiz o que manda a tradição, eu casei com o pai dos meninos, tive meus filhos e vivo essa fachada, eu tô casada com ele desde meus vinte anos, mas sempre tive meus casos fora do casamento, acho que algumas pessoas sabiam, porque teve muita fofoca, muitas vezes chegou no meu marido e eu tive que contornar, eu nunca confirmei, eu sempre neguei (...) Eu nunca fui a filha preferida de mamãe, eu acho que lá no fundo ela tinha alguma desconfiança que eu era *entendida*[16] e isso sujava minha imagem pra ela, mas pra você ver como a vida é, foi eu que fiquei do lado dela até ela partir, meus irmãos só vieram visitar no leito de morte dela, pra se despedir, e teve uma que nunca nem veio, como as coisas são, né? Hoje em dia eu acredito que meus filhos saibam de mim, porque ninguém é besta, o mais velho tem trinta e nove e a menina tem trinta, nenhum mora mais comigo porque todos dois são casados, eu tenho quase certeza que todos dois sabem, mas acho que por respeito nenhum comenta, num me perguntam nada não, e eu vivo assim. Eu vivo numa vida dupla, sem falar nada com ninguém, eu mantenho a aparência pra sociedade, mas eu tenho uma "amiga" faz dez anos, e eu sempre tive amigas a vida toda, ser casada nunca me impediu não,

[16] Forma como algumas pessoas, principalmente acima dos cinquenta anos, se refere à homossexualidade.

> mas dessa a família dela também não sabe dela, eu acho que por isso que funciona pra gente, porque a gente só sai escondida (...) eu nunca sei como vai ser o dia de amanhã, se alguma coisa vai mudar, eu só vou vivendo, só Deus é quem sabe do amanhã (Narrativa de Carla, 60 anos).

É importante notar que, em todas as circunstâncias apresentadas, a homofobia familiar, independentemente de como se manifesta, tem um impacto profundo na vida das pessoas e deixa marcas indeléveis em suas experiências. Assim como Badinter (1985) desmantela a noção de amor materno incondicional, o mesmo ocorre com o suposto amor familiar incondicional. Devemos notar que, nos relatos, as agressões mais significativas foram perpetradas pelas mães, enquanto os pais geralmente ficam em segundo plano nos relatos, isso reitera aspectos da fenomênica do espaço presente nas violências, que nesse caso está expressa nas questões de gênero presentes no ambiente familiar e na importância atribuída ao papel feminino como garantidor de continuidade e como elemento central do cuidado com a família e com a educação e formação dos filhos. Sobretudo, nos casos de dissidência sexual, a pessoa dissidente muitas vezes experimenta o oposto do dito amor incondicional, encarando violências, exclusão e falta de reconhecimento (Pessôa, 2017). Não devemos nos equivocar, o amor é construído com esforço, não é um dado absoluto capaz de transpor todas as barreiras.

3.4. A pandemia da Covid-19 e a potencialização das violências domésticas: Implicações da crise sanitária sobre as violências contra mulheres lésbicas.

A partir de 2020, com o início do isolamento social enquanto medida de combate à pandemia da Covid-19, observou-se um aumento nas violações, violências e conflitos dentro das famílias, refletido no crescimento das denúncias de situações desse tipo (Brasil, 2020). Esse cenário não se restringiu apenas à LGBTfobia, mas também resultou em um crescimento das demais formas de violência doméstica. Estudos e informações levantadas durante o período começaram a tratar do problema (Vieira, Garcia e Maciel, 2020), no entanto, a homofobia familiar permaneceu em grande parte ausente das discussões, com exceção do artigo que publicamos sobre a temática nesse período (Oliveira e Machado, 2023b). Assim, com base nos dados e análises desta pesquisa, propomos também uma reflexão sobre o aumento das violências homofóbicas no âmbito familiar durante a pandemia.

Devemos, em primeiro lugar, observar que “epidemias necessitam não simplesmente do estudo das doenças em si mesmas, mas da forma como isso afeta as relações sociais” (Kelly, Keck e Lynteris, 2019, p. 14, tradução nossa). A crise da Covid-19 apresentou vários desafios, incluindo o do aumento da violência doméstica. Mas é possível observar um impacto específico dessa crise de saúde nas mulheres lésbicas? A pandemia exacerbou a violência que já era enfrentada por esse grupo? De que forma o isolamento social afetou as relações familiares e amplificou a violência doméstica? São todas questões que abordaremos neste tópico, e que precisam ser investigadas para a melhor compreensão do impacto da pandemia nas experiências de violência doméstica vivenciadas por mulheres lésbicas. Em nossas entrevistas, reservamos uma seção para explorar essas questões, e destacaremos aqui vários dos aspectos que foram levantados.

Se considerarmos, como vem demonstrando esta pesquisa, que no caso de mulheres lésbicas, o espaço da casa tem sido usualmente o *lócus* de maior violência contra elas, mesmo antes da pandemia, vemos que esse período de intensificação das violências pode ter sido ainda mais devastador e causador de sofrimento. As especificidades da homofobia familiar e a sua centralidade nas vivências dessas mulheres com a violência homofóbica reforçam, como já apontamos, uma questão que é sintomática da sua existência, isto é, o fato de o seu contexto de violência ser muito marcado pelo cruzamento da dissidência sexual com as questões de gênero. Nesse ponto, é possível identificar elementos bastante representativos das dimensões generificadas dos espaços que se configuram em nossa sociedade (Oliveira e Machado, 2023b).

O Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal (CEMCED)[17], um espaço dedicado à promoção dos direitos humanos da comunidade LGBTQIA+ e ao combate à LGBTfobia no município, elaborou e divulgou, em julho de 2021 (Prefeitura Municipal do Natal, 2021), um relatório de mapeamento das incidências de violência LGBTfóbica durante o período de isolamento social. O documento chegou à conclusão de que, para os membros da comunidade LGBTQIA+ de Natal, que são vítimas de violência familiar, estar nas ruas se revelou mais seguro do que permanecer em casa[18], uma

[17] O Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal/CEMCED foi criado, por meio do Decreto Municipal 11.909/2020, com o objetivo de promover a cidadania e os direitos humanos LGBTQIA+, assim como para combater a LGBTfobia, discriminação por orientação sexual e identidades de gênero.

[18] Para LGBTs de Natal é mais seguro estar na rua do que em casa, aponta relatório. Jornal Tribuna do Norte. 2021.

vez que os casos de violência doméstica apresentaram um aumento significativo nesse período. De forma que, a homofobia familiar apresentou-se mais ameaçadora que o próprio coronavírus, para muitas dessas pessoas.

> Compreendendo as implicações e a potencialização das violências domésticas no cenário pandêmico, o CEMCED buscou levantar nos seus questionários dados de 2020 para observar os efeitos da pandemia no impacto sobre as violências. Os dados do centro foram coletados por meio de dois instrumentos: O Registro Mensal de Atendimento (RMA) e a Ficha de Acolhimento. O CEMCED fez ao todo 114 atendimentos no trimestre retratado no relatório (último trimestre de 2020), e seguiu com o acompanhamento de uma média de 22 famílias ou usuários por mês. Os números de atendimento são considerados no próprio relatório como baixos, e o fato é atribuído ao contexto pandêmico e à pouca divulgação do centro, uma vez que além de ser um equipamento novo, desde a sua inauguração está com parte significativa do trabalho em funcionamento diferenciado e em regime remoto, assim, é ainda pouco conhecido, tanto pela população em geral, quanto por outros serviços que ainda desconhecem a sua existência para lhe encaminhar usuários, ou seja, falta ainda um estreitamento das relações interinstitucionais e maior divulgação ao público, o que deve acontecer em um futuro breve. No entanto, apesar de os dados dos relatórios não serem robustos, é importante salientar que a proposta de sistematização desse tipo de dado possui extrema relevância no cenário do levantamento de estatísticas sobre a violência LGBTfóbica para o município de Natal, e também para o processo de consolidação do próprio centro (Oliveira e Machado, 2023b, p. 145).

Dos 114 atendimentos realizados pelo CEMCED no ano de 2020, 76% dos sujeitos que buscaram atendimento se auto identificaram como vítimas de violência LGBTfóbica, mas de acordo com os conteúdos dos relatos do usuários, o centro compreende que esse número pode ser ainda maior, mas devido à naturalização das violências e pelo entendimento da LGBTfobia, por vezes, ficar restrito apenas aos tipos mais graves de violência, alguns usuários apresentaram dificuldades em identificar algumas das violações sofridas como expressões LGBTfóbicas. Outro dado importante que aparece no relatório, é o do grau de parentesco entre agente agressor e vítima. Durante 2020, pai, mãe, sogros, tios e irmãos correspondem a 42% dos agressores, sendo o principal local de ocorrência a própria residência (Oliveira e Machado, 2023b).

No âmbito de nossa pesquisa empírica, a elevação das situações de violência doméstica no contexto familiar foi uma questão bastante mencionada, vários dos relatos de nossas interlocutoras enfatizaram a percepção de que o vírus representava

um risco menor que as violações ocorridas no ambiente familiar. Algumas das entrevistadas, inclusive, optaram, em dadas situações, a se expor à doença, saindo de casa, a fim de escapar dos desconfortos e das violências familiares, um cenário que se assemelha ao vivenciado por Lígia:

> Durante o primeiro ano da pandemia, do isolamento total, toda a minha família veio e ficou por três meses, ninguém sabia quando ia passar, era só achismos, e a doença tava no auge. Menina! A recomendação era pra não sair, você lembra, né? mas eu queria sair mais que tudo, o tempo todo, *num* tinha jeito de ficar em casa tranquila não, só que pela represália dela [avó], de achar que eu sempre estava com amigos, né? e que era perigoso, e ela tinha o ponto dela, uma mulher de oitenta anos, eu podia trazer qualquer coisa da rua e passar pra ela, então eu evitei sair certas vezes, mas eu precisava sair pra ter meu momento de desopilar, ficar em casa trancada com todos eles, tendo que ser alguém que não sou, sem privacidade pra falar com ninguém, era difícil ao extremo. Cinco pessoas numa casa pequena dessa que não tem um cantinho que você fique tipo sozinha, né? foi ralado (Narrativa de Lígia, 25 anos).

Neuma, por sua vez, está inserida em um ambiente familiar que, embora menos hostil, não está isento de desafios. Durante o período de isolamento social, ela se deparou com o impacto desse aprisionamento, tendo que lidar com questões sensíveis relacionadas ao seu namoro e à interação de sua companheira com a família. A dinâmica do convívio sob o mesmo teto trouxe à tona uma série de desafios que, muitas vezes, se tornaram mais evidentes devido à proximidade prolongada. Neuma compartilha suas experiências, destacando como o contexto familiar, mesmo quando menos hostil, pode impor desafios significativos durante momentos de confinamento.

> Na pandemia eu tava namorando, foi extremamente ansioso pra mim porque era horrível ficar dentro de casa, aí não estava só eu dentro de casa, estava eu com mais quatro pessoas, e mãe, assim, ficou toda estranha porque a gente [Neuma e a namorada] sempre ficava dentro do quarto, já pra evitar de encontrar porque minha mãe odiava ela, então ela não tentava nem fazer uma boa relação, quando era necessário falar alguma coisa ela falava, mas muito básico e, às vezes, um pouco frio, ríspido e tudo mais. Eu sou muito ansiosa e eu não gosto de briga, então o quanto eu puder evitar brigas eu vou estar evitando. Então isso significa que eu vou estar meio me anulando. Então afetou demais né, no sentido de eu ficar enclausurada, porque minha mãe não aceitava bem a situação, quando era longe dela era mais uma coisa do tipo “ah, não tô vendo”, “Neuma tá por aí com a amiguinha dela”, mas na pandemia quando ficamos todos em casa eu tentei deixar esse mesmo contexto ficando trancada no meu quarto, mas foi difícil e me adoeceu, meu namoro não aguentou, tá entendendo? a gente terminou quando viu que a pandemia não ia terminar tão cedo (Narrativa de Neuma, 20 anos).

No caso de Daniela, que não mora com os pais há muitos anos, tampouco passou o período do isolamento social com eles, ainda assim, ela percebeu a necessidade de destacar um ponto específico acerca de como se sentiria se ainda compartilhasse o espaço doméstico com eles, durante o período de isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19.

> Eu já não moro com meus pais faz muitos anos, desde 2012, mas se tivesse que passar a pandemia com eles? Hum, eu penso que seria uma exaustão mental que nem quero imaginar. Claro que hoje com as tecnologias a gente consegue ter privacidade pra conversar por mensagem sem muito transtorno, mas pensando na minha vida de adolescente, quando não tinha isso, e eu precisava conversar por ligação e precisava falar baixo, me esconder no quintal, essas coisas, pra ninguém escutar, e mesmo assim vez ou outra minha mãe passava e zombava das minhas conversas. Nossa! seria um tormento passar por aquilo de novo (Narrativa de Daniela, 31 anos).

Adicionalmente, Gomes, nossa interlocutora que atua como ativista há longa data, na cena da militância LGBT de Natal e do Rio Grande do Norte, compartilhou suas experiências relacionadas ao crescente cenário de violência homofóbica durante a pandemia, que ela pôde observar. Com anos de dedicação à causa, e afirmando conhecer mais de mil mulheres lésbicas no Estado do Rio Grande do Norte, Gomes narrou uma realidade preocupante, destacando sua experiência no acompanhamento de mulheres que enfrentam situações de violência, e o aumento de violências homofóbicas no período da pandemia, das quais ela tomou conhecimento.

> (...) porque eu já tenho uma ligação muito grande com muitas lésbicas aqui na nossa cidade e no Rio Grande do Norte todo, eu acho que a gente conhece, eu conheço, mais de mil lésbicas. Então tenho ligação com muitas, vários recortes, e tanto do urbano como no rural, de interiores, onde as coisas são mais difíceis, pessoal que joga futebol, conheço muitas meninas que são de outras cidades e no momento da pandemia? o que eu acho? é que adoeceu muitas, né, muitas adoeceram, mas esse adoecimento ele já é provocado pela questão, é, da falta de aceitação da família, entendeu? Porque existia as lésbicas que já tem os seus relacionamentos há muito tempo e já vive numa situação de opressão em casa. Entendeu? Nessa pandemia eu conheci lésbica que tinha seus dez anos, doze anos de afirmação que precisou se mudar porque não aguentou o sofrimento. Na pandemia teve que passar vinte e quatro horas em casa. Entendeu? Então isso foi o provocador. Eu soube de muitos rompimentos, de muita gente doente, muita gente sem aceitar. Né? E nós mulheres temos que nos fortalecer né? Para denunciar. Então nós mulheres estamos nos informando, e formando novas protagonistas para não aceitar a violência (Narrativa de Gomes, 55 anos).

Na entrevista com Sarah Schulman (Oliveira, 2023a), buscamos também levantar a perspectiva da teórica sobre suas impressões acerca do aprofundamento

das violências relacionadas à homofobia familiar no contexto da pandemia, à luz da sua larga experiência, a estudiosa de longa data dessa temática, nos apresentou suas observações no panorama a seguir:

> **Schulman:** Isso é interessante. Em meu trabalho anterior, lecionei na *CUNY*[19] por vinte e cinco anos, mas não estou mais lá, fui para uma instituição particular agora, mas durante a Covid-19 todos estavam no *Zoom*[20] e eu podia ver como meus alunos viviam e eles não tinham privacidade para ter aulas, porque meus alunos eram pobres e da classe trabalhadora, de modo que muitos deles não tinham seus próprios quartos e, portanto, tinham que assistir aula na frente de seus familiares. E isso significava que eles não podiam falar livremente sobre determinados assuntos, porque para as pessoas que moram na casa dos pais enquanto frequentam a universidade, ela [a universidade] acaba sendo um lugar muito importante onde podem ser expressas ideias que não podem ser expressadas em casa, e negar às pessoas seu próprio espaço físico longe da família, as sujeitam a mais opressão em casa. Desse modo, com base na minha experiência, eu diria que a Covid-19 realmente afetou os alunos *queer* de forma muito mais severa que os demais, em termos de falta de privacidade e de liberdade de expressão (Oliveira, 2023a, informação verbal, tradução nossa).

Dado que as vivências com a violência no ambiente familiar deixam marcas profundas e significativas na vida de suas vítimas, notamos que o aumento da convivência familiar resultante das medidas de isolamento social, que restringiram as atividades ao espaço doméstico, ocasionou uma intensificação das violências nesse espaço, afetando significativamente aqueles que são vítimas da homofobia familiar. Como resultado, a segurança pessoal dessas pessoas foi ainda mais afetada, muitos dos relatos e dos dados apresentados indicam que essas vítimas se percebem mais seguras fora de casa que dentro dela, mesmo em um contexto de pandemia. A intensificação de violências durante o período de isolamento social se apresentou como uma cruel e sólida realidade na vida de mulheres lésbicas, e dos demais sujeitos que sofrem com a violência no contexto familiar.

Por fim, é relevante ressaltar que, de maneira geral, os impactos das questões de gênero durante a pandemia irão fornecer material para uma ampla variedade de estudos durante um longo tempo no período pós-pandemia. Esses estudos podem abranger discussões semelhantes à da presente análise, acerca do aumento e do aprofundamento das violências domésticas no período de isolamento social,

[19] *City University of New York (CUNY).*

[20] Aplicativo para realização de reuniões virtuais.

considerando diferentes perspectivas, de gênero, sexualidade, dentre outras (Oliveira e Machado, 2023b). Além disso, podem abordar o aprofundamento das desigualdades no ambiente doméstico, como é o caso do esgotamento das mulheres durante a pandemia, devido à sobrecarga do acúmulo de responsabilidades (Blanc, Laugier e Molinier, 2020). Independentemente da abordagem escolhida, ambas as problemáticas se revelam objetos de estudo promissores e dotados de potencial heurístico. Diante da sua relevância, é certo que serão minuciosamente examinadas por pesquisadoras e pesquisadores nos anos seguintes.

3.5. Homofobia Familiar: Um comparativo com o contexto dos Estados Unidos

> Homofobia familiar existe com força e brutalidade em toda cultura, classe, raça e religião. Os modos de expressão é que podem se diferenciar, mas sempre está lá (Schulman, 2009, p. 34, Tradução nossa).

Embora tenha descrito o fenômeno da homofobia familiar a partir do seu próprio contexto cultural, Schulman compreende a existência desse fenômeno como uma situação de opressão compartilhada por sujeitos LGBT de todo o mundo, podendo variar apenas nas suas formas de expressão. Mesmo que não possa se dedicar a descrevê-lo em contextos que não conhece, os quadros de referência que nos apresenta ao tratar da homofobia familiar nos Estados Unidos, nos mune de embasamento teórico para estudar e buscar compreender esse fenômeno em nosso próprio contexto de pesquisa. Os estudos de Schulman nos ofereceram um sólido ponto de partida para examinarmos a homofobia familiar no cenário brasileiro e atualizar os quadros de referência para incluí-lo nos estudos sobre a homofobia familiar.

Por intermédio da nossa experiência com o Estágio de Doutorado no Exterior e do estudo das obras da autora, foi possível observar pontos de semelhanças, assim como diferenças entre a manifestação do fenômeno da homofobia familiar entre os contextos brasileiro e estadunidense. É importante ressaltar que o foco da nossa análise se concentrou nos estudos desse fenômeno em nosso contexto de pesquisa, mas a oportunidade de observar, *in loco,* casos dos Estados Unidos nos oportunizou perceber, para além do campo teórico, as principais diferenças e marcas que caracterizam o fenômeno nessa cultura.

As semelhanças entre os dois contextos foram mais facilmente observáveis. Com o auxílio teórico apresentado por Schulman (2009; 2016), foi possível identificar elementos comuns entre os dois contextos. Questões como as variadas formas de violência que vão desde a exclusão - manifesta em situações como a recusa de aceitação, agressões e banimento familiar - até os variados tipos de aceitação parcial, que podem ocorrer por meio de silenciamentos, atribuição de menor valor às identidades e relacionamentos não-heteronormativos, dentre outros aspectos já discutidos nos tópicos 3.1 e 3.2.

Por outro lado, as diferenças e especificidades dos casos norte-americanos exigiram uma análise mais cuidadosa. Essa análise foi baseada em nossas entrevistas no exterior, nas observações de aspectos da cultura e da realidade dos Estados Unidos, levantadas durante nossa pesquisa nesse campo. Essas observações foram enriquecidas por meio de experiências vividas, entrevistas realizadas, diálogos com sujeitos locais, além das múltiplas leituras adicionais sobre a temática.

Um primeiro elemento a ser debatido, e que é central na distinção entre os contextos brasileiro e estadunidense, é a estruturação das relações familiares, que se diferencia nos dois países. Nos Estados Unidos, os jovens tendem a deixar a família de origem mais cedo, geralmente entre os dezessete e vinte anos. Em comparação com as relações familiares brasileiras, a independência precoce da família de origem é um forte traço cultural dos Estados Unidos, sendo um elemento característico das suas relações familiares. É importante ressaltar que essa característica não é específica das pessoas com quem interagimos, mas é um aspecto observável na cultura norte-americana, que identificamos não só nos relatos das nossas interlocutoras, como também ao longo da experiência no país.

Na cultura estadunidense, a maioridade é vista como um marco de autonomia e independência, uma expectativa compartilhada tanto pelos jovens quanto pelos pais. Deixar o lar familiar ao ingressar na universidade, por volta dos dezoito anos de idade, é, pois, algo comum para esses jovens. A partir desse momento, seus encontros com a família de origem costumam ficar mais restritos a festividades, feriados e períodos de férias. Isso ocorre porque à medida que os filhos atingem a maioridade, e a dinâmica familiar se modifica fortemente, eventos e festas familiares assumem uma importância especial, de modo que essas ocasiões são particularmente significativas para as famílias estadunidenses. Em diversos diálogos com colegas da universidade,

foi possível constatar que a maioria deles morava nos dormitórios da universidade ou dividia apartamento com amigos, e visitava a família apenas em épocas específicas.

Os jovens que não ingressam na universidade, após concluir o ensino médio, ainda assim costumam deixar a casa da família de origem para estabelecer a sua independência. Os que permanecem morando com os pais por mais tempo, por vezes, se tornam alvo de brincadeiras entre amigos, e em alguns casos, esses indivíduos podem até ser cobrados a pagar aluguel para continuar morando com os pais, esta é uma prática culturalmente estabelecida e não é vista de forma negativa.

A própria Schulman (2009) relata que deixou a casa de sua família de origem aos vinte anos, apesar de ter frequentado a universidade em sua cidade natal, Nova Iorque, onde sua família também residia. Entre nossas interlocutoras, Sandra nos conta que saiu de casa aos dezenove anos, Kimberly aos dezessete e Amy, que em seu relato demonstra considerar ter saído da casa dos pais tardiamente, aos vinte e dois anos. No entanto, no caso de Amy, há uma particularidade: ela sofreu um grave acidente aos dezesseis anos, o que que exigiu grande suporte de seus pais. Ela ficou paraplégica e se tornou cadeirante. Apesar disso, hoje, aos vinte e cinco anos, Amy vive sozinha, lida bem com a deficiência resultante do acidente de carro, e leva uma vida completamente independente.

A independência precoce da família de origem é uma característica cultural das relações no contexto estadunidense, e embora não esteja necessariamente ligada a homofobia em si, essa ruptura pode singularizar as violências nesse contexto, isso ocorre porque as violências cotidianas deixam de ser o fator de maior impacto, dando lugar a outras nuances de expressão. Embora esse traço cultural não altere a existência ou a intensidade da homofobia familiar, a saída precoce da casa dos pais pode influenciar a longevidade de certas formas de expressão da homofobia na família. Ao se afastar fisicamente, o sujeito pode escapar da exposição cotidiana a atitudes homofóbicas, no entanto, isso não elimina a homofobia na família, pois ela pode se manifestar de outras maneiras, tal como ocorre com “a prática da evitação” (Schulman, 2009). No caso da evitação, mesmo com o distanciamento emocional e físico da família, o sujeito LGBT é sistematicamente excluído ou evitado pela família em variadas situações.

A prática da evitação, se mostrou, nas nossas observações, uma das expressões mais fortes da homofobia no contexto estadunidense, e embora menos visível, pode ser igualmente prejudicial, pois envolve a exclusão e o isolamento

familiar da pessoa em questão. Esta forma de violência, embora possa parecer sutil à primeira vista, também pode ter um impacto profundo e duradouro na autoestima e no bem-estar emocional do indivíduo afetado. Aprofundando a compreensão dessa prática, podemos considerar que a evitação é uma forma de homofobia que se manifesta não apenas através de ações diretas, mas também através da exclusão e do isolamento.

Além disso, a evitação pode levar a um tratamento diferenciado entre irmãos. Essa é uma forma de violência que Schulman identifica e descreve extensivamente em seu trabalho. Imagine, por exemplo, um ambiente familiar onde um irmão é constantemente excluído ou tratado de maneira diferente por causa de sua orientação sexual, isso pode se manifestar de várias maneiras, desde a exclusão de eventos familiares até a falta de apoio emocional ou financeiro. Embora essas ações possam parecer pequenas isoladamente, juntas, elas podem criar um ambiente de isolamento e rejeição, assim, o seu impacto emocional pode ser significativo e levar a sentimentos de inadequação e solidão. Além disso, podendo também afetar a capacidade do indivíduo de formar relacionamentos saudáveis e confiantes no futuro.

Schulman (2009) ao falar de suas experiências pessoais, apresenta exemplos bastante ilustrativos das práticas de evitação que vivenciou. Ela descreve o modo como a sua mãe repetidamente recorria a manipulações psicológicas para fazê-la sentir-se inferior aos irmãos, enfatizando que mantinha relações mais sólidas com eles, além de demonstrar ter por eles uma preferência maior. Sua mãe costumava ainda se referir aos seus irmãos como bons filhos, enquanto Schulman era sempre classificada como problemática: “Sarah tem sido terrível desde o dia que nasceu. Quando ela nasceu a obstetra disse ‘essa é uma má e desconfortável criança’” (Schulman, 2009, p. 70, tradução nossa). Dentre outros exemplos que utiliza para ilustrar, ela também narra a seguinte situação:

> (...) Minha mãe disse que ela e minha irmã tinham um segredo, mas que não estava autorizada a me dizer o que era. Minha irmã havia proibido ela (...) mais tarde eu descobri por outra fonte que o segredo que minha irmã decidiu impor era que ela estava grávida. Assim como o meu irmão me excluiu do casamento dele, ela sabiamente escolheu um evento que estava enraizado no privilégio heterossexual para explorar a homofobia dos meus pais (Schulman, 2009, p. 66/67, tradução nossa).

As dificuldades enfrentadas por Schulman em sua família de origem são ainda mais profundas que o que se percebe nas narrativas supracitadas. Ela relata que

nunca teve a oportunidade de interagir com os sobrinhos, por ser considerada uma figura disruptiva e potencialmente perigosa para a convivência com crianças. Schulman narra que um dos principais motivadores que a levaram a persistir na publicação do seu livro foi a esperança de que, no futuro, seus sobrinhos possam descobrir, por meio de sua obra, que sua ausência não foi uma escolha pessoal, mas sim uma consequência da oposição familiar. A saber:

> Um dos motivos para escrever esse livro é para que meus sobrinhos e sobrinhas possam um dia entender o que aconteceu em nossa família e porque eles não me conhecem. Eu espero que quando esse dia chegar, eu ainda esteja viva, e que eles venham me ver, para então podermos conversar (Schulman, 2009, p. 70, tradução nossa).

Situações semelhantes também ocorreram com nossa interlocutora Sandra (51 anos). Quando questionada sobre repressões ou violências que tenha vivenciado na família em função da sua sexualidade, ela narra diversas situações que se relacionam com aspectos da prática da evitação como expressão da homofobia familiar. Além das clássicas situações de exclusão de eventos e de relações familiares, e das recusas em aceitar a presença da sua companheira na família de origem, Sandra também narra casos de completo desamparo e evitação por parte da família, como um evento de negação de ajuda financeira para uma emergência de saúde.

> Eu estava sem seguro saúde e precisava de dinheiro para uma emergência médica, liguei para pedir ajuda a minha mãe e ela respondeu que não iria me dar dinheiro, que talvez eu devesse pedir a minha colega de apartamento, era como ela se referia a minha companheira, ou aos meus outros amigos, ela falou ‘eles são sua família agora e eu não sou obrigada a lidar com seus problemas’. Eu quero dizer, ela deixou claro que não estava negando ajuda por não ter o dinheiro, mas por escolha. Isso ficou ainda mais claro alguns meses mais tarde quando ela pagou totalmente pela festa de casamento da minha irmã (Narrativa de Sandra, 51 anos, tradução nossa).

O fenômeno da independência da família de origem frequentemente resulta na formação de uma "segunda família" dentro de um grupo de amigos e de uma rede de apoio construída fora do contexto familiar, essa é uma característica particularmente comum na cultura estadunidense, e uma necessidade que se coloca dada a forma como se estruturam as relações familiares nesse contexto. Apesar do estabelecimento dessa "segunda família" não se limitar àqueles que foram excluídos de seus contextos familiares devido à homofobia ou por violências em geral, no caso de pessoas LGBTs, como Sandra, por exemplo, que passam a ser completamente evitadas na família de

origem, o estabelecimento dessa nova rede de apoio demonstra ser uma forma de autoproteção e até mesmo de sobrevivência.

Durante a estadia nos Estados Unidos, foi possível perceber que esse fenômeno é tão comum que até mesmo adquiriu um termo próprio: *"Friemily".* Esse termo é uma fusão das palavras em inglês para família *("family")* e amigos *("friends"),* e é frequentemente utilizado pelos jovens para se referir a um grupo de amigos que assumem o papel de uma família. Em muitos casos, esses jovens têm pouco ou nenhum contato com suas famílias de origem. Isso pode se dar devido à estrutura das relações familiares e da independência se estabelecer cedo, seja pela decisão de sair de casa para estudar em outro estado, ou mesmo para construir sua própria independência com um emprego e outras responsabilidades; ou simplesmente pela evitação praticada por suas famílias, em função da dissidência sexual.

O conceito de "família escolhida" (Weston, 1997) é um tema comum nos discursos desses sujeitos, eles relatam que encontram nos amigos a família que lhes falta. Essa é uma maneira de criar laços de afeto e apoio que, muitas vezes, não existem em suas famílias de origem. Essa "segunda família" proporciona um senso de pertencimento e de compreensão que eles podem não encontrar em outros lugares. É uma maneira de criar uma rede de apoio emocional e, às vezes, financeira, que pode ser vital para a sobrevivência e o bem-estar desses indivíduos. Portanto, o termo "*Friemily*" reflete uma realidade social e cultural bastante típica nos Estados Unidos.

Embora tenhamos realizado apenas três entrevistas formais com interlocutoras dos Estados Unidos, cada uma delas nos proporcionou perspectivas únicas e destacou pontos importantes. Além disso, durante a estadia, foi oportunizado conhecer diversas pessoas que nos ajudaram a entender um pouco melhor a cultura, as questões locais, as diferenças regionais e outros aspectos do país. Essas pessoas nos ajudaram na compreensão de muitos fenômenos e especificidades norte-americanos, inclusive sobre a divisão das regiões dos Estados Unidos, bem como aspectos socioculturais e até econômicos dessa divisão, questões relativas a lugares mais conservadores, e também a respeito da força maior das violências contra LGBTs em determinadas regiões, informações centrais durante o processo de intercâmbio. Esses diálogos, associados a leituras e vivências pessoais auxiliaram na compreensão mais ampla de diversas questões referentes ao contexto estadunidense e, por sua vez, à homofobia familiar nesse contexto.

Nossa anfitriã em Nova Iorque, Gloria, uma mulher lésbica de 55 anos, foi uma figura importante durante a estadia no exterior, em diversas ocasiões dialogamos sobre as questões regionais e sobre suas percepções sobre a homofobia no país. Ela costumava falar bastante sobre como considera a região norte mais segura e amigável para as minorias, e como a região sul historicamente se mostrou muito conservadora e avessa a agenda pró-minorias. Certa vez Gloria chegou a dizer que: “Esse é um país livre, você pode ser quem quiser, mas precisa ter cuidado, porque alguns lugares não são muito amigáveis”, referindo-se ao Sul do país.

Buscamos compreender melhor essas distinções regionais a partir de alguns autores que debatem a questão, como Coclanis (2000) que descreve o modo como os Estados Unidos possuem uma divisão cultural interna marcada pelas históricas disputas entre as regiões Norte e Sul. Os estados do Norte são reconhecidos pela alta industrialização, onde o trabalho assalariado desempenhou um papel central na sua formação, essa região, além de ser a mais rica e populosa do país, é conhecida por sua receptividade à diversidade, relações exteriores e imigração. Em contraste, a região Sul é caracterizada por sua vasta extensão territorial e predominância da ruralidade, trata-se da região mais agrária do país e que possui uma história marcada pela exploração intensiva do trabalho escravo. Os estados do Sul tendem a ser menos amigáveis com as relações exteriores, demonstram hostilidade em relação a outras regiões e são notavelmente e orgulhosamente conservadores. Eles apoiam políticas de fechamento de fronteiras e frequentemente se opõem a questões relacionadas às minorias e à diversidade.

De acordo com a classificação do *United States Census Bureau*, que é o Departamento de Censo dos Estados Unidos, o país é dividido em quatro macrorregiões: Norte, Sul, Centro-Oeste e Oeste. A região Norte inclui Estados como *Nova Iorque, Nova Jersey, Vermont, Pensilvânia, Maine*, além do distrito de *Washington D.C*., que é a capital do país, dentre outros. A região Sul, por sua vez, abrange Estados como Texas, Tennessee, Alabama, Flórida, Carolina do Sul e Carolina do Norte (Ambas as Carolinas estão localizadas no Sul do país, a nomenclatura norte e sul nesse caso não se refere à região do país, mas ao fato do Estado ser dividido em duas metades, um lado norte e um lado sul), Geórgia, dentre outros. As regiões Centro-Oeste e principalmente Oeste historicamente sofreram mais influência do Norte, sendo também bastante industrializadas e pontos de referência em inovação tecnológica, é na região Oeste que ficam localizadas as matrizes de

grandes empresas de tecnologia como *Apple, Google, Amazon, Meta*, bem como o Vale do Silício.

Historicamente, a intensa rivalidade entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos, exacerbada por diferenças econômicas e culturais, especialmente no que se refere à escravidão, culminou na Guerra Civil, também conhecida como Guerra de Secessão. O Norte se opunha à escravidão, enquanto o Sul defendia sua manutenção. Esse conflito, que durou de 1861 a 1865, terminou com a vitória do Norte e o consequente fim da escravidão no país em dezembro de 1865. Durante o período de 1860 a 1869, Karl Marx e Friedrich Engels produziram uma série de textos sobre a Guerra Civil Americana, nesses ecritos eles discutiram aspectos políticos da sociedade, movimentos a favor e contra o abolicionismo na América do Norte, bem como os desdobramentos e resultados dos conflitos. Além disso, descreveram extensivamente as históricas disputas entre as duas regiões (Marx e Engels, 2020).

Embora não seja nosso objetivo descrever detalhadamente aspectos da guerra, é importante destacar que, apesar de encerrada há muito tempo, ela deixou marcas duradouras na cultura americana. A rivalidade e as características distintas de cada região foram responsáveis por produzir culturas diferentes entre as regiões. A vitória do Norte resultou em uma influência cultural mais forte sobre as outras regiões durante a expansão do país, enquanto o Sul, manteve-se mais fechado e continua sendo a região mais conservadora do país (Woodworth, 2010). É estruturante destacar que algumas dessas distinções regionais são fundamentais para a compreensão das especificidades da homofobia nas diferentes regiões. Essas diferenças, de fato, podem enriquecer nossa compreensão de questões específicas, como a da homofobia nos Estados Unidos. Compreender a divisão regional facilita a interpretação de aspectos que surgem nos relatos das interlocutoras, bem como a identificação dos resquícios culturais que ainda persistem.

A questão dessas diferenças culturais é relevante de ser observada quando tratamos do fenômeno da homofobia. O conservadorismo da região Sul aparece principalmente no relato de Kimberly, que nasceu e cresceu nessa região, no Estado da Carolina do Norte. Ela narra que as questões relacionadas a sua dissidência sexual sempre foram bastante difíceis de lidar, pelo fato de ser oriunda de uma família “rural, sulista e ultraconservadora”. Apesar de ter saído de casa aos dezessete anos, ela nunca se afirmou completamente para a família, somente para a mãe e a irmã, que até o presente ainda não lidam bem com isso.

> A família conservadora branca do Sul resume muito bem o porquê eu não saí completamente do armário. Eles sempre usaram uma linguagem muito depreciativa contra a comunidade LGBT, posso falar? Viado, sapatão, maricas[21]. Desculpe, era só pra você entender. Então eu estava muito preocupada sobre como meus pais lidariam com isso. Eu cresci com pais brancos conservadores e racistas, muita gente é assim na minha região. Esperava-se muito que eu me casasse com um homem branco e tivesse filhos brancos. Eu temia a raiva e a rejeição que poderiam ter acontecido (...) Amigos e conhecidos fizeram piadas depois que descobriram que eu sou lésbica. Piadas muito patéticas e ridículas sobre pessoas *queer* (Narrativa de Kimberly, 31 anos, tradução nossa).

Kimberly relata que a vida no Sul é muito difícil para pessoas LGBT, e que "pessoas como ela" que são oriundas dessa região costumam ponderar sobre cursar universidade longe de casa, indo principalmente para a região norte, onde além de estarem localizadas universidades muito prestigiadas como *Harvard, Columbia, Princeton, Yale*, dentre outras, trata-se uma região muito mais acolhedora para as minorias. Esse foi pessoalmente o caso dela, filha de pais conservadores, morando em uma região rural, no Sul dos Estados Unidos, e se percebendo lésbica desde os quinze anos, Kimberly relata que começou a buscar por Universidades na região Norte do país, aplicando sua inscrição para duas instituições em Nova Iorque, sendo aceita nas duas e optando pela *City University of New York*, mudando-se para lá aos dezessete anos.

> Devido a minha situação pessoal, eu queria trabalhar ajudando pessoas em situações semelhantes, desde o ensino médio eu me percebi com perfil para assistente social, confirmando nos testes vocacionais da escola, quando aconteceu a feira de profissões e a apresentação das universidades na minha escola eu gostei muito da CUNY. Sabe, o curso que eu escolhi é um curso que eu conseguiria fazer no meu estado, mas eu quis ir para Nova Iorque. Nós, jovens do sul, vemos muito Nova Iorque como um grande centro e um lugar que se pode ser quem se é, então eu vim para cá por dois motivos, estudar em uma boa universidade, mas também me afastar um pouco da minha família, eu tenho outros amigos *queer* que também foram para longe, para o *M.I.T.*[22]., para a Universidade de Chicago. Quem é de cidade pequena e rural como nós, sonha com o dia de completar dezoito anos e partir para a faculdade, e ir em casa só três ou quatro vezes no ano, esse é o sonho (Narrativa de Kimberly, 31 anos, tradução nossa).

Após a conclusão do curso, Kimberly decidiu não retornar ao Sul. Em vez disso, passou a trabalhar como assistente social em uma escola e estabeleceu-se em Nova

[21] Em inglês: *Faggot, Dyke, sissy.*

[22] *Massachussetts Institute of Technology* – Instituto de Tecnologias de *Massachussetts*.

Iorque. Hoje, Kimberly é casada e raramente visita a casa de seus pais. Ela menciona que faz essas visitas apenas algumas vezes por ano e nunca leva sua companheira com ela. Embora não discuta abertamente sobre sua sexualidade com sua família, a mãe de Kimberly frequentemente repete uma frase que a deixa insegura sobre a impossibilidade de aceitação e reconhecimento de sua identidade e relacionamento: “Não nessa família” (*Not in this family*). Essa situação a faz acreditar que talvez nunca venha a ocorrer uma verdadeira aceitação e que não seja possível uma melhora no relacionamento familiar.

Amy apresenta uma perspectiva distinta de Sandra e Kimberly, ela não narra situações de evitação ou de implicações regionais como centrais em suas vivências com a violência. As situações que relata se relacionam muito mais com violências e agressões diretas, sofridas no período de convivência na família de origem, sendo as principais violências descritas, as formas verbais, psicológicas e tentativas de silenciamento. Amy relata que costumava ser vista por seus pais como uma “adolescente rebelde” e que ambos, reiteradamente, falavam do quão “desastrosa ela era”, não só em função da sexualidade dissidente, mas por considerarem suas amizades como problemáticas, pelo fato da maioria dos seus amigos também serem LGBTQIA+. Amy relata o longo sofrimento psíquico que enfrentou para tentar superar os abusos sofridos na família de origem:

> A menos que você seja um sobrevivente de abuso emocional, você não tem ideia do que significa travar batalhas diárias em sua cabeça, de forma permanente. O abuso verbal, emocional e físico tem efeitos residuais em você. Você não supera isso facilmente. Quando percebi que eu não era obrigada a assumir sempre o papel de “pessoa maior” e invalidar seus próprios sentimentos, as coisas começaram a mudar. Eu levei muito tempo para aprender a me amar. Não tenho tempo para convencer ninguém a me amar (Narrativa de Amy, 25 anos, tradução nossa).

Amy oferece ainda uma perspectiva singular, com vivências marcadas por um grave acidente que resultou na perda permanente da mobilidade das pernas. Após o acidente, Amy conta que a relação com o pai melhorou significativamente, embora a mãe, apesar de cuidar da filha, nunca mudou sua posição em relação a reconhecer a identidade sexual de Amy. “Meu pai acabou aceitando isso, minha mãe, nem tanto, ela prefere não falar, ela diz ‘você não fala e eu finjo que não sei’” (Narrativa de Amy, 25 anos, tradução nossa).

Em função de ter se tornado uma pessoa com deficiência, Amy narra que o sofrimento oriundo das situações de homofobia que vivenciava se tornou algo menor,

ao qual ela afirma não atribuir mais centralidade em sua vida, concentrando-se, no presente, muito mais em enfrentar os desafios da sua atual condição de mobilidade. Ela relata ter passado por um longo período de adaptação à nova situação, e fala também sobre como traumas como esse são difíceis de lidar. Amy descreve a si como uma pessoa sobrevivente, tanto dos abusos (modo como se refere às situações de violência que enfrentou na família) como de um grande trauma (do acidente e das condições que se impuseram após o ocorrido).

> Eu posso dizer, o trauma muda você... como se literalmente alterasse seu DNA, e no meu caso isso é um fato, ele coloca as coisas em perspectiva e você muda as suas prioridades e sofrimentos. O trauma prejudica sua saúde mental e prejudica sua qualidade de vida. É por isso que nos curamos. É por isso que nos desapegamos e às vezes entramos na solidão. Quando você finalmente chega à conclusão de que nunca mais será a garota que era antes do trauma, você pode voltar ainda mais forte e isso é simplesmente bonito (Narrativa de Amy, 25 anos, tradução nossa).

Em síntese, a partir do que foi levantado, foi possível compreender o modo como as dinâmicas culturais que estruturam a família aparecem na distinção da homofobia familiar nos casos dos Estados Unidos, desde os escritos de Schulman observamos como a evitação é um traço forte da manifestação da homofobia familiar nesse contexto, o que em larga medida ocorre em função da dinâmica de independência precoce das famílias de origem nesse cenário. Além disso, é importante destacar que certos aspectos regionais demonstraram ter um impacto significativo nas expressões de conservadorismo e nas formas de violência presentes no contexto estadunidense. O Brasil e os Estados Unidos são culturas bastante distintas, e embora ambos os países compartilhem o fenômeno da homofobia familiar, as formas como as situações desse tipo se manifestam nos dois contextos demonstraram uma tendência a variar consideravelmente entre si.

CAPÍTULO IV - NARRATIVAS LÉSBICAS: CONTEXTOS, CONFLITOS E VIOLAÇÕES

As subjetividades lésbicas são moldadas por uma variedade de experiências e vivências, fatores sociais, pessoais, dentre outros, que carregam significados tanto singulares, quanto comuns. Ao explorar as narrativas de nossas interlocutoras buscamos compreender as maneiras pelas quais mulheres lésbicas percebem a si mesmas e às suas identidades, bem como o conjunto de experiências, inclusive, com a violência, que vivenciam. Isso nos permitirá entender melhor os desafios enfrentados e as estratégias de resistência em contextos que, frequentemente, não reconhecem ou invalidam as suas experiências e identidades.

Neste capítulo, discutimos elementos das narrativas compartilhadas por essas mulheres, com foco nos relatos acerca da constituição de suas identidades sexuais, levando em consideração os contextos em que estão inseridas, bem como os conflitos e violações experienciados. No intento de aprofundar o debate, também investigamos os processos vivenciados por elas até o momento em que decidem afirmar (ou não) a sua sexualidade para a família, e as consequências e gerenciamentos implicados em ambas as decisões. A partir do evento de autoafirmação, observamos como as relações familiares se desenvolvem após a descoberta da sexualidade dissidente da filha, os processos de estabelecimento de reconhecimento ou a ausência dele, assim como analisamos os conflitos que se colocam no contexto familiar.

4.1. Subjetividades lésbicas: Construção de identidades e percepções de si.

Reconhecer-se e afirmar-se como uma mulher lésbica é um longo trajeto, que vai desde a percepção da própria sexualidade, passando pelo processo de compreensão e autoaceitação da sua identidade sexual, até a afirmação disso para o outro, podendo também passar pela decisão por não fazê-lo. Esse trajeto geralmente começa com a percepção individual da própria sexualidade, um processo que envolve o reconhecimento e a aceitação de sentimentos e desejos que diferem das normativas sexuais dominantes. A partir de então, o processo continua com a afirmação dessa identidade para os outros, um passo que pode ser desafiador, dadas as situações e contextos em que cada uma se encontra, bem como as violências que enfrentam ou

temem encarar. No entanto, nem sempre é uma jornada linear, por vezes, esse percurso é interrompido pela não-aceitação do próprio desejo, ou camuflado por aparências para não ser exposto. Nos relatos, nos deparamos com as mais diversas situações e com múltiplos contextos, que demonstram que apesar de haver semelhanças entre as vivências das interlocutoras, há também elementos que tornam cada trajeto singular, nos mais diversos aspectos.

4.1.1. Do estranhamento de si à autoaceitação

O estranhamento de si é o processo de conhecer e entender a própria sexualidade dissidente, o que pode ser um trajeto complexo e emocionalmente carregado. É importante ressaltar que não tratamos da ideia de conhecer a própria sexualidade em perspectiva naturalizante, como uma descoberta de algo inato e que sempre esteve presente e pronto para ser descoberto, mas fazemos uso da expressão como uma forma de tratar do momento da percepção de desejos e afetividades que diferem da heteronorma, seja qual for o momento da vida dessa pessoa, e, que, até então, não era conhecido por ela.

Para algumas mulheres lésbicas, o estranhamento de si ocorre muito cedo, na infância ou na adolescência, no início da “carreira amorosa/sexual”, este termo é apresentado por Heilborn (1999, p. 41) para se referir a “experiências no âmbito dos afetos e contatos físicos com pessoas, designando-o pela expressão de carreiras sexuais/amorosas”, enquanto para outras, essa experiência pode ocorrer somente na vida adulta, depois, inclusive, de um longo período se compreendendo como heterossexual.

O estranhamento de si, esse processo de percepção da própria sexualidade como uma expressão não-normativa do desejo, pode ser dificultado devido aos esforços do dispositivo da homofobia que apagam e criam uma imagem negativa acerca das expressões de sexualidade e de gênero diversas da heteronorma, por vezes, inviabilizando essas possibilidades de serem reconhecidas em si próprias. Assim também ocorre com a autoaceitação, outro elemento que faz parte do processo de estabelecimento da identidade sexual, e que também esbarra nos investimentos do dispositivo da homofobia, fato que pode torná-la mais difícil, seja por infligir sentimento de culpa e medo da rejeição, como também por perceber-se enquanto

transgressora da dita normalidade, questões essas que são inculcadas pela forma como a homofobia, enquanto dispositivo, opera nos processos de socialização.

Por outro lado, a autoaceitação é o percurso de conseguir compreender e aceitar a própria sexualidade e, muitas vezes, de criar rotas de resistência e de autoafirmação. Nas entrevistas, aparecem tipos diversos de autodescoberta e de processos de autoaceitação, além dos mais diferentes contextos, no que se refere ao momento da percepção da própria sexualidade. As narrativas revelam uma variedade de experiências, algumas relatam que esse processo ocorreu muito cedo, ainda na infância, enquanto outras mencionam que sua ocorrência se deu apenas na adolescência ou mesmo na vida adulta, por vezes, após longos relacionamentos heterossexuais.

Algumas das nossas interlocutoras relatam ter lidado bem com a situação, se compreendendo rapidamente e se afirmando também de maneira rápida, enquanto outras passaram por períodos de negação, medo e insegurança, e postergaram a "saída do armário". Outras nunca se sentiram prontas para afirmar a sua sexualidade ou para sair total ou parcialmente do armário. Sentimento de culpa e de medo são elementos comuns em muitas narrativas, e refletem o conflito interno que surge quando se reconhece a própria homossexualidade. Esses sentimentos não estão diretamente relacionados à homossexualidade em si, mas ao medo da rejeição e/ou de ser percebida como desviante, bem como das implicações que isso pode trazer (Kimmel, 1996). Assim, esse conflito não está apenas ligado à subjetividade do indivíduo, mas também se manifesta nas relações interpessoais, variando em intensidade.

As diversas narrativas ilustram a complexidade e a pluralidade das experiências de estranhamento de si e de autoaceitação. Cada interlocutora enfrenta desafios, alguns em comum, alguns singulares, que as fazem temer reações específicas de sua família e, geralmente, confirmá-las na prática. Lígia, por exemplo, narrou que um de seus maiores medos era ser "percebida como um monstro por sua família". Daniela, por outro lado, diz que temia que as pessoas passassem a gostar menos dela. Val estava apreensiva com a possibilidade de ser expulsa de casa. Carla, por sua vez, sentia e ainda sente que não conseguiria lidar com os comentários e julgamentos das pessoas, acreditando não ter "estrutura emocional para ser a 'sapatão' da família". Aline, que expressou sempre ter tido medo da rejeição da mãe, confirmou sua

insegurança com a falta de aceitação, expressa em múltiplas hostilidades e em um período de oito anos sem qualquer contato, a comunicação foi retomada apenas após um período de doença da mãe, mas ainda hoje a relação entre elas permanece superficial e rudimentar.

Todos os relatos trazem contribuições valiosas para esta discussão. A narrativa de Daniela, por exemplo, é composta por uma experiência singular de estranhamento de si, que ela afirma ter ocorrido de fora pra dentro, Daniela relata que algumas pessoas “descobriram” sua homossexualidade antes que ela própria pudesse se descobrir. Ela nos conta que desde criança sofria *bullying* homofóbico na escola, antes de sequer saber o que significava aquilo de que era chamada. Com cerca de dez anos já passava por situações desse tipo na escola, que se seguiram até a conclusão do ensino médio. Ela relata também que sua mãe parecia estar alerta para essa possibilidade, pois assim que ela teve seu primeiro relacionamento lésbico, sua mãe a pressionou até que ela afirmasse.

> Meu processo de me perceber lésbica? É interessante porque é meio confuso pra mim. Quando eu tava na quinta série eu mudei de colégio e nesse novo colégio eu fiquei na mesma turma até terminar o ensino médio, e tinha uma outra aluna que, antes de eu chegar, ela era a queridinha dos professores, ela era filha da professora de Educação Física e recebia muita atenção. Eu sempre fui estudiosa, e então meio que ela passou a dividir a atenção dos professores comigo, e ela não gostava, ela me fez *bullying* dessa época até a gente terminar o ensino médio, e a principal ofensa que ela fazia, isso recorrente, era me chamar de sapatão, eu tinha dez anos quando isso começou, eu nem sabia o que era ser sapatão, mas isso foi rolando. Quando eu tava com dezesseis anos foi a primeira vez que eu comecei a olhar pra meninas de maneira diferente, isso foi conversando com minha vizinha que era mais velha e era lésbica, não era muito mais velha não, era tipo, eu tinha dezesseis e ela dezenove, algo assim, então a gente meio que foi se envolvendo, do nada assim, coisa de um mês eu que me achava hetero, tava interessada pela minha vizinha. Aí já era o último ano da escola, e eu fico pensando, será que desde muito nova eu já tinha trejeitos e os outros percebiam e eu demorei a perceber? Ou era só maldade mesmo daquela menina e por coincidência realmente eu me percebi lésbica? Sabe? Entende minha dúvida? Então, é engraçado você me perguntar isso porque eu não sei dizer o momento exato em que aconteceu, eu sei da minha primeira experiência que foi com dezesseis quando eu beijei minha vizinha, e de lá pra cá meu mundo ganhou cores (risos), mas se outros percebiam muito antes, não sei te dizer quando começou, de eu me perceber foi aí. Ah, e outra coisa, é que minha mãe sacou isso cedo, como eu falei, eu não tive a oportunidade de ficar no armário pra ela, logo na minha primeira relação ela já desconfiava e me pressionou até eu abrir pra ela, talvez eu dava sinais (Narrativa de Daniela, 31 anos).

Val, assim como Daniela, compartilha uma narrativa de que a sua percepção de si, enquanto mulher lésbica, também se desenvolveu de fora para dentro. Val se entendeu lésbica após ingresso em uma rede de sociabilidades LGBTQIA+, o que ocorreu por influência de um antigo namorado, que lhe apresentou meninas lésbicas e bissexuais, com intenção de estabelecer um relacionamento poliamoroso com duas mulheres. Essa rede de relações a aproximou de um universo até então desconhecido, com o qual ela se identificou muito rapidamente. A partir de então, Val começou a construir sua identidade sexual lésbica, algo que por várias razões ela não havia explorado anteriormente.

> Minha primeira identificação foi diferente do que hoje eu conversando com minhas amigas elas contam delas, muita gente fala que sempre soube, mas comigo não foi assim, foi diferente, eu comecei a ter um namoro que começou virtual com um menino, ele morava perto, tipo quinze minutos de casa, mas a gente se conheceu na internet no *chat blah,* tu lembra desse bate papo? coisa antiga mesmo (risadas), e o sonho dele era ter uma relação sexual com duas mulheres ao mesmo tempo, eu acho que eu nunca tinha pensado em nada nisso, eu nunca me imaginava com outra menina, mesmo que tivesse um menino junto, eu até tinha preconceito, eu chamava o povo de sapatão, de viado, eu era péssima, mas aí então, ele ficava falando disso o tempo todo e eu recusava, mas ele insistiu tanto que eu topei, nisso, ele me apresentou umas meninas e disse pra eu conhecer alguma delas melhor antes de ficar a três, isso virtual também, eu marquei de encontrar uma que morava mais perto, nisso, eu acabei ficando com essa menina e pensei “credo, que delícia” (risos), e daí depois me interessei muito pouco por homens, eu ainda fiquei com alguns, achando que eu era bissexual, mas não era, meu interesse assim de me apaixonar, de querer estar junto passou a ser só com mulheres, esse namoradinho nem ligou, ele era muito cabeça aberta, ficamos amigos normal. Só que foi aí, dessa experiência em diante, que eu só me interessei por meninas. Mas às vezes eu acho que não fosse isso, teria demorado, mas eu teria me descoberto de qualquer jeito, é porque minha família era meio preconceituosa e eu aprendi muito preconceito besta com eles, e eu me sentia mal de ter algum desejo errado e me reprimia muito. Eu sou grata a William, ele meio que me ajudou do jeito dele, e ele mesmo me dizia que tentou mais realizar esse fetiche comigo porque ele percebia uma energia GLS em mim, na época a gente chamava assim (Narrativa de Val, 30 anos).

As experiências de Val e de Daniela, que ocorrem por meio desse movimento de fora para dentro, são as mais singulares acerca dos relatos de estranhamento de si compartilhados por nossas interlocutoras, todas as outras relatam ter percebido primeiro, antes de outras pessoas as identificarem como lésbicas, ainda assim, esses processos de percepção são narrados a partir de múltiplos contextos. Vejamos os casos de Fran e de Patrícia, por exemplo, ambas narram que a descoberta pessoal

ocorreu ainda na infância, e esteve relacionada a admirações e paixões que sentiram por outras garotas, amigas ou até mesmo professoras. No caso de Fran, há ainda a compreensão da identificação com elementos atribuídos ao gênero masculino, como "sinais" da sua sexualidade lésbica. Assim como elas, Joane também narra que, na sua vivência, a autodescoberta ocorreu muito cedo, embora ela não mencione detalhes, dizendo apenas que "sempre soube", e que o seu processo de descoberta foi "simples e orgânico".

> **Joane:** Pra mim foi supertranquilo. Eu era pós-criança. Aliás pós-bebê, quero dizer, desde que eu tive a consciência que estava viva eu sabia quem eu era, então foi algo natural desde sempre. Pra mim é aquela coisa, é tão natural isso que seria como se você estivesse perguntando pra mim como é que você se sente sendo heterossexual? Acho que é a mesma *vibe*.

> **Patrícia:** Eu não sabia o que era, eu não sabia nem o que era esse nome, lésbica, eu acho que eu vim saber o que era lendo quando eu tinha quinze anos. Mas quando era na infância eu já gostava, em termos de gostar de mulher, entendeu? Eu gostei muito cedo de uma professora, mas eu não sabia que era carinho de mulher pra mulher. Eu era apaixonada, mas uma paixão que não tinha esse conotativo sexual não. Eu tinha nove anos. Era uma admiração. É aí com doze foi que eu comecei a entender, eu achava bonito duas mulheres, mas eu não era do tipo aquelas que fica tipo encarando mulher, que não pode ver uma mulher sem roupa, eu não era assim não, entendeu? Era mais de me apaixonar. Pronto, por exemplo, essa professora eu gostei dela de nove até os dezesseis anos, tanto que eu escrevi uma carta, eu e minha prima, pra ela, dizendo que ela era muito bonita, que eu amava, mas aquela coisa bem como se fosse um ídolo. Mas hoje que a gente já é adulto, a gente sabia que aquilo ali já era, já era um indício, né? Só que como era criança não percebia. Mas acontece, né? Com muita criança, acontece com muita gente.

> **Fran:** Desde a infância, desde a infância eu percebia, vamos dizer, no quinto ano da escola, eu já percebia que eu tinha aquele afeto a mais com a coleguinha da sala, já gostava e tal, vamos dizer, de tá agradando. É nesses pequenos gestos que a pessoa vai percebendo que já tem algo a mais. Aí no sexto ano também eu já começava assim "nossa! essa colega" e tal, já começava a gostar, entendeu? Desde cedo já tinha um afeto, entendeu? E desde criança assim que eu nunca gostei de coisas afeminadas, sempre eu queria o bonequinho, o carrinho. Eu sempre fui muito assim, ia no shopping, aí queria o brinquedo masculino, mas eu nunca gostei de ser menino, eu gostava das coisas de menino. A roupa, a roupa eu tentava me adequar, mas não encaixava, não combinava. Então além de perceber que eu era lésbica eu percebi que eu era mais masculina, assim mais *desfem*[23], mas foi muito cedo, acredito que eu já nasci assim.

[23] *Desfem* é o diminutivo para o termo desfeminilizada, que é uma expressão utilizada para descrever mulheres que não performam uma expressão de feminilidade padrão ou normativa.

No caso de Neuma, o estranhamento de si ocorreu cedo também, não na infância, mas no início da adolescência, e, assim como ocorreu com Fran, Neuma atribui, em sua narrativa, essa compreensão da própria identidade sexual a uma atração e afinidade com aspectos que são tradicionalmente associados ao gênero masculino, como brincadeiras, comportamentos e até vestimentas.

> Tem algumas coisas que são bem marcantes, acho que pela criação. Eu diria que um pouco pela criação mesmo, algumas questões, porque eu tenho um irmão mais velho. Então como ele é homem a gente sempre brincou das coisas que ele gostava, porque meus pais não deixavam ele brincar das coisas de menina. Então nunca era aquilo que eu escolhia, então, consequentemente, acabei gostando de muitas coisas que são consideradas dentro da caixinha e que são masculinas. E eu me identifiquei muito com as coisas masculinas, eu sei que não se resume a isso, mas eu sempre dizia que eu queria ser menino e tal, mas depois eu percebi que era porque eu gostava de meninas, e a criação da gente é muito do tipo 'menino gosta de menina', aí eu achava que era por isso que eu queria ser menino, quando eu vi que menina pode gostar de meninas aí eu me entendi, tinha treze anos, foi a partir daí (Narrativa de Neuma, 20 anos).

Tânia, tal como Fran e Neuma, também associa a sexualidade às questões de gênero, entendendo a sua homossexualidade como uma aproximação com o universo masculino, e descreve que o seu estranhamento de si é dado nesse sentido. Ela nos conta que seu momento de compreensão da própria identidade sexual ocorreu após um adoecimento psíquico, decorrente da não identificação com as situações heteronormativas que se impunham. Ela relata que havia a expectativa familiar de que ela tivesse um namorado, fosse vaidosa, gostasse das coisas que as mulheres da família gostavam, mas que ela se sentia muito mal e deslocada com isso. Tânia foi aos poucos parando de frequentar eventos familiares, depois passou a evitar sair de casa, chegou até a trancar a faculdade nesse período. Ela narra que não queria estar perto de outras pessoas e se percebeu em depressão, em função do que inicialmente se colocou como um conflito interno, entre o que esperavam dela e do que ela realmente era.

> Isso foi com dezenove anos, foi um processo difícil assim porque eu não entendia o que acontecia comigo, eu via que eu era diferente das minhas primas, até da minha mãe, eu achava toda aquela frescura de roupa, maquiagem e futilidade, insuportável, e as pessoas da família não entendiam e ficavam me criticando, eu entrei numa depressão muito forte, eu tranquei a faculdade, eu não sabia o que passava comigo, eu só me sentia muito triste, deslocada do mundo ao meu redor, eu não gostava da minha imagem, não tinha vontade de fazer nada, até que eu senti atração por uma menina, de um filme isso, e

> entendi que minha depressão tinha relação com eu estar sufocando uma parte de mim, daí pra frente eu fui melhorando, me entendendo, me reconstruindo, e me conhecendo (Narrativa de Tânia, 29 anos).

Kívia e Aline, passaram por uma situação de estranhamento de si após um longo período se entendendo como heterossexuais. Kívia namorou por dez anos com um rapaz e Aline teve um casamento heterossexual por cerca de treze anos. Aline casou-se e teve uma filha nesse relacionamento, mas quando estava cursando faculdade se apaixonou por uma colega de sala, no início não aceitou bem e tentou manter o casamento, mas acabou percebendo que não sentia mais atração pelo marido ou por homens em geral. Do ponto do estranhamento de si em diante, ambas iniciaram um percurso de autoconhecimento e de inserção no meio lésbico.

> Olha, é, eu sempre fui, até meus, deixa eu lembrar, até meus trinta, trinta e poucos anos, eu me identificava como hétero, né? Até então eu namorei dez anos com meu primeiro namorado, foi minha primeira experiência sexual também. Antes disso eu tive outros ficantes, né? Meninos. Namoricos, mas eram todos meninos, até então nada de menina, mas também não tinha problema algum se eu me interessasse. Sempre fui muito livre sexualmente (...) Os anos foram se passando quando eu estava com mais ou menos oito anos, sete anos, sei lá, de namoro, com esse rapaz, foi quando eu comecei a olhar pra meninas, porque o relacionamento da gente já não estava legal, então eu terminei com ele pra poder me descobrir, essa foi a, né, "situação" (...) Eu me senti atraída por uma mulher que eu fiquei conhecendo ela, fiquei amiga conversando pela internet. E terminei com ele. Eu não quis trair, não quis enganar, né, e aí fui para o Espírito Santo, o estado mesmo[24], pra Vitória, pra conhecer essa mulher (...) (Narrativa de Kívia, 40 anos).

Depois desse primeiro relacionamento com uma mulher, Kívia nos conta que, por não resistir às pressões familiares, acabou voltando para o seu ex-namorado, com quem ficou novamente por quase três anos, contudo, foram anos muito difíceis, ela já não sentia desejo sexual por ele, ou por homens em geral e, somente no aniversário de dez anos de relacionando que ela conseguiu romper de vez com a relação e pôde vivenciar plenamente sua sexualidade, agora, lésbica. Enquanto o relato de Aline nos apresenta o seguinte:

[24] Kívia enfatiza que foi para Espírito Santo: o Estado, para ressaltar a distância percorrida, isso porque no Rio Grande do Norte há uma cidade também chamada de Espírito Santo, que fica próxima de Natal, há cerca de sessenta quilômetros, por esse motivo, Kívia dá ênfase ao fato de ter viajado para outro Estado, distante do seu, fato que ela considera como algo importante no seu processo de autodescoberta.

> Meu momento de descoberta, eu vejo hoje que não é muito incomum nas pessoas da minha geração, eu vejo que várias mulheres da minha idade, que eu conheço mesmo, não estou aqui teorizando não, mulheres que são lésbicas, que tem seus 50, 60, nessa faixa, também descobriram isso depois de ter seus companheiros e até filhos também. A gente cresceu nessa expectativa de ficar mocinha e arrumar um namorado, que vem em casa, que começa a participar da família e coisa do tipo e vai avançando sem refletir muito. Eu me casei com meus dezoito anos, imagine aí, hoje uma menina de dezoito anos é praticamente uma criança, mas na minha época as pessoas constituíam família com essa idade, eu casei ali nessa época e engravidei logo de Amanda, aí quando ela tava grandinha, com uns dez anos, eu fui cursar a graduação, e parece que a mente da gente se abre. Eu me apaixonei por uma colega ali de sala, a gente chegou a ficar junta e tudo, mas não deu certo, não vem ao caso, mas desse ponto aí que eu me descobri, antes de ficar com ela, só pelo sentimento, eu cheguei em casa e contei ao meu marido, ele reagiu mal, gritou, quis me bater, mas depois ficou querendo se reconciliar, dizendo que a gente podia superar isso, e eu ainda tentei, mas não dava mais certo, foi como, como eu posso dizer? foi como se eu descobrisse quem eu era, as coisas começam a fazer sentido e você percebe que sempre foi, mas só descobriu ali (Narrativa de Aline, 58 anos).

Para Carla, a autodescoberta começou bastante cedo. No entanto, ela decidiu-se por seguir um percurso de relacionamentos heterossexuais. A descoberta de sua sexualidade não foi muito além de uma questão de autoconhecimento e de relacionamentos lésbicos “discretos”. Carla internalizou uma visão muito negativa da sua própria sexualidade, considerando-a como algo errado e ruim. Essa percepção levou-a a manter parte da sua identidade em segredo, estabelecendo uma família com marido e filhos, seguindo os padrões tradicionais da sociedade. Até hoje, ela vivencia os desejos e afetos lésbicos de maneira secreta.

> Ah, eu fui notando que olhava pras amigas de um jeito diferente, é, tinha uns rapazinhos que me paqueravam, e eu ficava mais interessada nas irmãs deles, umas situações assim. Mas ó, eu não deixava ninguém saber, era só uma admiração, eu queria tá perto delas, essas coisas, e já bastava. Na minha época, a gente casava cedo, e essas coisas que não eram bem vistas. Foram essas coisas que iam acontecendo, eu admirava muito as mulheres. Eu lembro quando surgiu a banda Kid Abelha, você conhece? nos anos oitenta, eu fiquei doida na Paula Toller, isso da primeira vez que eu vi ela na televisão. Pra mim, ela era a mulher mais linda do mundo, assim galeguinha, toda elegante, mesmo que a televisão era preto e branco, né? Mas eu adorava ver ela. Eu fui notando assim, que eu me apaixonava por meninas, ficava tento uns desejos dessas coisas, curiosidade, mas claro que nem eu me aceitava, tudo que a gente via falar disso era coisa ruim, que era ser anormal, que era errado, então eu achava que eu era errada. Eu só vim “aceitar” isso em mim bem

> mais pra frente, minha família era muito, assim, sem estudo, pai e mãe agricultores, não se falava disso não, no meu meio, só as vezes que se falava alguma coisa ruim, mas nunca de bem. Foi lá pelos meus trinta e tantos [anos] que eu vim ver a possibilidade de entender melhor isso, eu já tava com meus dois filhos. Foi quando eu me permiti realizar esses desejos (...) (Narrativa de Carla, 60 anos).

As barreiras enfrentadas nos processos de autodescoberta, narradas por nossas interlocutoras, podem ser percebidas como impostas pelo que nomeamos de dispositivo da homofobia, esse conjunto de representações e práticas que reforçam a heterossexualidade como a forma dita normal e legítima de expressão das identidades sexuais e de gênero, *pari passu,* marginaliza ou desvaloriza formas outras de expressão sexual, criando imagens negativas das possibilidades outras de expressão sexual e de gênero, dificultando o processo de autodescoberta e de autoaceitação.

A cultura heteronormativa limita a capacidade de conceber outras maneiras de se relacionar afetiva e sexualmente para além dos padrões estabelecidos de normalidade, e, consequentemente, gera sentimentos controversos acerca da própria identidade, criando conflitos internos e inseguranças, no momento da identificação da própria sexualidade. Essa limitação aparece em muitas entrevistas, onde, inclusive, a falta de referenciais de outras pessoas e de relacionamentos não-heterossexuais, e a estereotipização das identidades *gay* e lésbica, muitas vezes, impedem a autoidentificação, além de poder postergar a autoaceitação.

4.1.2. Referenciais da sexualidade lésbica

A existência de referenciais de sexualidade dissidente no processo de estabelecimento das identidades lésbicas é um relevante aspecto para este debate. Esses referenciais são elementos centrais que facilitam o autoconhecimento e fortalecem a representatividade. Nossas interlocutoras narram vivências em uma variedade de situações, principalmente quando observadas sob a perspectiva geracional. Isso demonstra que a presença de referenciais pode ser determinante para a autoaceitação e autoafirmação. Tais referenciais, que podem abranger modelos e representações de pessoas conhecidas pelas interlocutoras, ou até mesmo de pessoas da mídia, que sejam respeitadas e reconhecidas, desempenham um papel crucial na autoaceitação e na capacidade de afirmar a própria identidade com menos sentimentos de medo e culpa.

Nossas interlocutoras encontram-se em situações variadas, situações que foram moldadas por uma série de fatores, sendo a perspectiva geracional particularmente relevante. Os referenciais aumentaram com o passar das gerações, ainda que ainda não sejam um ponto expressivo nos relatos. As experiências e desafios enfrentados por mulheres lésbicas de gerações mais antigas podem ser diferentes daqueles encontrados por mulheres mais jovens. As mudanças sociais, culturais e legais ao longo do tempo têm um impacto profundo na maneira como a sexualidade lésbica é vivida e compreendida. Questionadas sobre se viam-se representadas nos seus períodos de estranhamento de si, e se possuíam referenciais de outras mulheres não-heterossexuais, nossas interlocutoras nos trouxeram nos relatos uma lacuna de representações ou situações de baixos referenciais, que serão apresentados a seguir de forma decrescente, da mais velha à mais jovem, com relação às gerações das interlocutoras.

Carla é a nossa interlocutora mais velha, e nos conta que nunca teve referenciais em que pudesse se reconhecer, durante o seu processo de estranhamento de si, à exceção de uma única pessoa, moradora do mesmo bairro que o seu, que, no entanto, era extremamente depreciada e “mal falada” por todos à sua volta. Carla narra que somente conheceu mais pessoas como ela na vida adulta, quando começou a se relacionar com mulheres e expandiu um pouco o seu núcleo de amizades, e a sua rede de sociabilidades.

> Zero, quando eu tava me descobrindo? zero. A única mínima, num é nem referência, é só de saber que existe, era outra entendida que morava no bairro, mas que era totalmente mal falada, chamada de maria-homem, sapatão. Então o que a gente faz? na cabeça da gente, a gente associa aquilo a uma coisa ruim e começa a se achar a pior pessoa do mundo. Na época eu caia nessas visões, hoje eu penso que ela era forte pra encarar isso tudo, né? infelizmente ela já é falecida. Depois mais pra frente, quando eu tive minha primeira relação com mulher é que eu descobri outras pessoas, mas assim quase todas viviam que nem eu, tinha muitas fofocas (...) (Narrativa de Carla, 60 anos).

Enquanto Gomes, que tem idade semelhante à Carla, afirma também não ter tido referências em seu processo de estranhamento de si, contudo, Gomes seguiu um percurso totalmente distinto ao de Carla, Gomes acabou tendo acesso a contextos de militância e fez da sua existência um elemento político, fazendo desse vazio de representações e das dificuldades e violências que enfrentou um motor para se

estabelecer no caminho das lutas e do pleito por reconhecimento e por mudanças dessa realidade que compreende como problemática.

> Na minha adolescência, até os meus vinte, eu acho que, vinte e dois anos, eu não tinha nenhuma referência, era uma vivência de descoberta. A minha reafirmação só veio a partir dos meus vinte e cinco anos, né, e eu fui construindo, né, construindo enquanto sujeito político de direito. Construindo minha identidade, minha autonomia, né, meu direito à minha liberdade. Por esse período passei por muitas situações, perdi emprego, eu lembro que eu perdi o emprego porque o patrão não aceitava que mulheres lésbicas, sapatão, fizesse parte da empresa porque sujava o nome, era vergonhoso, mas todo aquele momento eu ainda não tinha uma identificação do que era direito, do que era deveres, né? Eu já estava me organizando. Então, é uma, foi uma, uma passagem que não deu nem pra mim reivindicar porque eu não tinha não tinha conhecimento. Conhecimento é tudo, né? E a partir daí foi que eu fui construindo, essa minha identidade, essa minha reafirmação, me colocando enquanto sujeito e foi justamente a partir de dois mil e eu comecei a atuar. Atuar mesmo como protagonista do movimento LGBT da nossa cidade e do nosso estado (Narrativa de Gomes, 55 anos).

Joane, que vem de uma geração pelo menos quinze anos mais nova que Carla e Gomes, ainda assim narra um vazio de representações no período de estranhamento de si, mas acredita que isso se deve ao fato dessa percepção ter acontecido muito cedo, ainda na infância, quando não tinha acesso a pessoas ou conteúdos com esse tipo de temática. Posteriormente, ela entende que teve referenciais, isso quando já se compreendia melhor, e estava mais velha. Ela narra que esse tipo de referência é “empoderadora porque faz você perceber que não é única nem está sozinha no mundo”.

> Nada, nada, eu era a única estranha, a única diferente. Nem na televisão nem nada, porque como eu te falei como eu sentia isso desde muito cedo, eu não assistia programas que tivesse essa referência, só desenho, e não tinha né, hoje tem, mas na minha infância não teve, então eu era muito criança mesmo. Eu tenho mais ou menos assim lembrança de que com uns cinco anos eu já olhava pra menina diferente, entendeu? (...) depois de adolescente, jovem-adulta eu tive sim. A representatividade é importante, ver pessoas como você nos lugares faz você parar e pensar ‘ah, então é assim que os heteros se sentem o tempo todo?’ (Narrativa de Joane, 39 anos).

Kívia, que é da mesma geração de Joane, percebeu-se lésbica já na vida adulta e narra ter tido alguns referenciais próximos, de outra pessoa na família, colegas de trabalho e também de pessoas na mídia. Ela justifica que, por ser uma mulher adulta nesse momento de autodescoberta, sua rede de sociabilidades era extensa e plural,

o que facilita “conhecer todo tipo de pessoa” e “eventualmente se ver representada por algumas delas”.

> Eu me descobri já adulta né, então tinha referência do meu sobrinho, que já era bi, tinha referência no trabalho, onde, inclusive eu conheci Joane. Eu acho que meu sobrinho que enfrentou todo o primeiro preconceito da minha família, facilitou pra mim e pra quem vier depois. Tinha também referência da irmã do meu cunhado. De pessoas no trabalho, e de cantoras eu seguia (Narrativa de Kívia, 40 anos).

Daniela e Tânia, ambas com cerca de trinta anos, são da mesma geração e dez anos mais jovens que Kívia e Joane. Elas apontam que percebem que existiam referências durantes seus processos de estranhamento de si e relatam ter tido uma quantidade maior de referências que as gerações anterior, apesar de reconhecerem a fragilidade e as limitações desses referenciais. Assim, além de identificarem os referenciais, ambas reconhecem as suas limitações, conseguindo problematizar a insuficiência das representações às quais tiveram acesso.

> **Daniela:** Eu não tive muita assim, muita referência não, tinha só umas meninas na escola que todo mundo sabia que eram lésbicas, mas muita gente falava mal delas, eram vistas como más companhias, então eu via como uma coisa mais negativa e não tinha muito contato. Na TV, na música, essas coisas, tinha pouca gente assumida, eu acho que era porque ainda pegava muito mal ser assumido, teve um casal numa novela das nove quando eu tinha uns quatorze anos, mas eu não podia assistir, não era muito por causa delas não, era porque meus pais achavam que novela da Globo, num geral, era uma má influência, então eu via uma cena ou outra. Mas dizer assim que eu tinha referências, referências, acho que não, eu digo assim porque eu entendo referências mais como alguém pra gente se espelhar e se reconhecer, não só saber que existe, porque saber que existe a gente de um jeito ou de outro sabe.
>
> **Tânia:** Minha família é imensa, né, e existia algumas pessoas que se sabia de fofoca que eram bissexuais, ou homossexual que tinha um relacionamento hetero de fachada, mas não era do tipo assumido, era apenas, a família sabe porque as fofocas rolam, mas ninguém falava nada no sentido de assumir como relacionamento, por exemplo, minha tia, era “hetero” casada até ficar viúva, mas sempre teve o que ela chamava de “amigas especiais”, até hoje ela chama essas companheiras que arruma de amigas, então tinha eu tinha referencias, mas eram do tipo: você pode fazer essas coisas, só não fique falando disso, se puder faça escondido e tal, entendeu?

Lígia, uma das nossas interlocutoras em idade que se aproxima da mais jovem, nos apresenta também um pouco mais de referenciais. Ela demonstra que buscava

pessoas com quem se identificar e, dadas as limitações, até conseguia encontrar, só não constituíam um vasto grupo.

> De amizade só. Só amigos. Só amigos. Ninguém da família. Pessoas na mídia assim, já tinha, é como sempre a gente sempre "caça" alguém que a gente possa se identificar né? Tipo seja cantor, seja, quer dizer, que seja cantora, seja atriz, tinha algumas pessoas sim. A gente acaba buscando, é, inconscientemente, sendo atraído por essas pessoas, tipo do grupo de amigos, é muito doido, faz sem perceber (Narrativa de Lígia, 25 anos).

Por último, temos Fran, nossa interlocutora mais jovem, de apenas 19 anos, é a única que relata ter tido referenciais sólidos, além de pessoas muito próximas da família como a sua mãe. Fran relata que possui um círculo de amizades muito extenso, com pessoas das mais diversas sexualidades. Ela nos conta que tem duas figuras maternas em sua vida, Raquel (mãe que a criou) e Fabiana (uma das namoradas com quem a sua mãe se relacionou por mais tempo durante sua infância). Embora Fran não perceba contradições em sua fala, elas estão presentes e nos levam a entender que Raquel foi quem desempenhou o papel principal de mãe em sua vida.

Fran foi adotada informalmente por Raquel, sendo registrada pelos pais biológicos. Ela narra que Fabiana é sua "segunda mãe", no entanto, a chama de tia. Fran também relata que o relacionamento entre as duas mães nunca foi totalmente público, que Fabiana era casada, em um relacionamento onde tinha marido, filhos e até netos, tendo mais tarde ficado viúva, mas nesse momento também não estava mais se relacionando com Raquel. O que compreendemos é que Raquel, Fabiana (inclusive seus filhos e netos) e a jovem Fran formaram uma grande família, sem rótulos, mas também sem muito reconhecimento.

> Eu disse que meio que tenho duas mães? hoje elas não tão mais juntas. É uma longa história, se quiser eu te explico, mas eu tenho essas duas referências na minha vida (...) E também tenho amigos, de todos os tipos, *gays*, lésbicas, pansexuais. Então nunca foi uma questão totalmente desconhecida (Narrativa de Fran, 19 anos).

Embora nossas interlocutoras tenham percorrido trajetórias que possuem particularidades, elas compartilham o fato de a sexualidade lésbica ter sido um tópico invisibilizado e com pouca expressão de representatividade em seus contextos de autodescoberta e das primeiras vivências afetivo-sexuais. Os referenciais desempenham um papel importante na autoaceitação e na ruptura de estereótipos,

permitindo que a identidade lésbica seja vista em sua pluralidade de papeis e contextos. Esses referenciais apresentaram, nas narrativas em análise, uma melhora ao longo das gerações, transitando de um completo vazio, para uma existência que, no entanto, ainda está em expansão.

A ausência ou a limitação de referenciais muitas vezes surgem como desafios nos processos de compreensão e de afirmação da sexualidade lésbica, frequentemente dificultando a percepção de maneiras diversas de experienciar afetos e desejos. A inserção em contextos ou redes de sociabilidade onde o contato com outras mulheres lésbicas é possibilitado, torna-se uma forma de driblar algumas limitações, além de oportunizar a percepção de possibilidades e vivências de experiências plurais de expressão do desejo.

4.1.3. Os significados de afirmar-se lésbica

Após debatermos sobre processos de estranhamento de si e dos referenciais, debatemos com as interlocutoras o significado, para elas, de ter e afirmar essa identidade. Algumas delas compreendem o peso dessa identidade, reconhecendo a carga que carrega em termos de história, luta e representação, e veem a sua identidade lésbica como uma parte integrante de quem são, como algo que molda suas experiências e perspectivas de vida. Essas mulheres relataram que significa um ato de resistência e até de orgulho, e que são felizes com sua identidade. Enquanto para outras, a sexualidade lésbica, devido as consequências que se impõem a quem performa uma sexualidade dissidente, é algo que se mostra desafiador, e, por vezes, fonte de medo e de angústia, tanto pela falta de aceitação familiar, mas também pública, quanto pela interiorização de violências que diminuem e estigmatizam a homossexualidade.

Das interpretações do primeiro tipo, temos a percepção de Gomes, que é uma das interlocutoras que vê uma magnitude presente nessa identidade, é também a que mais demonstra orgulho e expressa que a vivência lésbica significa em sua vida um ato de resistência, seu discurso é muito marcado por aspectos da militância, na qual atua há décadas, aspecto que modela muito a sua visão sobre o que significa se afirmar como mulher lésbica.

> Você diz qual o peso disso? O peso é que há uma definição, mas como uma lésbica a gente tem que levar em consideração que nós somos,

> independentemente da orientação sexual, uma pessoa, eu sou uma profissional né, sou tia, sou irmã, né, sou companheira e sou uma profissional independente da minha orientação sexual. Quando se leva pra questão da liberdade, aí o que é que isso causa de impacto pra sociedade? Uma sociedade machista, homofóbica, uma sociedade que cria um modelo, né? Que criou um padrão que mulher tem que casar, mulher tem que ter filhos, mulher tem que ter um homem né? E que as mulheres que não fazem isso não são consideradas enquanto sujeitos. É uma sociedade opressora, né? Que muitas das vezes mata porque leva até ao suicídio, leva ao estupro corretivo. Leva ao feminicídio, e leva a muitas coisas. Então uma autodefinição enquanto lésbica hoje pra mim é uma prova de muita resistência né? De muita coragem no enfrentamento que nós estamos vivendo nesses últimos períodos, eu acho que ainda está pior porque a gente vive num período de conservadorismo (...) (Narrativa de Gomes, 55 anos).

Assim como Gomes, para Patrícia “dizer-se lésbica” trata-se de uma situação satisfatória, discurso que conflita com o fato de que ela vive completamente no armário, e não vê sentido em afirmar a sua sexualidade para a família ou para pessoas do seu convívio, todavia, em seu relato, ela afirma ver esse aspecto da sua identidade como algo positivo, bonito, e diz ainda que não trocaria essa vivência para ser heterossexual, mesmo que ela tivesse a opção da troca.

> Assim… Eu me sinto muito, é, eu gosto de ser assim, não me incomoda o rótulo não, é como se eu achasse bonito, eu acho bonito esse nome ‘lésbica’, você se compreende, entendeu? Eu acho assim, que não trocaria, não, pra ser hétero. Tá entendendo? Eu entendo que eu nasci assim, lésbica, eu não gosto de homem, eu nunca tive essa falta, essa fase (...) (Narrativa de Patrícia, 36 anos).

Kívia, que se percebeu lésbica depois de um longo tempo se entendendo como heterossexual, demonstra que esse aspecto de sua vida se transformou em uma fonte de orgulho para ela. Kívia vê sua identidade lésbica não apenas como uma orientação sexual, mas como uma parte integral de sua personalidade e individualidade. Ela compreende essa identidade como uma expressão autêntica de quem ela é. Para ela, ser lésbica não é apenas sobre quem ela ama, mas também sobre como ela se vê e se relaciona com o mundo.

> Deixa eu procurar aqui uma palavra… Eu sou feliz, sou satisfeita, me sinto amada, me sinto completa. E vejo assim mesmo. E eu disse até porque Joane disse, mas como é que pode? Você era hétero e agora é lésbica, você não é bi? Eu disse não, não sou bi, eu sou realmente lésbica, hoje eu tenho essa certeza. Antes quando eu era hétero, eu tinha aquela coisa tipo assim ‘ah, mulher pra mim não tem problema’, eu sempre dizia assim ‘se eu me interessar por uma mulher, eu fico’ então assim, uma pessoa hétero nunca vai dizer um negócio desse,

> né? então ali por aí você já tira (...) Pra resumir: É sobre isso, e tá tudo bem (Narrativa de Kívia, 40 anos).

Fran e Joane são duas pessoas que vivem um sentimento de naturalidade quanto à sua sexualidade, não percebendo, muitas vezes, que performam uma sexualidade dissidente, em decorrência das suas vivências e por não identificarem traços de violência em função da sexualidade. Ambas afirmam que nunca se dedicaram a pensar ou caracterizar o modo como se sentem, também não encontram aspectos de discriminação significativo em suas vivências, embora a partir de uma compreensão mais ampla da homofobia, eles apareçam. Ambas demonstram que esse é apenas mais um aspecto de suas vidas, e sentem que não a tornam especial ou diferente em nada.

> O que significa? Não sei… sei lá, é quem eu sou. Não levo muito pra esse lado de orgulho. Pra mim nunca pensei nisso, tem gente que é assim, né? É orgulho de ser, pra mim nunca chegou nesse sentindo, e está tranquilo, é uma coisa comum na minha vida, é como ser, sei lá, baixinha, faz parte de mim, sabe como é? (Narrativa de Fran, 19 anos).

Para Daniela, a dissidência sexual envolve um esforço considerável, uma luta constante contra normas e expectativas sociais pré-estabelecidas e para se provar digna de reconhecimento. Daniela sente que a dissidência traz consigo uma necessidade de vigilância e esforço constantes que, segundo ela, a deixam exausta. Ela pode estar se referindo ao cansaço emocional e psicológico que vem com a necessidade de constantemente precisar afirmar e defender a sua identidade, como também às tentativas de alcançar certos feitos para não se ver resumida somente à sua sexualidade, ou ainda para não deixar que justifiquem falhas pessoais ou imperfeições a partir da sua dissidência sexual. No entanto, apesar do esforço e do cansaço, Daniela diz reconhecer que essa é uma parte intrínseca de quem ela é, e, que, embora possa ser desafiador, é também uma expressão autêntica de sua individualidade.

> Hum… o significado? Acho que pra mim é se esforçar sempre o dobro, pra conseguir menos da metade. Eu digo sobre tudo, tem que ser a filha perfeita, a funcionária perfeita, ser séria em tudo que a gente faz, para ainda ouvir ‘ela é lésbica, mas… é uma boa pessoa...’, e, às vezes, nem isso ouvir. Então isso cansa, é cansativo, mas faz parte, todo mundo tem suas lutas (Narrativa de Daniela, 31 anos).

Para Carla, que apresenta vivências profundamente marcadas pela internalização dos múltiplos aspectos que decorrem da ação do dispositivo da homofobia, essa é uma questão sensível. Ela expressa abertamente não gostar de ser lésbica, indicando uma luta interna com a sua sexualidade e, afirmando, inclusive, que entende esse aspecto da sua identidade como algo puramente negativo, o qual, se fosse possível, ela que gostaria de modificar. Assim, Carla demonstra em seu relato o modo como a homofobia, externa e internalizada, afeta profundamente sua vida, e narra múltiplas experiências que a levam a sentimentos de medo e de tristeza.

> De verdade? eu acho que não vai ser o que você quer ouvir não, hein? mas pra mim é um… um… vamos dizer, tormento… hoje as pessoas fazem isso de, como é que fala? romantizar, ter orgulho, eu mesma não entendo, porque pra mim sempre foi escondido, sempre era visto como errado isso, de ser entendida, eu sou, não tem jeito, mas daí a ter dizer que é fácil, que é meu orgulho… Orgulho de quê? Eu, se eu pudesse escolher, eu mesma não seria assim não (Narrativa de Carla, 60 anos).

Por último temos a narrativa de Neuma, que compreende as implicações da identidade sexual dissidente como algo extremamente desafiador. Ela reconhece que a sua identidade sexual pode tornar as coisas mais difíceis em vários aspectos da vida, seja na interação social, no ambiente de trabalho, ou mesmo na aceitação pessoal. No entanto, apesar desses obstáculos, Neuma não apresenta sentimentos negativos em relação à sua identidade, ela encara esses desafios como parte integrante de sua trajetória.

> Ai que difícil… hum, é arriscado, é assustador, é, não sei pra você o que é, mas pra mim me dá mais um sentimento de que eu posso ser cada vez mais invalidada quanto a minha sexualidade. É muito receoso abrir isso pras pessoas porque todo mundo vai sempre colocar você numa caixinha, as pessoas vão começar a invalidar, então é tipo isso (Narrativa de Neuma, 20 anos).

A sexualidade é uma parte constituinte das nossas identidades, de modo que compreender e afirmar essa identidade para o outro é um processo complexo e não necessariamente linear, podendo envolver idas e vindas, altos e baixos, descobertas e confirmações. Essa complexidade é particularmente expressa no percurso de afirmação da sexualidade dissidente, podendo, em certos aspectos, se diferenciar em cada vivência, ao mesmo tempo em que pode também apresentar similaridades. Compreender-se como lésbica e afirmar-se para o outro, em especial para a família, pode ser então um grande desafio, marcado por inseguranças, incertezas, mas

também por surpresas, sendo então algo perpassado por processos de negociações, renegociações e agenciamentos (Orne, 2011), como discutiremos na seção a seguir.

4.2. Revelar (ou não) a sexualidade para a família: A existência lésbica dentro e fora do armário.

A afirmação da própria sexualidade para a família pode ser vista tanto como uma forma de expressão da sua identidade, quanto como um passo inicial na busca por reconhecimento. Os percursos trilhados pelas interlocutoras até a afirmação da sua identidade sexual, ou mesmo a decisão de não o fazer, apresentam aspectos diversos, estando geralmente compostos por processos de negociações e gerenciamentos (Orne, 2011). Orne é um dos autores que destacam a importância das estratégias de afirmação envolvidas nesse processo, bem como atenta para as motivações pessoais que estão presentes na decisão de afirmar-se ou não, de "sair do armário" ou de permanecer nele, seja parcial ou completamente.

Para debater os processos de saída do armário, Orne (2011) cunha o conceito "*strategic outness*", em português "estratégias de saída" ou "saídas estratégicas", conceito a partir do qual ele discute o que chama de gestão estratégica da afirmação da identidade. Para Orne, o processo de afirmação da identidade sexual não é um evento pontual, mas um processo contínuo, complexo e que é gerenciado pelo próprio sujeito que afirma a sua identidade sexual. Em sua ótica, o fenômeno em questão é atravessado por várias estratégias, inclusive, referentes a quem irá ou não ser incluído na afirmação, e isso deve-se, sobretudo, à influência de diversos elementos do contexto em que esse sujeito, que se afirma, está inserido. Orne sugere que o contexto social dos sujeitos deve ser considerado nas análises dos processos de saída ou de permanência no armário, e reconhece a complexidade da afirmação da identidade sexual, entendendo-a como um evento estratégico, contínuo e complexo.

O gerenciamento de múltiplas estratégias nesse processo de afirmação pode incluir a afirmação direta, pistas e até a ocultação total ou parcial (afirmando-se apenas para alguns membros da família). Olhando para quem a informação é revelada e para quem não é, temos, inclusive, a possibilidade de compreender a situação, entendendo significados e motivações do compartilhamento dessa informação. Orne (2011) sugere ainda que a decisão de se afirmar publicamente, embora possa ser moldada por expectativas sociais e familiares, também está fortemente ligada a um

conjunto de motivações e interesses, que podem, eventualmente, entrar em conflito. A afirmação da sexualidade é compreendida pelo autor, pois, como uma manifestação da identidade, na qual as interações familiares prévias a esse evento têm papel central na decisão.

Assim como Orne, Eribon (2008) também discute estratégias presentes no processo de autoafirmação, com um foco maior em discutir em especial a estratégia de manter a sexualidade em segredo, ou de “agir com discrição”. Segundo o autor, essas são decisões que se apresentam, principalmente, como ferramentas de cuidado e de proteção de si, de maneira que, em contextos de hostilidade e violência o caminho da não-afirmação, por vezes, acaba sendo percebido, pelos sujeitos de sexualidade dissidente, como a única forma de permanecer seguro, seja por um determinado momento, seja em um contexto permanente (Eribon, 2008).

A afirmação da sexualidade para a família de origem pode ser perpassada por momentos de angústia, seja por medo da reação familiar, da rejeição e exclusão, ou, simplesmente, por medo de decepcionar a família ou de que as relações se modifiquem (Modesto, 2015). Tanto a afirmação da dissidência sexual para os membros da família, quanto a decisão de não revelá-la, ou de revelar parcialmente, são compostas por sentimentos e múltiplos agenciamentos que acompanham ambas as decisões. Essas ações podem fortalecer ou desestabilizar os sentimentos e relações de pertencimento dentro do contexto familiar, e são atravessadas por uma complexidade muito maior que um simples evento ou momento específico de afirmação (Orne, 2011).

As estratégias de afirmação discutidas por Orne (2011) e observadas nesta pesquisa são diversas. Em uma visão ampla, do modo como as nossas interlocutoras gerenciaram ou ainda gerenciam a afirmação das suas identidades, observamos que, das treze (13) entrevistadas, duas (02) se mantêm completamente no armário, uma (01) vive parcialmente nele, enquanto dez (10) passaram por múltiplos processos de afirmação na família de origem, que conhecem suas identidades. A quase totalidade das nossas interlocutoras, que se afirmaram para a família, relatam que tal evento ocorreu em um momento de conflito e de pressão, e que diversos processos de silenciamento e de (re)negociações se seguiram à ocasião, o que demonstra que a compreensão e o debate mais aprofundados sobre sua sexualidade foram se desenvolvendo ao longo do tempo. Apenas uma delas relata que a sua afirmação foi uma total surpresa para a família de origem, ocorrendo em um evento pontual, que

não foi modificado em nenhum momento posterior. Nesse sentido, enquanto a maioria compartilha a narrativa de ter sido “tirada do armário”, por já haver a desconfiança, sobretudo, da mãe, somente para uma interlocutora a afirmação inicial foi um evento planejado, no entanto, várias delas afirmam que planejaram se afirmar, mas que não conseguiram concretizar o planejamento em uma situação iniciada por elas.

As mães aparecem como principal personagem e primeira pessoa da família de origem para quem se dá a afirmação, ou ainda quem primeiro desconfiou e confrontou a filha, a fazendo falar. As mães também são apontadas como a pessoa mais próxima e de quem, às vezes, é mais desafiador manter segredos. Nem sempre elas são a pessoa com quem se estabelece o melhor relacionamento após o evento da afirmação, na maioria dos relatos, elas são as mais duras e as que mais cobram e menos compreendem a situação no início, e durante certo período que se segue à afirmação.

Outra questão comum nos relatos é o fato da mãe solicitar segredo, ou tentar fazer com que a notícia não se espalhe, esse movimento, bem como as investidas de silenciamento do assunto aparecem em pelo menos quatro (04) casos das treze narrativas, estando presentes nos relatos de Daniela, Lígia, Maria e Neuma. Sobre essa “dificuldade” de algumas mães, no que se refere a divulgação da homossexualidade da filha, Modesto (2008) afirma que é comum certo esforço em tentar restringir o acesso a essa informação por parte de algumas mães, algo que é dado por certo constrangimento e pelo temor de serem expostas, ou percebidas como mães que falharam em algum momento no desempenho desse papel. Essas mães tendem a apresentar sentimento de culpa, acreditando que falharam de alguma forma na educação de suas filhas, o que gera vergonha e receio de que a notícia se espalhe, às vezes tentando omitir a informação até mesmo do marido (pai da interlocutora).

Um trecho da história de Daniela é bastante característico desse aspecto. Daniela narra ter sido “tirada do armário” pela mãe em uma situação de confronto, ela nos conta que a mãe já desconfiava da sua identidade sexual dissidente porque era superprotetora e de alguma forma conhecia os “seus sinais”. Ela explica que a mãe se esforçava muito em tentar descobrir todos os detalhes da sua vida, e exercia um controle intenso sobre ela, isso fazia com que fosse muito difícil esconder qualquer aspecto da sua vida, de modo que, os poucos meses em que se manteve no armário demandaram um esforço enorme.

Segundo Daniela, sua mãe, ao saber sobre sua sexualidade, a “humilhou de todas as formas possíveis”, inclusive, na frente do irmão. No entanto, a proibiu de contar ao pai, ordem que ela sempre obedeceu, e mesmo após quinze anos desse primeiro momento de afirmação, ainda não conseguiu se abrir para o pai. A situação da afirmação para a mãe aconteceu aos dezessete anos, durante o seu primeiro relacionamento lésbico.

> Foi BEM complicado no dia, o dia da descoberta dela, em si, foi bem atribulado, porque foi assim, como minha mãe me proibia muito das coisas, de sair, qualquer saidinha que eu dava, ela queria controlar etc e tal, só que eu comecei a namorar e queria ter meu tempo com essa menina, daí nesse dia específico, eu saí e demorei da hora que ela me mandava voltar, não foi muito, era tipo pra eu chegar de nove e eu cheguei de onze, pouca coisa, né? só que eu também parei de atender o celular, eu disse a ela que ia numa *lan house* e esperta que só ela, ela não acreditou, aí ela foi lá e eu não tava, aí começou o drama, isso deve ter começado muito antes das nove, que era meu horário de voltar, ela mandou meu irmão me procurar, fez aquele drama, colocou meu pai pra me procurar, foi um *bafafá*, quando eu cheguei, tava todo mundo mobilizado pra me achar, aí começou a briga. Pai ainda não tinha voltado, tava ela e César [irmão], aí ela começou um sermão imenso, e eu cansei, eu falei “você quer saber? é isso mesmo que você tá pensando, EU SOU SAPATÃO”, nessa hora ela chega mudou de cor, e recomeçou o escândalo, disse todo aquele discurso padrão, que eu era uma decepção, que eu queria acabar com a família, que era um desgosto, mas quando pai chegou ela acabou rápido e me proibiu de contar a ele, inventou uma desculpa lá que eu tava na minha amiga e não avisei. O inferno depois continuou daí, era sempre no ‘mana a mana’ (...) (Narrativa de Daniela, 31 anos).

Daniela narra que sua mãe fazia um “verdadeiro terrorismo” sobre a possibilidade de o pai descobrir sobre sua sexualidade, afirmando que ele não iria aceitar, que iria “acabar com a raça dela”, de modo que Daniela relata que até entendia a posição da mãe porque seu pai sempre foi extremamente rígido e ela sempre teve muito medo dele. “Eu pensava muito assim: meu pai vai me matar, mãe tem razão, se eu contar ele vai me botar pra fora de casa e eu vou destruir minha família” (Narrativa de Daniela). Tentar fazer a filha se sentir mal por sua sexualidade e culpá-la por uma suposta possibilidade de destruir a família é uma questão que aparece em mais de um discurso, é uma situação também percebida por Schulman (2009) que sobre isso diz: “Culpar a angústia e a dor do membro *gay* da família pela inflição dessa dor e pelo que isso pode causar à família é como culpar alguém por estragar sua mobília quando na verdade eles sangram porque você atirou neles” (Schulman, 2009, p. 72, tradução nossa).

O caso da afirmação de Lígia também é semelhante em alguns sentidos, ela também se diz “tirada do armário” pela mãe e avó. Lígia nos conta que havia desconfiança e que as duas juntas, em determinado momento, a “colocaram contra a parede”, pressionando até que ela contasse que é lésbica. No entanto, o comportamento de ambas, foi o de tornar o assunto um tópico proibido e inseri-lo em um contexto de evitação, não estendendo a informação ao pai e avô de Lígia, embora Lígia afirme que “pelos sinais que dava”, se referindo ao seu visual e a nunca ter namorado um garoto, acredita que toda a família já saiba. Ainda assim, sua situação é um dos casos em que sexualidade é transformada em um tema proibido, sendo permanentemente excluído (Modesto, 2015).

A sexualidade de Lígia se tornou um assunto silenciado. O que implica até em elementos da sua subjetividade precisarem ser silenciados para não “agredir a família”. Lígia, que é uma mulher que performa um estilo mais masculino, conta que sente que precisa “se desmontar” quando tem que encontrar pais e avós, ou ao menos se policiar muito mais, pois, como eles vivem em outro país, quando estão juntos, os encontros costumam durar pelo menos algumas semanas. Lígia não vê possibilidade de mudança dessa situação, e não possui expectativas quanto a isso, também não demonstra disposição em confrontá-las e reafirmar sua identidade, ou impor limites. Ela traz como justificativa um tipo de respeito à família e à falta de completa independência financeira, uma vez que vive em uma casa custeada com recursos da família, e diz temer as implicações de “confrontar quem paga suas contas”.

A narrativa de Val, sobre sua afirmação é semelhante à de Lígia e Daniela, no sentido de ter acontecido sob um confronto, só que possui um final diferente. Val relata ter uma relação próxima com os pais, e que quando estava com dezenove anos os pais já desconfiavam que “algo de diferente estava acontecendo”. Os três (ela, o pai e a mãe) eram evangélicos e frequentavam a igreja Assembleia de Deus. Val afirma que pelo conservadorismo dos seus pais ela temia todas as reações possíveis, inclusive ser expulsa de casa, de modo que ponderou muitas vezes sobre contar ou não, mas nunca conseguiu tomar a iniciativa.

> Eu pensava, tipo assim, eu vou contar, mas quando chegava a hora eu não tinha coragem. Quando teve assim, meu momento de assumir, foi todo um contexto, eu tava namorando, já ia na casa da menina e tal, mas em casa tinha que namorar escondido, eu estudava de noite, aí tinha que matar aula pra namorar (...) então eu pensava sim em contar, mas nunca chegava a hora, o momento, eu acho que a gente nunca tá cem por cento pronta (...) (Narrativa de Val, 30 anos).

Esse cenário se deu, na vida de Val, dos dezesseis aos dezenove anos, quando ela relata ter ficado muito estranha e triste, por não poder viver plenamente o relacionamento amoroso em que estava, e relata que havia cobranças da namorada de que ela contasse aos pais, para poderem ter um relacionamento reconhecido em ambas as famílias. Embora o pensamento de revelar aos pais fosse constante, ela optava por adiar um pouco mais, incerta sobre como eles reagiriam. Seus pais, percebendo a sua mudança de comportamento, em determinada noite, confrontaram a filha. Val hoje conta, em tom de descontração, o que aconteceu no "fatídico domingo", dia da sua afirmação para a família de origem, e relata que apesar da reação negativa no primeiro momento e em um período posterior, atualmente os pais lidam bem com a questão da sua sexualidade.

> Eu fiquei meio depressiva, antes eu contava muita coisa pra mãe e depois passei a ficar mais na minha, parei de ir pra igreja com eles e eles perceberam que tinha alguma coisa de errado, né, eles me chamaram pra uma conversa e começaram com todo um discurso, que eu podia contar com eles, que eu tinha que confiar neles, que eu estava ali com meus pais e não com qualquer um da rua, então que eu falasse o que tava acontecendo, eles foram me pressionando, eu fui empurrando isso por umas duas horas até que eu pensei 'é agora ou nunca' e aí juntei coragem e falei: 'Tá bem, eu conto, sabe minha amiga Deise, que eu sempre saio pra ver? Ela é minha namorada, ah, e Joyce, que não vem mais aqui, é minha ex'. Pronto! daí pra frente, foi só pra trás (risos) (Narrativa de Val, 30 anos).

Val relata que passou por um período conturbado, sem a compreensão e aceitação dos seus pais, ela nos conta que a relação familiar piorou muito desde o momento da afirmação ao período de pelo menos seis meses que se seguiu a ela. Val relata que em função do "clima pesado que ficou em casa" optou por começar a passar o dia inteiro fora de casa, ia para o estágio, seguido da faculdade e nos horários livres visitava a namorada, Val procurava chegar o mais tarde possível em casa, quando os pais estivessem dormindo. Os finais de semana eram o pior momento para ela, porque estava sempre em casa e costumava ajudar sua mãe com a faxina. Depois do evento de afirmação, sua mãe passou a achar defeitos nas suas tarefas e a dizer que ela não sabia fazer porque "afinal não era mulher de verdade". O cenário de hostilidade se manteve por alguns meses, até que a mãe demonstrou interesse em saber detalhes da sua vida novamente, e do seu relacionamento, Val narra que ela foi aceitando gradativamente e que seu pai "ia muito pela cabeça da mãe, mas em geral ficava calado", e toda decisão que a mãe tomava, ele ratificava. Aos poucos conheceram

sua namorada da época e hoje conhecem sua atual companheira, com quem tem união estável.

O comportamento da mãe de Val se assemelha ao de outras mães e pais que, apesar da reação inicial ao conhecimento da identidade sexual da filha ser negativa, depois de certo tempo, acabam se adaptando a essa nova configuração e reestabelecem um bom relacionamento, ou pelo menos um relacionamento funcional (Modesto. 2015). Assim como Val, outras interlocutoras também narram que embora não tenham recebido acolhimento familiar no momento inicial da sua afirmação, posteriormente acabaram se surpreendendo positivamente com mudanças no comportamento familiar, que compreendem como aceitação. No relato de Val, é notável que a reação de sua mãe quando ela revelou sua sexualidade foi muito negativa, o que ocasionou que inicialmente a relação familiar se tornasse muito complicada, mas com o passar do tempo, a situação melhorou. Hoje, aos trinta anos, Val se sente aceita por seus pais, e diz que mesmo sua família ampla, que não reside no Rio Grande do Norte, está ciente de sua sexualidade.

Val descreve seu relacionamento atual com a família de origem como “muito bom”, e acredita que o relacionamento melhorou significativamente desde que a família compreendeu que ela “nasceu assim”. Em sua avaliação, sua família aceita a sua sexualidade, percepção reforçada pelo fato de toda a família conhecer sua companheira e também porque o casal está incluído nos ritos familiares, além do fato que sua mãe, que antes não conseguia lidar com a situação, recentemente falou para as tias e avó de Val, mulheres muito conservadoras, que não se enganem achando que Val irá mudar pois “ela gosta de meninas e ponto final”.

A situação de Neuma foi diferente de todas as outras interlocutoras, o conhecimento inicial da família sobre sexualidade não se deu por um processo de afirmação, mas por uma situação de flagra de um momento íntimo entre ela e sua namorada, a pessoa que as viu juntas foi a sua mãe. Neuma narra que foi uma situação muito impactante e que temeu a rejeição por entender sua família como muito religiosa e por ver em seus pais pouca abertura para lidar com uma questão como essa.

> É uma situação um pouco complicada porque meus pais são pastores então temos as leis de Deus, tem um peso um pouco diferente nas vivências. Quem soube que sou, primeiro, foi minha mãe porque ela me viu com uma menina e ficou muito, muito irritada. É… Essa é a cena que eu mais lembro da minha vida. Ela ficou muito irritada, ela reclamou comigo com algumas coisas, mas eu acho que foi tão

> impactante pra mim que eu não lembro o que ela falou comigo. Eu só lembro tipo, sabe quando você vê uma pessoa e a boca dela tá assim? [Gestos de boca mexendo] mas você tá meio fora de órbita, eu sai muito de conexão. É, aí com ela foi assim, aí depois passamos um tempo que eu fiquei mais distante dela, e então acho que eu senti que depois daí eu tive muito mais medo dela, eu era nova, tinha treze anos, quatorze, então pra mim foi impactante essa época (Narrativa de Neuma, 20 anos).

No caso de Tânia, a afirmação em si não foi verbalizada em um momento específico, ela relata que os acontecimentos relacionados ao seu processo gradual de mudança fizeram com que sua família entendesse, em algum momento que ela não sabe precisar, do que se tratava. Tânia e a mãe também sempre tiveram uma relação próxima, com sua mãe sendo também muito superprotetora, ela narra que era comum sua mãe espionar sua vida. Tânia lembra que quando estava entrando na adolescência, a mãe fazia a trabalhadora doméstica de sua casa espiar por baixo da porta do banheiro quando Tânia estivesse demorando no banho, para ter certeza de que ela não estava fazendo “coisa errada”. Então quando a mãe começou a perceber sinais que Tânia tinha algo diferente, foi muito difícil de esconder.

> Eu sou filha única de mamãe e lá em casa nunca dava pra esconder nada dela, ela sempre fuçou minhas coisas, eu não podia ter nada que ela sabia exatamente o que era e onde tava, ela mandava gente me espiar, dentro e fora de casa, nesse nível (...) quando eu fui percebendo da minha sexualidade, eu não falei nada, fui me recolhendo, ficando reclusa, até que quando eu me descobri fui trazendo pessoas em casa, eu já me vestia mais masculina, raspei o cabelo, o pessoal sacou o que tinha acontecido (Narrativa de Tânia, 29 anos).

No entanto, a situação que seguiu não foi muito positiva, Tânia nos conta que seu pai parou de falar com ela por anos, mesmo morando na mesma casa, não “trocaram uma palavra” por dois anos. Sua mãe, que mantinha uma relação com ela, no entanto, ficou muito fria e fazendo simulações de passar mal, tentativas que Tânia chama de “pressão e terror psicológico”, ela chegou a simular idas ao hospital e afirmava que Tânia seria responsável pela sua morte, que se daria por desgosto. Tânia não sabe dizer o exato momento em que as coisas começaram a melhorar, mas acredita que pela naturalidade como agia, seus pais foram compreendendo, e hoje possuem uma relação próxima e saudável, sendo abertamente casada com outra mulher e acolhida por toda a família, inclusive frequentando festas e viagens em família.

Fran, que sempre viveu apenas com a mãe, e desde muito nova tinha consciência de que ela se relacionava com outras mulheres, mencionando, inclusive, em alguns momentos da entrevista, que considera ter duas mães, por reconhecer nesse papel também a companheira com quem sua mãe esteve junta pela maior parte da sua infância. No entanto, Fran relata nunca ter sentido o ímpeto de se afirmar, apesar de acreditar que suas mães a apoiariam por compartilharem a mesma identidade sexual. Fran relata que teve uma experiência única de afirmação, que ocorreu de maneira orgânica, que sua mãe foi percebendo por meio de determinadas situações e se concentrou em discutir as violências e pedir discrição na expressão de afetos na rua.

> Eu nunca contei, contei, é que rolaram coisas na escola tal, coisa de sexualidade, né? Que tem que chamar coordenadora e tal, tudo mais, acabou que a coordenadora acabou contando algumas coisas pra minha mãe 'ó, aconteceu isso, isso foi visto' E depois a minha mãe que é coordenadora de outra escola, acabou que conheci uma menina de lá e só queria viver na casa dela, então ela percebeu, né, a aproximação e já foi sabendo, foi ligando nos pontos, né? Eu nunca cheguei e contei, mas desde o momento que ela soube, a mãe que eu moro, ela falou: 'não vou julgar você, pois nem se eu quisesse eu ia poder, eu não vou fazer nada', mas sempre tem aquele medo, né, ela disse 'não, não faça nada em público, porque é um perigo', não sei o quê, não sei o quê, sempre tenho um medinho, entendeu? da violência das pessoas (Narrativa de Fran, 19 anos).

Aline, quando se percebeu interessada por mulheres, já não vivia com a família de origem, mas com a família que estabeleceu (marido e filha). Aline contou voluntariamente ao seu, há época, marido, sobre o primeiro interesse por uma colega de sala, na faculdade. Nessa época seu pai já havia falecido, e para a sua mãe (que nunca a aceitou) ela afirmou-se quando estava se relacionando com a primeira companheira que teve.

> Fácil nunca é, mas pelo menos eu era adulta, madura. Eu pude eu mesma me organizar pra contar aos familiares, primeiro meu marido, que surtou, depois com calma ele conseguiu se explicar e com o tempo eu entendi que aquilo feria a masculinidade dele, pra um homem não tem afronta maior que saber que foi trocado por uma mulher (...) já minha mãe, foi a pior parte, ela não aceitava de jeito nenhum, passou oito anos sem falar comigo, nesse nível, um tempo eu precisei pedir pra voltar pra casa dela e ela me deixou na rua com as malas, liguei pra amigos, pedi orientação, eles me acolheram muito mais que qualquer pessoa da família (Narrativa de Aline, 55 anos).

Kívia compartilha uma experiência pessoal em que foi forçada a "sair do armário" de maneira inesperada. Seu ex-namorado, sem o seu consentimento,

revelou a sua sexualidade para seus pais e irmãos. Esse evento não só a colocou em uma posição vulnerável, mas também desencadeou uma série de reações da família de origem. Seu irmão, por sua vez, amplificou a situação ao divulgar a notícia para a família ampla.

> Ele [namorado] acabou descobrindo porque ele era da área de computação e uma vez perdeu uma compra online e estava aqui com minhas coisas, meu computador, essas coisas, e usou pra tentar recuperar a compra, e aí foi quando ele descobriu que eu estava indo me encontrar com uma mulher, só que em vez de ele ficar pra ele ou conversar comigo ou antes ou depois, enfim, ele acabou contando pros meus pais, contou que eu estava indo me encontrar com uma mulher e não sei o quê. Foi um *auê*. Minha mãe e meu pai não aceitaram na hora. Disseram 'como é que pode? se você tivesse sido como Juninho [que Juninho é meu sobrinho] que Juninho desde criança a gente percebeu que ele era *gay* e a gente sempre aceitou, mas olha a sua idade, trinta e dois anos, está inventando moda' (Narrativa de Kívia, 39 anos).

A afirmação da sexualidade para a família de origem se relaciona bastante às características de relacionamento estabelecidas com os membros da família a quem o sujeito direciona a afirmação (Orne, 2011). Se, nesse caso, a filha acredita não ser possível obter a aceitação de um dos pais, ou teme excessivamente a reação de ambos, porque julga conhecê-los bem, é comum que essa afirmação não ocorra, ou demore excessivamente. Tal como nos casos de Patrícia e Carla que decidiram por não afirmar a sua sexualidade para a família, e performar "identidades sexuais discretas" (Pecheny, 2004), algo semelhante ocorre com Daniela que optou por não se afirmar para o pai e permanecer parcialmente no armário.

O que observamos na maioria dos relatos é que, muitas vezes, o evento da afirmação provoca um período de instabilidades no relacionamento com a família de origem, para o qual nem todas sentem-se preparadas ou dispostas, além disso, a afirmação pode ensejar conflitos, debates, discussões que são seguidas por tentativas de agenciamentos, negociações e renegociações até a chegada (ou não) na aceitação e no reconhecimento da identidade sexual.

Os relatos demonstram que sair do armário é, sem dúvidas, um ato de transgressão que, de acordo com Schulman (2009), representa uma forma de resistência que é muitas vezes incompreendida ou desconhecida por aqueles que não passaram por essa experiência, como no caso de pessoas heterossexuais. O ato de afirmar a própria identidade sexual vai além de um simples anúncio, é um desafio direto às normas e expectativas sociais dominantes. Ao sair do armário, os indivíduos

não apenas afirmam sua identidade, mas também desafiam as concepções dominantes de sexualidade e gênero, eles resistem às pressões para se conformar às normas e transgridem as expectativas.

> A capacidade de se sentir forte o suficiente para romper as expectativas sociais está na raiz da identidade homossexual. Essa transgressão é o que significa assumir-se. Sem terem, eles próprios, experimentado o processo de assumir-se, as pessoas heterossexuais muitas vezes não têm um modelo de um nível de resistência tão feroz (Schulman, 2009, p. 34/35, tradução nossa).

Embora a afirmação possa ser um ato de resistência, também pode ser um momento de autoaceitação e de libertação. Para algumas interlocutoras, aparece como um processo longo e gradual, enquanto para outras, se desenvolve mais rapidamente. Em última análise, “sair do armário” é um ato profundamente pessoal e significativo e, como Schulman (2009) observa, é uma forma de resistência que muitos, sem essa experiência, podem encontrar dificuldades para compreendê-la inteiramente.

4.3. Da exclusão à aceitação: (Não)Reconhecimento nas relações familiares.

O trajeto para a aceitação e para o reconhecimento nas relações familiares é frequentemente marcado por múltiplos desafios e nem sempre se realiza em sua plenitude. Ter a sua identidade sexual reconhecida e acolhida, costuma ser um processo, cuja linha de partida, no caso da família, consiste no ato de afirmar a sua sexualidade dissidente, ou, em alguns casos, deixar a família perceber. A afirmação da sexualidade é central no caminho para o estabelecimento do reconhecimento, no entanto, essa também costuma ser uma situação que estabelece um período de desconforto e crise no ambiente familiar, pelo menos durante um período (Modesto, 2015). Nos relatos das nossas interlocutoras, esse período aparece como um momento de inseguranças, desconforto e rompimentos (temporários ou não), a expectativa de situações negativas é tão comum nos relatos que, quando não ocorrem é expressa surpresa, em conjunto com certo alívio e sentimento de “ter sorte”.

A partir da afirmação para a família, costumam ocorrer variadas situações e diferentes processos até que se estabeleça certo reconhecimento. É importante pontuar que compreendemos o reconhecimento, como nas perspectivas posta de

forma semelhante por Butler (2019) e por Honneth (2009), enquanto elemento fundante das relações humanas, não existindo nada antes do reconhecimento, uma vez que só existimos na relação com o outro. O reconhecimento seja ofertado ou negado, está presente nas relações humanas, e é uma necessidade vital. Enquanto demanda, engloba várias áreas da vida e tem um papel fundamental na formação dos sujeitos, podendo-se dizer que todos anseiam e precisam do reconhecimento, necessitando de validação e de ter valor para o outro (Honneth, 2009).

Honneth é um dos principais autores que nos auxilia na compreensão do conceito de reconhecimento, das lutas que o compõem e das múltiplas expressões nas diferentes esferas, públicas e privadas. No caso da família, Honneth (2015) aponta que em sua configuração moderna ela se estrutura a partir dos modelos de afeto e de justiça, além de funcionar como um campo de disputas morais e de conflitos, que fazem parte do movimento central das lutas por reconhecimento, o que nos auxilia a entender as demandas e movimentações de estabelecimento do reconhecimento nesse espaço, bem como suas modificações no decurso do tempo, ao longo de interações diversas, de agenciamentos e (re)negociações que ocorrem no contexto familiar (Honneth, 2015).

Embora a compreensão de conflitos seja comumente associada a um sentido negativo, na perspectiva posta por Honneth (2009), o conflito aparece como um elemento estruturante da mudança, e está intrinsecamente associado à capacidade de modificar realidades. Honneth também argumenta que a justiça é estabelecida quando os indivíduos têm a capacidade de questionar normas e padrões estabelecidos e exigir práticas que estejam em conformidade com os critérios éticos e de justiça compartilhados. Assim, a identificação de elementos que acarretam sentimentos de injustiça e a luta por realinhamento das relações podem ser vistos como o passo inicial para transformações em quaisquer esferas de agência dos sujeitos.

Nas esferas privadas, mas sobretudo na esfera familiar, o reconhecimento costuma envolver “normas intersubjetivas” (Mattos, 2018) e ter uma variedade de expressões muito maior, que podem transitar desde a ausência e negação total aos diversos tipos de reconhecimento parcial. Esse reconhecimento também pode variar ao longo do tempo e se modificar, uma vez que é um elemento em constante movimento, marcado por lutas em torno de si (Mattos, 2018).

No contexto familiar, em sua configuração contemporânea, dado que as normas de amor e cuidado mútuo são inerentes a ela (Honneth, 2015), as relações que se colocam trazem consigo um grupo de expectativas em torno dessas normas de comportamento esperado no contexto familiar. Portanto, o desafio do reconhecimento nas relações que comportam certa intimidade, como é o caso da família, é pensado por Honneth (2015) como singular, dada essa característica de ser um espaço que envolve afetividades e cuidados, portanto, o estabelecimento do reconhecimento envolve a transformação de uma relação onde há intimidade. Há que se pensar o balanceamento da justiça e da afeição em espaços privados, pois o reconhecimento nesse lugar é distinto do reconhecimento público.

As disputas e as lutas em torno do reconhecimento ocorrem quando essas regras normativas da família são percebidas como negligenciadas, acarretando o desapontamento com as expectativas não atendidas dos membros da relação. É relevante destacar que, conforme apontado por Orne (2011) a partir do conceito de agenciamento, as lutas por reconhecimento no âmbito privado podem ainda se dar de diferentes formas em cada contexto, baseadas nas avaliações de cada indivíduo sobre o espaço possível para transformação.

As narrativas das nossas interlocutoras sobre o reconhecimento nos relacionamentos familiares evocam um conjunto de emoções que expressam sofrimento, incluindo angústia, tristeza e, por vezes, raiva. Essas emoções negativas sinalizam aos indivíduos a ausência do reconhecimento desejado na relação com a família de origem. Essa busca por validação, afeto e apoio mútuo, é vista por Honneth (2015) como inerentes às relações na esfera da intimidade, pois constituem a base dos relacionamentos familiares modernos. Tal busca, em sua essência, é despertada pelo questionamento dos padrões éticos inerentes à família de origem.

As lutas pela realização do cuidado e da assistência mútua, podem, portanto, ser entendidas como uma busca por justiça (Honneth, 2015). Isso sugere que, o reconhecimento é formado na relação com outra pessoa, e que os objetivos e as táticas empregados nesse movimento de busca são desenvolvidos durante o ato da interação. Assim, as lutas por reconhecimento no âmbito familiar são tanto um resultado quanto uma necessidade das relações que são construídas nesse ambiente.

O reconhecimento, nos casos da nossa análise, está relacionado às demandas das interlocutoras por aceitação e validação de suas identidades em suas famílias de

origem, partindo da necessidade de serem aceitas e acolhidas, respeitadas e validadas pelos sujeitos do seu entorno, no caso específico, por suas famílias. As demandas por reconhecimento aparecem de variadas formas nos relatos, bem como as definições em torno de “ser aceita pela família” variam entre as interlocutoras, existem percepções nas quais a ausência de agressões, *per se,* são identificadas como marcadores de bons relacionamentos, como é o caso de Lígia, que narra acreditar se relacionar bem com sua família, apesar da sua sexualidade ser um assunto proibido.

Enquanto isso, outras interlocutoras compreendem que a aceitação passa por ser acolhida e respeitada sem condições ou limitações, como no relato de Tânia, para ela ser aceita é algo visto como uma condição mais ampla, de poder dialogar abertamente sobre sua identidade, de não ser colocada à margem em determinadas situações, de estar incluída (junto com a companheira) nas rotinas familiares, de forma respeitosa, isto é, encontrando validação em todas as esferas e relações familiares.

Nas narrativas em análise, encontramos, pois, uma diversidade de circunstâncias, e observamos uma vasta gama de percepções e níveis de satisfação associados à aceitação e ao reconhecimento. Sobre as diversas situações em torno do reconhecimento da sexualidade pela família de origem, Schulman (2009) elaborou uma tipologia de aceitação/reconhecimento nas relações íntimas em sua pesquisa sobre homofobia familiar, ao tratar dos cenários de exclusão total e de aceitação parcial.

Schulman trabalhou com as seguintes definições de reconhecimento nas famílias: 1) *Shunning family*: Família que pratica evitação/exclusão, tipo no qual há ausência de qualquer reconhecimento; 2) *Moderately accepting family*: Família moderadamente acolhedora, nesta há reconhecimento, mas ele se apresenta de forma insuficiente; 3) *Humanizing family*: Família humanizadora, trata-se das famílias que acolhem e reconhecem as identidades dos filhos, mesmo que não seja uma situação completamente ideal, é o melhor tipo que se apresenta nos relatos. Nos diálogos com nossas interlocutoras encontramos exemplos dos três tipos de situação, relacionadas ao modo como o reconhecimento aparece em suas vivências e aos significados que atribuem à aceitação nas famílias de origem.

Na classificação do tipo 1, das famílias que negam qualquer reconhecimento, sua marca característica é a não aceitação, que pode se manifestar de variadas formas, desde o silenciamento das questões ligadas à sexualidade da filha, violências

diversas em função da sexualidade, até a exclusão do convívio familiar. Esse tipo de família, caracteriza-se pela rejeição dos aspectos inerentes às relações familiares modernas, tais como afeto, proteção e acolhimento. Nas entrevistas em que a ausência de reconhecimento está mais presente, as interlocutoras demonstram ter consciência da exclusão. Um trecho do relato de Aline, sobre a rejeição que sofre da mãe, destaca o fracasso da expectativa de acolhimento familiar:

> É uma sensação bem esquisita quando você precisa deixar de ser quem é, e até pensa em renunciar a um aspecto importante da sua vida só para que a outra pessoa se sinta à vontade para te procurar, pra conversar contigo. É como se você tivesse que se anular para agradar, sabe? É difícil mesmo (Narrativa de Aline, 58 anos).

Lígia e Neuma, por sua vez, relatam que após o conhecimento da sua sexualidade pela família, se estabeleceu um total silêncio acerca das suas vidas afetivas, e suas identidades tornaram-se um tabu. Dentre as características das situações familiares de não-reconhecimento Modesto (2015) percebe o silêncio como uma das maneiras de negar reconhecimento, a autora afirma que “a ideia de não comunicação se relaciona ao não existir das coisas do mundo, remetendo ao conceito de que ‘as coisas do mundo só existem se forem faladas’” (Modesto, 2015, p. 158), essa questão está, inclusive, expressa em uma das falas de Neuma, que em suas tentativas de conversar com o pai sobre sua sexualidade narra ter ouvido a seguinte frase “não me fale o que eu não quero saber” (Narrativa de Neuma, 20 anos).

Outra característica comum, nesse caso compartilhada por todas as interlocutoras que narram situação de não-reconhecimento, é a inviabilidade do diálogo. Lígia, por exemplo, narra que “não tem coragem” de debater ou de voltar a afirmar sua identidade sexual para a família, sobretudo, por medo das implicações que isso pode ter em sua relação com os pais e avós. Nossas interlocutoras, em geral, demonstram identificar bem essa dificuldade de diálogo, e atribuem as razões do silêncio e não reconhecimento a diversos fatores, como religião, conservadorismo, idade e criação dos pais, acreditando que dado o contexto e a falta de iniciativa delas próprias, talvez o reconhecimento nunca chegue.

O sofrimento psíquico é um elemento presente nos relatos que falam sobre o relacionamento familiar nos quais não há reconhecimento. Questionadas sobre se as relações familiares afetam a sua saúde mental, quase a totalidade das entrevistadas respondeu que sim. Uma situação que reflete as diversas camadas da violência

emocional da falta de reconhecimento pode ser observada em uma situação narrada por Lígia, na qual ela demonstra como a falta de reconhecimento em sua própria casa ocasionou com que ela não compreendesse o reconhecimento que recebeu na casa de uma de suas namoradas. Lígia relata que, durante um ano em que esteve em um relacionamento com uma ex-namorada, na primeira vez que foi à casa dela foi apresentada à mãe como namorada, o que a surpreendeu: “Nossa, ela disse ‘essa aqui é minha namorada’, entende? Fiquei assustada na hora, arregalei os olhos e pensei ‘nossa, isso é surreal’” (Narrativa de Lígia, 25 anos). O desconforto de Lígia com a situação surge de sua falta de familiaridade com situações de reconhecimento, que são inexistentes em seu próprio ambiente familiar.

As principais alternativas de solução que se colocam nesse contexto de total ausência de reconhecimento são paliativas, conseguimos identificar duas dessas principais formas de resistência nos relatos das nossas interlocutoras, a primeira consiste no afastamento físico e/ou emocional da família de origem, em alguns casos, até mesmo o rompimento. A segunda resolução que se coloca é a busca por reconhecimento em seus relacionamentos afetivos, sobre isso Schulman pontua que de fato “muitos casais lésbicos só receberem afirmação interna, dentro do próprio relacionamento” (Schulman, 2009, p. 79), por vezes, esse reconhecimento buscado nas relações externas à família também pode ser encontrado em uma rede de apoio constituída por amigos.

Na classificação do tipo 2, proposta por Schulman (2009), das famílias moderadamente acolhedoras, ocorre o reconhecimento parcial ou limitado. As narrativas que evidenciam esse reconhecimento insuficiente estão repletas de sinais de inseguranças, incertezas e descontentamentos com a dinâmica familiar. A dúvida sobre as possíveis reações dos pais a novos debates é uma característica marcante desse grupo, intensificando a sensação de vulnerabilidade por desconhecerem os limites da aceitação, e estarem, com frequência tentando ou esperando que o relacionamento melhore, por já ter havido certos avanços.

Entender a construção do reconhecimento como um processo contínuo é particularmente producente nesse grupo. Isso ocorre porque, em situações de reconhecimento parcial, as relações estão frequentemente na iminência de mudanças, e a maioria já experimentou alguma transformação. Há uma crença e uma aspiração de que a relação evolua positivamente à medida que os envolvidos se

dediquem a melhorá-la através de atitudes e comportamentos que demonstrem acolhimento e afeto.

Essa situação é particularmente visível na narrativa de Daniela, ela narra que desde que a sua mãe soube sobre sua sexualidade, ela tentou moldá-la para se calar para o restante da família. E quando a mãe passou a lidar melhor com sua sexualidade, ainda utilizava isso para manipulá-la dizendo coisas como “eu sou sua mãe, eu entendo, mas você sabe que outras pessoas podem não entender, né?”. Daniela afirma que se sente em um contexto onde sua mãe hoje a aceita, mas com ressalvas, pois sempre tenta reforçar para Daniela não fazer disso uma questão “pública demais”. Nesse contexto, Daniela narra as inseguranças de uma relação familiar onde nunca se sabe totalmente onde está pisando, essas indefinições geram certa fragilidade quanto ao reconhecimento familiar, ainda assim, ela demonstra alívio por não viver mais em conflito com a mãe, apesar de também demonstrar insatisfação pelo fato de a situação não evoluir, mas mesmo sem grandes expectativas de maiores mudanças, ela anseia por um vínculo onde novas conexões sejam estabelecidas e melhorias mais significativas sejam realizadas.

Apesar de acreditar que o relacionamento com sua mãe é facilitado pela falta de contato suficiente para gerar conflitos, Daniela não vê a ruptura ou o distanciamento como uma ausência do desejo de ter um relacionamento mais completo. Porém, com a intenção de se preservar, ela opta por manter certa distância, enquanto não visualiza a possibilidade do estabelecimento de um reconhecimento maior, e como possui um reconhecimento significativo na família da sua companheira, opta por ter relações familiares mais sólidas em seu relacionamento e na família da parceira.

Na mesma situação de reconhecimento limitado está Kívia, que narra o modo como a família, passado o impacto inicial da sua afirmação, atualmente lida bem com as questões relacionadas à sua sexualidade. Entretanto, ela relata que o irmão é uma das pessoas que ainda não a aceitam, e que, inclusive, chega a impedir o seu convívio com a sobrinha, por considerá-la má influência, assim como não permanece em ambientes onde Kívia está presente com a sua companheira. Kívia narra ainda que possui um excelente relacionamento com a família da esposa e que tem uma relação de mãe e filha com a sogra, o que lhe traz tranquilidade e sentimento de reconhecimento e de pertencimento.

Na classificação do tipo 3, das famílias humanizadas, o reconhecimento se dá de forma mais sólida e integral. O sentimento e a expectativa de se sentir acolhido, amado e protegido nas relações familiares é diretamente expressa, mesmo que ocorra após um processo de estabelecimento desse reconhecimento, muitas vezes tendo passado pelos outros dois tipos de relações familiares, citados anteriormente. Tal reconhecimento passa a se manifestar através de atitudes que demonstram afeto, acolhimento e inclusão, sem imposição de condições, nas relações e eventos familiares.

Neste tipo de relação familiar, a identidade sexual da filha não é um assunto proibido sendo discutida e acolhida, inclusive, a partir da aceitação da convivência com suas namoradas ou esposas, no contexto da família. A aceitação das parceiras amorosas é uma demanda importante nas narrativas de nossas interlocutoras, sendo vista como um sinal de reconhecimento total, marcado pela inclusão das companheiras na dinâmica familiar. Diferentemente das outras duas categorias, as filhas que se sentem plenamente reconhecidas não vivem com medo de seus pais. Nesse terceiro grupo, embora as interlocutoras possam ter vivenciado momentos de apreensão em relação às reações da família ao descobrir sua sexualidade dissidente, ou até mesmo podendo ter passado por um período de não reconhecimento, essas situações foram superadas no decorrer do tempo.

Cabe ressaltar que, a aceitação e o acolhimento nas relações familiares não devem ser vistos como uma relação perfeita, mas como uma relação onde os elementos do reconhecimento estão presentes. O reconhecimento ocorre por meio de um processo de construção, e enquanto processo envolve transformações e mudanças que são tecidas a partir das relações familiares e através do tempo, além de serem constituídas por um movimento de continuidade, que se dá a partir da relação com o outro (Mattos, 2016). Por esse motivo, ao localizarmos os relacionamentos das interlocutoras com suas famílias de origem a partir das classificações propostas por Schulman (2009), isso não significa anexá-los de modo fixo em um lugar definitivo e sem mobilidade. Essas classificações, no entanto, são acessadas para discutir os contextos onde esses sujeitos se inserem no momento das narrativas compartilhadas sobre si e o modo como suas experiências se diferenciam.

CONCLUSÕES

Nesta pesquisa abordamos a homofobia familiar e a existência lésbica sob uma perspectiva crítica, interseccional e referenciada no debate sociológico, de maneira geral o estudo propõe uma análise das violências homofóbicas direcionadas a mulheres lésbicas no âmbito doméstico-familiar. A motivação para esta investigação surgiu de uma preocupação com as dinâmicas de violência no contexto familiar, que se revelou enquanto o principal palco de expressão das violências homofóbicas contra mulheres lésbicas. Esse dado, identificado em um estudo anterior, serviu como ponto de partida para o aprofundamento realizado nesta tese.

A pesquisa foi elaborada com base na literatura específica dos estudos críticos de gênero e sexualidade e na pesquisa qualitativa. O objetivo foi o de explorar a temática da experiência singular da lesbofobia, que é marcada por características que particularizam a existência lésbica, como invisibilidade, apagamento, objetificação, e a própria prevalência das violências no contexto familiar. Além disso, a discussão foi conduzida a partir da perspectiva autoral da ideia de fenomênica do espaço. Nessa abordagem, o espaço é considerado não apenas como um ambiente físico, mas também em sua “ambiência”, levando em conta as relações, agências e características específicas que o definem.

No decurso do estudo, notou-se, acerca do objeto da pesquisa, que a prevalência da violência homofóbica no contexto doméstico-familiar, no caso de mulheres lésbicas, se ancora na forma de percepção e de reprodução das questões naturalizantes relacionadas aos gêneros, que criam e atribuem papeis, comportamentos e expectativas em torno deles, fato que também se manifesta a partir do estabelecimento da ideia de maior ou menor pertença no que tange ao protagonismo nos espaços públicos e privados. A naturalização e as expectativas a partir da ideia de predominância do feminino no espaço privado, visto como sinônimo de continuidade e de papel proeminente na dinâmica desse contexto, associadas a outras características atribuídas ao gênero feminino, singularizam a questão lésbica e distinguem suas vivências daquelas dos demais sujeitos que compõem a sigla LGBTQIA+.

Observou-se ainda que as famílias tendem a viver de acordo com o dispositivo da sexualidade debatido por Foucault, e a exercer controle sobre seus membros de modo a manter a heteronorma como matriz de inteligibilidade sexual, principalmente

por meio do dispositivo da homofobia, que opera enquanto ferramenta central na construção e no modelamento de papeis e expectativas em torno das identidades sexuais e de gênero normativas. Esse fenômeno atravessa as vivências e narrativas das mulheres lésbicas e marca profundamente seus contextos e conflitos. Contudo, algumas das relações de violência por que passam, bem como as situações em torno do reconhecimento, podem se modificar ao longo do tempo, a partir dos seus processos de afirmação e de agenciamentos, que por intermédio de interações, negociações e renegociações, são (re)configuradas e podem se transformar.

Foi possível ainda verificar a hipótese inicial referente às especificidades das violências homofóbicas contra mulheres lésbicas. Identificou-se que, embora comumente as experiências, das mulheres lésbicas, mais significativas com a homofobia ocorram no espaço doméstico-familiar, isso não implica que elas sejam mais toleradas pela sociedade em geral. Pelo contrário, a invisibilidade imposta pela intersecção específica das questões de gênero e sexualidade localiza a violência contra lésbicas em um ponto específico nas matrizes de dominação. Isso faz com que suas experiências mais intensas com a violência ocorram predominantemente no espaço privado, onde a sua identidade acaba sendo mais conhecida.

Diante disso, ao explorar as intersecções entre gênero e sexualidade para analisar os fenômenos da homofobia familiar e da existência lésbica de maneira crítica e sistemática, constatou-se que a experiência singular da lesbofobia não pode ser tratada sob a perspectiva de ranqueamento das violências. As violências sofridas por essas mulheres não devem ser comparadas, em sentido hierarquizante, às violências sofridas por outros grupos que compõem a sigla LGBTQIA+, pois cada experiência é igualmente válida e merece ser compreendida e abordada em sua própria complexidade.

Nesse sentido, as análises aqui apresentadas revelaram a profundidade e a complexidade das experiências das mulheres lésbicas com a homofobia familiar, assim como as maneiras pelas quais esse tipo de violência afeta profundamente as suas vítimas. Por meio das narrativas de nossas interlocutoras, e da literatura específica, fomos capazes de compreender como a intersecção de gênero e sexualidade singulariza as experiências desse grupo, bem como os modos pelos quais a homofobia familiar afeta os contextos e vivências dessas mulheres.

Cabe ainda destacar, sobre o Estágio de Doutorado no Exterior (Doutorado Sanduíche), que essa atividade desempenhou um papel crucial em nossa pesquisa.

A etapa do intercâmbio doutoral foi fundamental para localizar este estudo em um contexto mais amplo e para conferir um caráter intercultural e internacional à pesquisa. Além disso, também permitiu um diálogo com o contexto de surgimento do tópico central deste estudo: a homofobia familiar, assim, o estágio nos possibilitou realizar um esforço comparativo entre os dois campos de pesquisa, bem como viabilizou a inclusão de uma análise, a partir da perspectiva brasileira, nos quadros de referência sobre a temática.

Finalmente, é importante mencionar que entendemos este trabalho como um passo na direção de uma compreensão mais completa da homofobia familiar e da existência lésbica e, esperamos, a partir dele, contribuir para uma atualização dos quadros de referência sobre a homofobia familiar que inclua o contexto brasileiro, e para a premente tarefa de criar um corpo de pensamento sobre a homofobia familiar que que seja preciso, humano e liberatório. Em seu ineditismo e caráter combativo das naturalizações legitimadoras das violências, esperamos que este estudo inspire mais pesquisas nesta área, que ainda se configura como um território pouco explorado, mas que, do ponto de vista da pesquisa científica, demonstra potencial heurístico para a produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, R.; ALVES, B.; FEREIRA, D. Dossiê (R)existência e Invisibilidade Lésbica: entre conceitos, panoramas e percursos. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, local. v. 02, n. 04, 2019. Disponível em: www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh. Acesso em 10 set. 2022.

ALVES OLIVEIRA, M. E. **Vivências entre quatro paredes:** uma revisão narrativa acerca da homofobia familiar. 2022. Monografia (Curso de Bacharelado em Psicologia), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2022.

AMADO, J.; FERREIRA, S. A entrevista na investigação em educação. *In*: AMADO, J. (org.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. 2. ed. Coimbra: Editora Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução: D. Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BADINTER, E. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

BELTRÃO, C. M. de H.; BRANDÃO, C. de S. Família e relações de gênero: a prática da violência contra a mulher através de uma história de vida. *In*: MACHADO, C. J. dos S.; Nunes, M. L da S. (org.). **Gênero & sexualidade:** perspectivas em debate. João Pessoa: Editora UFPB, 2007.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BLANC, N.; LAUGIER, S.; MOLINIER, P. O Preço do invisível: As mulheres na pandemia. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro. v. 13 n. 3, p. 1-13. 2020.

BORILLO, D. **Homofobia:** História e Crítica de um Preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. **Coronavírus:** sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena. [*s. l.*] : Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena. Acesso em: 06 jul. 2021.

BUTLER, J. **Vida precária:** os poderes do luto e da violência. Tradução: Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, J. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

BUTLER, J. **Bodies that Matter:** on the discursive limits of 'sex'. New York: Routledge, 1993.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Institucional de Internacionalização - Capes PrInt.** Plataforma Sucupira. Brasília, DF: CAPES. 2017. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxiliosinternacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print. Acesso em: 15 jul. 2023.

CAVALCANTI, S. V. S. F. A Violência Doméstica Como Violação Dos Direitos Humanos. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 901, 21 dez. 2005.

COCLANIS, P. A. Tracking the economic divergence of the north and the south. Southern Cultures, v. 6, n. 4, p. 82-103, 2000.

CONDE, M. **O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania.** 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, **Feminist Theory and Antiracist Politics**, n. 1, p. 465-487, 1989. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://www.cairn-int.info/article.php?ID_ARTICLE%3DE_DRS1_108_0465&sa=D&source=docs&ust=1706487013753790&usg=AOvVaw3M2Qm5eBu4r9j6vjDUMX-c. Acesso em: 18 jan. 2021.

DA MATTA, R. Tem pente aí?: reflexões sobre a identidade masculina. **Revista Enfoques: revista semestral eletrônica dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 134-151, 2010.

DA MATTA, R. **A casa e a Rua:** espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto Municipal nº 11.909/2020**, que cria o Centro Municipal de Cidadania LGBT. Natal: CEMCED, 2020.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a arena do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas - Estudos gays: Gêneros e sexualidades**, Natal, v. 3, n. 04, p. 131-158, 2009.

FARIA, T.; SOUZA, S. B.; SANTOS, A. C. Dossiê: Sapatão é revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas. **Revista *Periódicus***, Salvador, v. 1, n. 7, maio/out. 2017.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I:** a vontade de saber. São Paulo: Graal. 1988.

FRANCH, M.; NASCIMENTO, S. A produção antropológica em gênero e sexualidade no Brasil na última década (2008-2018). BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais, São Paulo, n. 92, 2020. p. 1-29.

FREISE, S. **Qualitative data analysis with Atlas ti**. London: SAGE, 2012.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Tradução: Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed. 2005.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (org.). De afins e afetos: Conjugalidade, parentalidades e novas identidades. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 385 - 404, maio/ago. 2008.

HEILBORN, M. L. Construção de si, gênero e sexualidade. *In*: HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Sexualidades:** o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999. p. 40-58.

HONNETH, A. **O direito da liberdade**. Tradução: Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução: Luiz Repa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HOUTZAGER, P. P.; GURZA LAVALLE A.; ACHARYA, A. Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. *In*: AVRITZER, Leonardo. **O Associativismo em São Paulo.** São Paulo: UNESP, 2004. p. 01-52. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08cb440f0b652dd0014c4/Atores.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

HUMANS RIGHTS WATCH. **We'll Show You You're a Woman:** Violence and Discrimination Against Black Lesbians and Transgender Men in South Africa. 2011. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/We_ll_Show_You_You_re_a_Woman.html?id=VU5RLgEACAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 10 Ago. 2022.

JORNAL TRIBUNA DO NORTE. **Para LGBTs de Natal é mais seguro estar na rua do que em casa, aponta relatório**. 2021. Disponível em: https://tribunadonorte.com.br/natal/para-lgbts-de-natal-e-mais-seguro-estar-na-rua-do-que-em-casa-aponta-relatorio/. Acesso em: 24 jul. 2021.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: Limites e Possibilidades de um Conceito em Meio a Disputas. **Revista Bagoas - Estudos gays: Gêneros e sexualidades**, Natal, v. 01, n. 1, p. 145-166, 2007.

KELLY, A. H.; KECK, F.; LYNTERIS, C. **The Anthropology of Epidemics**. New York: Routledge, 2019.

KIMMEL, M. Masculinity as Homophobia: Fear, Shame, and Silence in The Construction of Gender Identity. *In:* H. Brod.; M. Kaufman. **Research on Men and Masculinities Series:** Theorizing masculinities. New york: Sage Publiations, 1996. p. 119-142.

LEMOS, A. C. S.; CORDEIRO, N. C.. Dossiê Pensamentos e resistências lésbicas feministas, dialogando com teóricas clássicas, contemporâneas e movimentos lésbicos. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, 2018.

LEMOS, A. C. S. Construção do estado da arte sobre lésbicas no Nordeste: uma (Geo)política necessária. *In*: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇADO A SEXUALIDADE, 2017, Anais [...]. Campina Grande: Editora Realize, 2017.

LORENZO, A. A. La construcción cultural de la lesbofobia. una aproximación desde la antropología. *In*: RUBIO, J. M. **Homofobia:** laberinto de la ignorancia. Ciudad de Mexico: UNAM, 2012. p. 125-146.

LOURO, G. L. (org.). O Corpo Educado: **pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Um Corpo Estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOYOLA, M. A. A antropologia da sexualidade no Brasil. **Physis: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10 n. 1, p. 143-167, 2000.

MACHADO, C. José dos S.; Nunes, M. L. da Silva; Santiago, I. M. F. Lima. Apresentação. *In:* MACHADO, C. José dos S.; Nunes, M. L. da Silva; Santiago, I. M. F. Lima (org.). **Olhares**: gênero, sexualidade e cultura. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Guerra Civil Norte-americana:** Artigos do New York Daily tribune, die press e outros (1861-1865). Londrina: Aetia Editorial Peleja, 2020.

MASON, M. J. Vergonha: reservatório dos segredos na família. *In*: E. Imber Black (org.). **Os segredos na família e na terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 40-54.

MATTOS, P. Desafios do reconhecimento nas relações íntimas: um debate com Axel Honneth. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 40, p. 156-190, 2018.

MATTOS, P. O reconhecimento na esfera do amor: para uma discussão sobre os paradoxos da transformação da intimidade. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 43, n. 137, p. 421-442, 2016.

MODESTO, E. **Homossexualidade:** preconceito e intolerância familiar. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2015.

MODESTO, E. **Mãe sempre sabe?** Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

MUELLE, C. E. RAMIREZ, J. A. B. Interseccionalidad y políticas públicas LGBTI en Colombia: usos y desplazamientos de una noción crítica. **Revista de estudios sociales**, n. 49, p. 19-32, 2014.

OLIVEIRA, R. D. S. **Entrevista sobre o Livro Ties That Bind:** familial homophobia and Its consequences. Entrevistada: Sarah Schulman. Nova Iorque, EUA, 2023a.

OLIVEIRA, R. D. S.; MACHADO, C. J. S. Saúde mental de mulheres lésbicas em tempos de pandemia da Covid-19: uma análise sociológica dos impactos da homofobia familiar no contexto do isolamento social. **Revista Ártemis,** [*s. l.*], v. 35, n. 1, p. 137–150, 2023b. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/60906. Acesso em: 23 ago. 2023.

OLIVEIRA, R. D. S. **As Diferentes Formas de Expressão da Homofobia e as Nuances nas Vivências de *Gays* e Lésbicas de Natal/RN**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - CCHLA:UFRN, Natal, 2017.

ORNE, J. You will always have to “out” yourself: Reconsidering coming out through strategic outness. **Sexualities**, v. 14, n. 6, p. 681-703, 2011.

ORTNER, S. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? *In*: ROSALDO, Michelle Z.; LAMPHERE, Louise (org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979, p. 95-120.

PAIVA, Z.; ARAÚJO, R. J. Pensamento lésbico: uma ginga epistemológica contra-hegemônica. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 329, 2021.

PECHENY, M. Identidades Discretas. *In*: RIOS, Luis Felipe *et al*. **Homossexualidade:** produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004. p. 16-33.

PESSÔA, K. G. **Amor (in)condicional:** uma análise da relação entre as esferas da família e da religião na aceitação da homossexualidade. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PRADO, M. A. M. Homofobia: Muitos Fenômenos Sob o Mesmo Nome. *In*: BORILLO, D. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 07-12.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. **Relatório Trimestral do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal-RN - Out/Nov/Dez de 2020**. Brasil: Centro de Cidadania LGBT de Natal/RN (CEMCED). 2021. Disponível em: https://natal.rn.gov.br/storage/app/media/semdes/SEMDESRelatorio_Observatorio_2020_FINAL.pdf. Acessado em: 24 jul. 2021.

PRPG/UFPB - Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba. Edital do Programa de Internacionalização CAPES-PRINT-UFPB nº001/2022. **[Bolsas de PDSE - Doutorado Sanduíche no Exterior].** João Pessoa: PRPG/UFPB. 2022. Disponível em: https://www.prpg.ufpb.br/prpg/contents/noticias/edital-pdse-capes-print-2022. Acesso em: 15 jul. 2023.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309. Acesso em: 23 jan. 2023.

RUBIN, G. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, 2003. p. 1-88.

SCHULMAN, S. **Conflict Is Not Abuse:** overstating harm, community responsibility, and the Duty of Repair. Vancouver: Arsenal Pulp Press, 2016.

SCHULMAN, S. **Ties That Bind:** familial homophobia and its consequences. New York: The New Press, 2009.

SCHWADE, E. Heterossexualidade compulsória e continuum lesbiano: diálogos. **Revista Bagoas - Estudos gays: Gêneros e sexualidades**, Natal, v. 4, n. 5, 2010. p. 57-66.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19–54, 2007.

SWAIN, T. N. Desfazendo o Natural: a Heterossexualidade Compulsória e o Continuum Lesbiano. **Revista Bagoas - Estudos gays: Gêneros e sexualidades**, Natal, v. 4, n. 5, 2010. p. 45-55.

THE INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION (ILGA). **2021 World Annual Report.** 2021. Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_World_Annual_Report_2021.pdf. Acesso em: 10 SET. 2022.

TOLEDO, L. G.; TEIXEIRA FILHO, F. S. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 65, 2013. p. 376-391.

WEBER, M. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1963.

VENTURI, G.; BOKANY, V. (org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: O que isso nos revela? **Revista brasileira de epidemiologia**, São Paulo, n. 23: E200033, 2020. p. 01-05.

WEINBERG, G. **Society and the healthy homosexual**. New York: St. Martin's, 1972.

WESTON, K. **Families We Choose:** lesbians, gays, kinship. New York: Columbia University Press, 1997.

WITTIG, M. **El pensamiento heterosexual**. Tradução: Javier Sáez e Paco Vidarte. Madri: Egales, 2005.

WOODWORTH, S. E. **Manifest Destinies: America's Westward Expansion and the Road to the Civil War**. New York: Knopf, 2010.

APENDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTAS NO BRASIL

Breve apresentação da pesquisa às entrevistadas:

Esta entrevista faz parte da minha pesquisa de tese do doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que tem como título: *A fenomênica do espaço presente nas violências: homofobia familiar e existência lésbica.* Gostaríamos de contar com o seu apoio respondendo a algumas questões. Informação importante: A sua identidade será totalmente preservada, e todas as suas falas serão representadas com um nome fictício/pseudônimo.

Bloco I - Autoidentificação e características pessoais:

1. Como você se descreve? Ou seja, como você diria para alguém quem é você?
2. Idade:
3. Escolaridade e Profissão:
4. Cor/raça:
5. Região da cidade em que mora:

Bloco II - Construção de identidade e percepções sobre a sexualidade lésbica

1. Como foi seu processo de se perceber lésbica?
2. Durante esse processo você tinha alguma referência de outras mulheres lésbicas?
3. Do que você mais tinha (ou tem) medo com relação a sua orientação sexual?
4. Pra você o que significa se definir como uma mulher lésbica?

Bloco III - Contexto doméstico-familiar e lesbofobia

1. Com quem você mora?
2. Sua família sabe que você é lésbica?
3. (se sim) Como foi contar sobre sua sexualidade para sua família?
4. (se não) por que a sua orientação sexual é segredo?
5. Você sofreu alguma repressão ou violência da sua família por conta de alguma questão ligada à sexualidade?
6. Como é atualmente a sua relação com seus pais?
7. Como é sua relação com seus irmãos?

8. Você diria que a sua situação em casa (familiar) de alguma forma afeta sua autoestima ou sua saúde psicológica?

Bloco IV - Violências em espaços públicos

1. Você já sofreu algum tipo de violência ou discriminação na rua por conta da sua sexualidade? Poderia me contar alguma situação desse tipo?

2. Você já sofreu assédio ou importunação de homens especificamente por ser lésbica? Conte situações desse tipo.

3. Você já sentiu medo e/ou se considera vulnerável a ser vítima de homofobia na rua? Por quê?

4. Você acha que a sua aparência influencia no que as pessoas pensam sobre você?

5. Você acha que é mais suscetível a alguma violência na rua devido ao seu visual?

Bloco V - Homofobia familiar durante a pandemia (Para as interlocutoras que ainda moram com pais e outros familiares):

1. Durante essa pandemia, como está sua situação em casa?

2. O que o isolamento social tem causado à sua convivência familiar?

3. Durante a pandemia, você se colocou em risco saindo de casa para evitar alguma violência ou situação desagradável?

4. Como tem se dado a realização das suas atividades profissionais e educacionais nesse período de pandemia?

Bloco VI - Experiência de responder à entrevista:

1. Como se sentiu ao ser convidada para participar desta pesquisa?

2. O que você acha de uma pesquisa preocupada com a questão lésbica e a homofobia familiar?

3. Você ficou com dúvida ou se sentiu incomodada com relação a alguma pergunta?

4. Você ficou cansada ao responder a entrevista?

5. Você gostaria de ver o resultado dessa pesquisa (assistir à banca de apresentação da tese e/ou lê-la)?

6. Você poderia nos indicar uma ou duas outras mulheres lésbicas que aceitariam participar da pesquisa?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS NOS ESTADOS UNIDOS

INTERVIEW SCRIPT

Brief presentation of the research to the interlocutors:

This research approaches familial homophobia and its consequences in lesbians' lives and it is part of dissertation research conducted by a Brazilian grad student Rayane Oliveira. Oliveira's studies try to determine the differentiation and similarities between familial homophobia in Brazil and the United States. We want to thank you for supporting us by answering this interview.

Self-identification and personal characteristics:

Brief description about yourself:

Age:

Color/Race:

U.S. State where you born and raised:

Education level and occupation:

Part I - Lesbians' identities and perceptions of sexuality:

1 - During your process of sexuality discovery, did you have references from other lesbians (Relatives, friends, media people) or not?

2 - Was there something you feared (or still do fear) regarding your sexual orientation (e.g., discrimination, violence, coming out, etc.)?

3 - What does it mean to you to define yourself as a lesbian?

Part II - Domestic-familial context

4 - With whom do you live?

5 - If you already live in your place, how old were you when you left your folk's place?

6 - Does your family (parents, siblings, cousins, uncles) know you are a lesbian?

7. a. If she answers YES to question 6: What was it like to come out to your family?

7. b. - If she answers NO to question 6: Why do you prefer to hide your sexual orientation from your family?

Part III - Violence in family's place

8 - Have you ever suffered any repression or violence from your family because of any issues related to your sexuality? Could you tell us about situations like that?

9 - How was your relationship with your parents and other relatives before you came out, and how is it now?

10 - Would your familial relationship somehow affect your self-esteem or psychological health?

Part IV - Familial Homophobia during the pandemic (This part is only for those who still live with their parents or other relatives)

11 - How the social isolation during the COVID-19 pandemic changed your routine and life at home?

12 - During the pandemic, did you put yourself at risk by leaving home to avoid any violence or unpleasant situations?

Parte V - Violence in public spaces

13 - Have you ever suffered violence or discrimination in public spaces like work, school, or streets because of your sexuality? Could you tell us about situations like that?

14 - Have you ever experienced harassment from men precisely because you are a lesbian? Please tell us about situations like this.

15 - Have you ever felt fear or considered yourself vulnerable to being a victim of homophobia in public spaces? Why?

16 - Do you think your appearance influences what people think about you, or do you feel more susceptible to being a victim of homophobia because of your appearance?

Extra information:

17 - Would you like to talk more about your gender and sexual identity or experiences with homophobia?

Open space to any final comments:

APENDICE B – PERFIL DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

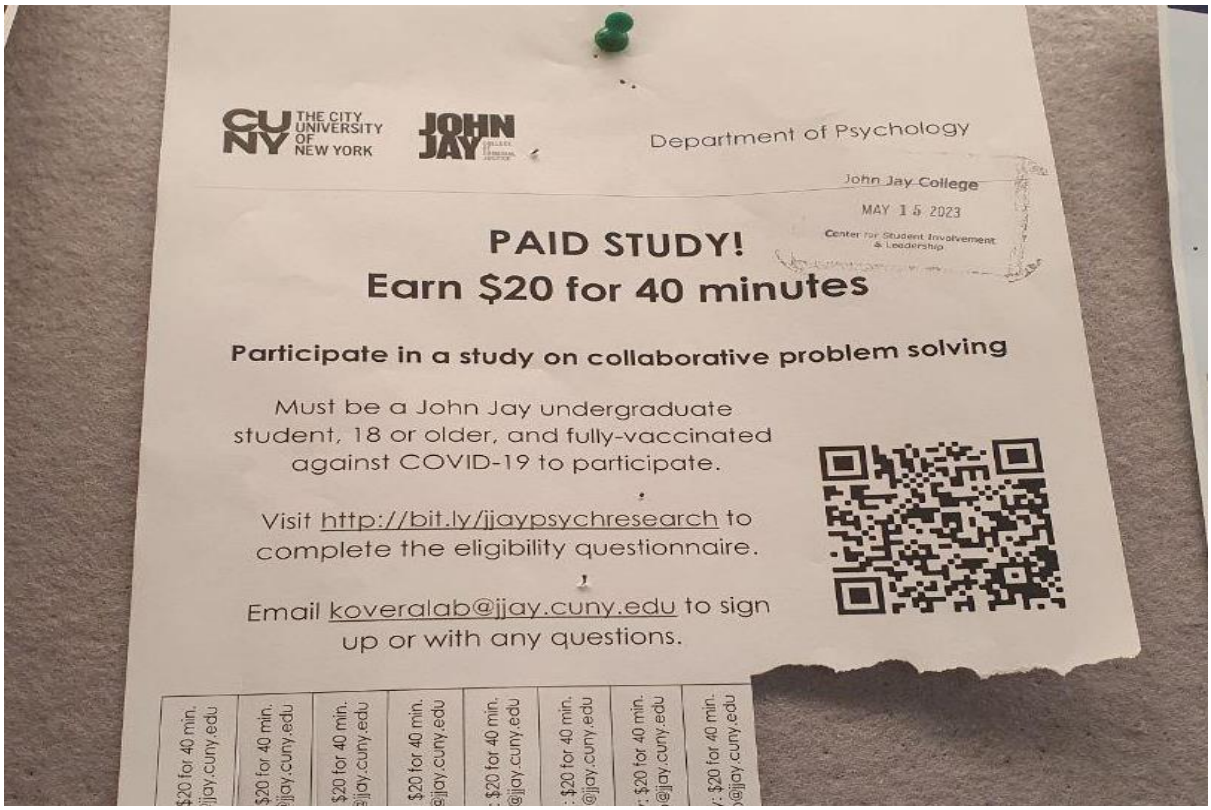
Nome (Fictício)	**De onde é?**	**Idade?**	**Cor/Raça? (Autodeclarada)**	**Escolaridade?**	**Profissão?**	**Com quem mora?**
1 - Carla	Natal/RN/Brasil	Sessenta (60)	Branca	Ensino Médio Completo	Vendedora	Marido
2- Aline	Natal/RN/Brasil	Cinquenta e oito (58)	Preta	Pós-Graduação	Professora	Filha
3 - Gomes	Natal/RN/Brasil	Cinquenta e cinco (55)	Preta	Ensino Superior Completo	Enfermeira	Esposa
4 - Maria	Natal/RN/Brasil	Quarenta e oito (48)	Parda	Ensino Médio Completo	Conselheira Tutelar	Esposa
5 - Kívia	Natal/RN/Brasil	Quarenta (40)	Branca	Ensino Técnico	Técnica em enfermagem	Esposa
6 - Joane	Natal/RN/Brasil	Trinta e nove (39)	Branca	Ensino Superior Completo	Enfermeira	Esposa
7 - Patrícia	Natal/RN/Brasil	Trinta e seis (36)	Parda	Ensino Médio Completo	Desempregada /Não possui	Pai, mãe, uma irmã e a filha.
8 - Daniela	Natal/RN/Brasil	Trinta e um (31)	Branca	Pós-Graduação	Engenheira	Esposa
9 - Val	Natal/RN/Brasil	Trinta (30)	Branca	Ensino Superior Completo	Arquiteta	Esposa
10 - Tânia	Natal/RN/Brasil	Vinte e nove (29)	Branca	Pós-Graduação	Engenheira	Esposa

11 - Lígia	Natal/RN/Brasil	Vinte e cinco (25)	Parda	Ensino Superior Completo	Psicóloga	Sozinha
12 - Neuma	Natal/RN/Brasil	Vinte (20)	Parda	Ensino Médio Completo	Atendente de *Telemarketing*	Pai, mãe e um irmão
13 - Fran	Natal/RN/Brasil	Dezenove (19)	Parda	Ensino Técnico	Vendedora	Mãe
14 - Sandra	Nova Iorque/EUA	Cinquenta e um (51)	Branca	Ensino Médio Completo	Recepcionista	Esposa
15 - Kimberly	Carolina do Norte/EUA	Trinta e um (31)	Branca	Ensino Superior Completo	Assistente Social	Esposa
16 - Amy	Nova Iorque/EUA	Vinte e cinco (25)	Branca	Ensino Superior Completo	Psicóloga Forense	Sozinha

ANEXO A - IMAGENS

Imagens de chamadas para participação em pesquisa com remuneração

Fonte: Fotografia feita pela autora, 2023.



Fonte: Fotografia feita pela autora, 2023.